

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ADÔNIS SANTIN

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS
ESTUDANTES DE MEDICINA DA UFSC**

Florianópolis, 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ADÔNIS SANTIN

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS
ESTUDANTES DE MEDICINA DA UFSC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Antonella Tassinari

Florianópolis, 2017

ADÔNIS SANTIN

**Políticas de Ações Afirmativas e Trajetórias escolares dos estudantes de Medicina da
UFSC**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de **Bacharel em Ciências Sociais**, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de agosto de 2017

Prof. Dr. Thiago Losso

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Antonella Tassinari

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Dr. Marcelo Tragtenberg

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Dr. José Nilton de Almeida

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Prof. Dr. Amurabi Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a todos alunos e alunas negros, indígenas e oriundos de ensino público independente de classificações raciais que tenham como sonho estudar em alguma Universidade pública deste país.

Dedico este TCC a todos alunos e alunas heteros ou homossexuais, negros, brancos, pardos ou indígenas, homens ou mulheres que desejam realizar qualquer curso de graduação, sejam estes os cursos de Medicina, de Ciências Sociais, de Engenharia Mecânica, Direito, Cinema, Teatro ou qualquer outro curso de graduação que desperte suas ambições pessoais por algum motivo desconhecido.

A todos estes alunos e alunas, eu dedico esta pesquisa, considerem que não existem aqueles que não consigam ingressar em qualquer curso que desejam, existem sempre aqueles que desistem. Infelizmente, alguns tendem a desistir por razões diversas, entre elas, as difíceis condições sociais e econômicas, mas, entre uma tentativa e outra, seus sonhos não podem morrer. As Políticas de Ações Afirmativas foram criadas para dar oportunidade a estas pessoas, a estes alunos e alunas. Portanto, não desistam de seus sonhos, as Universidades Públicas deste país pertencem a vocês! Pertencem a todos aqueles que desejam estudar nelas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, à minha orientadora Prof. Dra. Antonella Tassinari, que foi quem abriu as portas de seu núcleo de pesquisas (NEPI) para que eu pudesse frequentar e aprender em um momento onde me encontrava tão obscuro e desmotivado na trajetória universitária e acadêmica. Devo agradecê-la por permitir que eu tenha dado continuidade ao projeto *Cartografia das Ações Afirmativas na UFSC* do Prof. Dr. José Nilton, o que me permitiu contribuir com o *Projeto Extensão Observatório das Ações Afirmativas da UFSC*. Tal projeto, além de ter proporcionado um aprendizado em campo com narrativas qualitativas, pôde suprir também as necessidades pessoais de pesquisar um tema polêmico e importante dentro da nossa sociedade brasileira contemporânea. Um tema relacionado às temáticas ligadas raça, etnia e preconceitos raciais, foram, desde o início da graduação, alvo de minhas lutas pessoais e acadêmicas.

Quero agradecer também ao Prof. Dr. José Nilton de Almeida por ter em seu Pós-Doutorado idealizado o *Observatório das Ações Afirmativas da UFSC*, que foi posteriormente adotado pela Professora Antonella em seu núcleo de estudos. Devo agradecer aos demais Professores integrantes da banca, que tanto o Prof. Dr. Marcelo Tragtenberg como o Prof. Dr. Amurabi Oliveira auxiliaram neste processo não somente na banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Marcelo Tragtenberg devo agradecer a possibilidade de diálogo, em momentos importantes da pesquisa, que permitiu discutir e esclarecer aspectos difíceis dentro das Políticas de Ações Afirmativas da UFSC, assim como suas críticas na qualificação desta pesquisa. Agradeço ao Prof. Dr. Amurabi Oliveira às reuniões onde ele esteve presente para questionar, esclarecer e aconselhar os caminhos metodológicos, analíticos e teóricos desta pesquisa, agradeço também pela presença, além da banca de qualificação, em reuniões realizadas durante a disciplina Seminário de Pesquisa II.

Devo também realizar agradecimentos emotivos e pessoais à minha mãe, quem esteve comigo todos estes anos da minha vida e que desde os meus 3 anos de vida assumiu papéis duplos na minha formação escolar e na formação de meu caráter pessoal. Devo agradecer também ao meu pai, por ter bancado financeiramente – mesmo que contra sua vontade – todos estes longos anos de estudos que, finalmente chegam ao fim, ou pelo menos chegam à uma formação digna que possa me inserir com mais qualidade no mercado de trabalho.

Por fim, e não menos importante, quero agradecer ao amor da minha vida, minha

namorada Larissa, que esteve comigo neste ano crucial de formulação do projeto de qualificação, inserção ao campo de pesquisa, realização de questionários e entrevistas narrativas e finalmente, esteve ao meu lado, me aturando em todos os momentos de estresses e de crises durante o doloroso processo de escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigado a todos vocês!

“O brasileiro foi educado de uma forma a esquecer tudo muito rápido”

Entrevistado Roberto Bezerra (Fevereiro de 2017)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata da trajetória de estudantes que ingressaram no curso de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do Programa/ Política de Ações Afirmativas (PAA). A pesquisa se deu vinculada ao Projeto de Extensão *Observatório das Ações Afirmativas da UFSC*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Populações Indígenas – NEPI, o qual tem por objetivo registrar experiências de vida e trajetórias escolares de alunos ingressos nos vários segmentos do PPA da UFSC. O curso de Medicina é um dos cursos mais concorridos para ingresso no vestibular da UFSC e, por isso, as Políticas de Ações Afirmativas ganham ainda mais relevância, pois fornecem oportunidades para o ingresso de alunos negros, pretos, pardos, indígenas, oriundos de escolas públicas e estudantes de baixa renda nesse curso. Na pesquisa, utilizaram-se procedimentos metodológicos como questionário objetivo e entrevistas narrativas. A primeira etapa teve um caráter exploratório, visando definir o local de pesquisa, por meio da utilização de questionários objetivos em diferentes Centros de Ensino da UFSC. Nesse processo, foram realizados 63 questionários com alunos que transitavam dentro de 9 centros de ensino do campus UFSC Trindade. A segunda etapa se concentrou no Curso de Medicina, com a realização das entrevistas, sendo realizadas 5 entrevistas narrativas com alunos optantes de Ações Afirmativas do curso de Medicina e também 2 entrevistas com duas alunas do mesmo curso que ingressaram pela classificação geral. Dessas últimas, uma foi excluída das análises por fugir do tema da pesquisa. As análises das entrevistas narrativas, das trajetórias escolares e experiências universitárias vividas por um grupo de alunos ingressantes pela PPA no curso de Medicina da UFSC, foram realizadas com apoio do referencial teórico adquirido durante toda a trajetória de graduando do Curso de Ciências Sociais da UFSC, sendo que o diálogo teórico se deu em especial com autores que tratam de temas de *processos de escolarização e racismo*. As análises permitiram conhecer melhor o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior. As análises evidenciam, em particular, os desafios, embates e as dificuldades enfrentadas no processo de ingresso na universidade e em suas experiências universitárias, por serem estudantes ingressos por meio da PPA dentro da UFSC. Nas considerações finais desta pesquisa tratamos sobre a importância do grau de instrução dos pais e mães dos alunos e alunas e, eventualmente, de outros familiares. Um segundo ponto que se destacou nas entrevistas foi a importância e o investimento em cursinhos pré-vestibulares. Sem exceção, todos os entrevistados, estudaram pelo menos 6 meses em cursinhos pré-vestibulares particulares. Contudo, a maioria destes conseguiram bolsas integrais. Também merece destaque a diferença da condição econômica dos entrevistados, em relação ao ano de ingresso.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Trajetórias Escolares; Curso de Medicina; UFSC.

ABSTRACT

This Graduation Completion Work deals with the trajectory of students who entered the Medicine course of the Federal University of Santa Catarina - UFSC, through the Affirmative Action Policy (PAA). The research was linked to the Observatory Extension Project of Affirmative Actions of UFSC, developed by the Núcleo de Estudos e Pesquisas Indígenas - NEPI, which aims to record life experiences and school trajectories of students entering the various segments of the Affirmative Action Program of UFSC. The Medicine course is one of the most popular courses for admission to the UFSC entrance examination, and therefore, these Affirmative Action Policies are even more relevant, as these Policies provide opportunities for the entry of black, black, brown, indigenous students, from public schools and low-income students in this course. The research used methodological procedures such as objective questionnaire and narrative interviews. The first stage had an exploratory character, aiming to define the research site, through the use of objective questionnaires in different Teaching Centers of UFSC. In this process, 63 questionnaires were carried out with students who were traveling within 9 centers of the UFSC Trindade campus. The second stage was focused on the Medical Course - conducting the interviews - 5 narrative interviews were carried out with students opting for Affirmative Actions of the Medicine course and also 2 interviews with two students of the same course who entered the general classification. Of the latter, one was excluded from the analysis for evading the research theme. The analyzes of the narrative interviews, of the school trajectories and university experiences lived by a group of students joining the Affirmative Action Policies in the UFSC Medicine course were carried out with the support of the theoretical reference acquired during the whole course of graduating from the Social Sciences Course of the UFSC, and the theoretical dialogue was especially with authors dealing with issues of schooling and racism. The analyzes allowed to know better the profile of these students, their expectations, demands and specific needs in relation to Higher Education. The analyzes show in particular the challenges, challenges and difficulties faced in the process of entering university and in their university experiences, as they are students through the Affirmative Action Policies within the UFSC.

Keywords: Affirmative Actions; School trajectories; Medicine Course; UFSC.

LISTA DE QUADRO

| | |
|---|------|
| Quadro 1: Ingressos através das Ações Afirmativas..... | p.41 |
| Quadro 2: Autodeclaração..... | p.41 |
| Quadro 3: Percursos escolares..... | p.42 |
| Quadro 4: Recorte da categoria das PAA dos optantes de Ações Afirmativas..... | p.43 |
| Quadro 5: Dados alunos entrevistados..... | p.47 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|---|
| AA | Ações Afirmativas |
| BU | Biblioteca Universitária |
| CA | Centro Acadêmico |
| CALIMED | Centro Acadêmico Livre da Medicina |
| CCA | Centro das Ciências Agrárias |
| CCB | Centro das Ciências Biológicas |
| CCE | Centro das Ciências Econômicas |
| CCJ | Centro das Ciências Jurídicas |
| CCS | Centro das Ciências da Saúde |
| CDS | Centro dos Desportos |
| CED | Centro de Educação |
| CFH | Centro de Filosofia e Ciências Humanas |
| CFM | Centro de Física e Matemática |
| CSE | Centro Sócio Econômico |
| CTC | Centro das Tecnologias |
| HU | Hospital Universitário |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| NEPI | Núcleo de Estudos das Populações Indígenas |
| PAA | Políticas de Ações Afirmativas |
| PAA – UFSC | Programa de Ações Afirmativas da UFSC |
| PPI | Pretos, Pardos ou/e Indígenas |
| RU | Restaurante Universitário |
| SAAD | Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA..... | 13 |
| 1.1. PROJETO DE EXTENSÃO OBSERVATÓRIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC..... | 15 |
| 1.2. METODOLOGIA DA PESQUISA: QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS NARRATIVAS..... | 17 |
| 1.3. PERCENTUAL DE VAGAS RESERVADAS PARA ALUNOS OPTANTES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS | 20 |
| 1.4. REFERENCIAIS TEÓRICOS..... | 23 |
| 2. PERCURSOS METODOLÓGICOS | 28 |
| 3. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: UMA APROXIMAÇÃO AO PERFIL DOS ESTUDANTES DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC | 37 |
| 3.1. DADOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E PERCURSO ESCOLAR A PARTIR DOS QUESTIONÁRIOS DA PRIMEIRA ETAPA..... | 41 |
| 4. APROXIMAÇÃO AO CURSO DE MEDICINA E AOS SEUS ALUNOS QUE OPTARAM PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS | 45 |
| 4.1. PRIMEIRAS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS INGRESSANTES POR MEIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CURSO DE MEDICINA | 47 |
| 4.2. ENTREVISTADA FLÁVIA | 50 |
| 4.3. ENTREVISTADO ROBERTO | 53 |
| 4.4. ENTREVISTADA DELFINA | 64 |
| 4.5. ENTREVISTADO JOHN | 70 |
| 4.6. ENTREVISTADO LUÍS | 76 |
| 4.7. ENTREVISTADA MARIANA | 82 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 88 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 104 |

1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata da trajetória de estudantes que ingressaram no curso de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio das Políticas/Programa¹ de Ações Afirmativas (PAA). Essas Políticas foram implementadas na UFSC a partir do ano de 2008, quando uma média de 40% das Universidades Federais do Brasil, já haviam adotado tais Políticas.

Considerando a relevância social desta Política criou-se o Projeto de Extensão *Observatório das Ações Afirmativas da UFSC*, o qual teve por objetivo registrar experiências de vida e trajetórias escolares de alunos ingressos nos vários segmentos do Programa de Ações Afirmativas da UFSC. O projeto visa obter informações qualitativas que permitam conhecer melhor o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior. Com esse conjunto de informações o projeto visa constituir um acervo de entrevistas organizadas na forma de um banco de dados qualitativos.

O curso de Medicina é um dos cursos mais concorridos para ingresso no vestibular da UFSC. Por isso as Políticas das Ações Afirmativas ganham ainda mais relevância, pois as Ações Afirmativas (AA), fornecendo oportunidades para o ingresso de alunos negros, pretos, pardos, indígenas, oriundos de escolas públicas e estudantes de baixa renda no curso de Medicina, poderá trazer novos perfis de estudantes para dentro das salas de aula das Universidades Federais de nosso país. Da mesma maneira também poderá levar estes estudantes de origem geralmente marginalizadas, a alcançarem posições sociais que até então seus familiares não haviam alcançado.

O percurso de pesquisa da colega de curso, Gabriela Sagaz (2015), buscou conhecer o perfil de alunos do curso de Direito que ingressaram pelas P.A.A e pelo P.A.A-UFSC. Sua pesquisa revelou dificuldades em contatar alunos negros da Medicina. Vendo isto colocamos como desafio realizar entrevistas narrativas com alunos do curso de Medicina da UFSC que se autodeclarassem Negros² e que tivessem optado por ingressar pelas Ações Afirmativas (AA). Nas entrevistas narrativas tínhamos proposto conhecer as trajetórias escolares dos alunos, tendo como comparação suas trajetórias pessoais e trajetórias familiares.

¹No ano de 2008 foi implementado o Programa de Ações Afirmativas da UFSC (P.A.A - UFSC) como um programa autônomo da Universidade. No final de Agosto de 2012 foram adotadas as Políticas de Ações Afirmativas (P.A.A) pela Lei 12.711 de 29/08/2012 vulgarmente conhecida como a Lei de Cotas.

²Consideramos como autodeclarados Negros nesta pesquisa, todos aqueles que se autodeclarem como Pretos ou Pardos, de acordo com as opções sugeridas pelo IBGE

Antes de conseguir concretizar um tema³ e objeto de pesquisa, tive⁴ outra experiência, a qual, abriu horizonte para compreender a dificuldade de realizar pesquisa. Esta experiência revelou a complexidade e dificuldade de trabalhar Políticas Públicas no âmbito das relações étnico-raciais.

No decorrer das tentativas de obter um tema, objeto e objetivo de pesquisa, tive a curta experiência de entrar em campo na escola pública Hilda Theodoro Vieira, que se localiza na Rua Lauro Linhares, no bairro da Trindade em Florianópolis. Nesta curta experiência em campo, foi fácil perceber que o que eu estava disposto a pesquisar era mais complexo do que havia imaginado. Somente como observador seria difícil compreender aspectos que envolviam o racismo nas relações entre os alunos e entre alunos e professores. Tal qual era nosso objetivo naquele momento.

Posteriormente á esta experiência surgiu a oportunidade de pesquisar as Políticas de Ações Afirmativas (PAA) dentro da UFSC. Essa possibilidade surgiu pelo projeto *Observatório das Ações Afirmativas*, coordenado pela professora Dra. Antonella Tassinari. Alunos do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI) tem construído, coletivamente, um percurso de pesquisas que envolvem entrevistas com estudantes que ingressaram por algumas das várias modalidades das Políticas de Ações Afirmativas presente na UFSC. Essas pesquisas são promovidas em prol de compor um acervo eletrônico sobre as experiências de vidas e trajetórias escolares destes alunos.

As Políticas de Ações Afirmativas encontram-se em posição delicada dentro da opinião pública na atualidade. Através de entrevistas que constam no banco de dados do projeto Observatório das Ações Afirmativas da UFSC, alguns alunos do curso de Direito da UFSC se queixaram que as P.A.A são algumas vezes criticadas e subjugadas por aqueles que não podem participar desta modalidade de inscrição (brancos oriundos de ensino público). Temos como hipótese que alguns alunos de baixa renda, em alguns casos, possuem a necessidade de trabalhar, e por isso acabam desistindo de estudarem para o exame do vestibular. Esta hipótese deriva de que as dificuldades relatadas por alguns entrevistados desta pesquisa foram referentes ás problemáticas de estudarem para o exame do vestibular, e não na dificuldade de

³ Já tinha como tema defino estudar questões associadas as relações raciais, porém ainda não sabia como me inserir no campo de pesquisa. As P.A.A surgiram posteriormente, abrindo um oportunidade de atingir meus objetivos pessoais.

⁴ No texto, em alguns momentos opto pelo uso da primeira pessoa do singular, pois se referem a afirmações pessoais e noutros momentos pelo uso da primeira pessoa do plural, pois compreendo que as reflexões e conhecimentos se dão no coletivo social, composto por autores lidos que me dão suporte e base até a contribuição da orientadora da pesquisa. Faço essa opção, que não segue a 'norma da ABNT'.

permanência deles na Universidade.

Trago essas reflexões iniciais, pois elas me mobilizam a lutar por essas Políticas para que possamos contribuir, minimamente, para a redução das desigualdades de classe e raça/etnia, primeiramente no nível micro – de ingresso na Universidade – e chegar num nível macro, quando a implementação dessas Políticas repercute para a redução das desigualdades de classe e raça/etnia no âmbito da sociedade mais ampla.

Desse modo, por meio da articulação desse Trabalho de Conclusão de Curso com as pesquisas realizadas no Observatório das Ações Afirmativas da UFSC foi possível conciliar a necessidade pessoal de pesquisar problemáticas étnico raciais com a problemática latente que existe na sociedade brasileira contemporânea relacionada a raça/cor/etnia e pertencimento socioeconômico por estas políticas públicas.

1.1. PROJETO DE EXTENSÃO OBSERVATÓRIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC

A realização desta pesquisa se vincula a pesquisas desenvolvidas e vinculadas ao projeto de extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indígenas (NEPI), coordenado pela Profa. Dra. Antonella Tassinari. O tal projeto de extensão é, denominado como *Observatório das ações afirmativas da UFSC*. Buscando contextualizar a pesquisa, apresentamos brevemente o projeto extensão com informações básicas sobre intuito, funcionamento de pesquisas e trajetória do projeto.

O “Observatório das Ações Afirmativas da UFSC” visa registrar experiências de vida e trajetórias escolares de alunos ingressos nos vários segmentos do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, visando obter informações qualitativas que permitam melhor conhecer o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior. O PAA/UFSC foi instituído pela Resolução Normativa 008/CUn/2007 por 5 anos, tendo sido renovado por mais 5 anos pela Resolução Normativa 022/CUn/2012. Prevê reserva de vagas para candidatos “oriundos de escolas públicas” e “negros” e vagas suplementares para candidatos “pertencentes a povos indígenas”. A partir da Lei de Cotas (Lei 12.711 de 29/08/2012), o PAA passou por readequação através da Resolução N° 26/CUn/2012, incluindo também o segmento “pretos, pardos e indígenas”. O “Observatório das Ações Afirmativas”, através de entrevistas realizadas com os alunos ingressos nessas modalidades, respeitando seu anonimato, pretende construir um banco de dados sobre trajetórias escolares, experiências de vida, expectativas profissionais desse público, que possa servir de subsídios para pesquisas e avaliações qualitativas sobre o PAA/UFSC e que possa contribuir para a efetiva inclusão desses segmentos no Ensino Superior e na vida profissional. Através do caso da UFSC, busca-se também oferecer subsídios para uma reflexão sobre Políticas Públicas de inclusão (TASSINARI, 2014,

p. 1).

O Projeto de Extensão *Observatório das Ações Afirmativas da UFSC* teve início com pesquisa desenvolvida pelo professor José Nilton de Almeida que, no âmbito de sua pesquisa de pós-doutorado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, junto ao NEPI (Núcleo de Estudos de Populações Indígenas) desenvolveu o projeto intitulado *Cartografia das ações afirmativas na UFSC* (agosto/2011 a julho/2012), posteriormente, renovado com o título *Ações afirmativas em face de novas reconfigurações na UFSC* (agosto/2012 a março/2013). Como parte do projeto, coordenou as atividades de um grupo de bolsistas REUNI do PPGAS/UFSC vinculados ao Projeto Institucional REUNI “Nenhum a Menos”, que visava acompanhar e evitar a evasão dos estudantes ingressos por meio do Programa de Ações Afirmativas nos cursos de Antropologia, Ciências Sociais, Museologia, Serviço Social e Psicologia (cursos aos quais o Departamento de Antropologia oferece disciplinas) e dos estudantes indígenas ingressos em todos os cursos da UFSC. Também foram incluídos no *Projeto Nenhum a Menos* os estudantes ingressos por meio do Nome Social – pelo qual pessoas trans e travestis preferem ser chamadas cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero. Foram feitas leituras e discussões preparatórias sobre as questões das Ações Afirmativas no Brasil, foram elaboradas estratégias para acompanhamento dos alunos e para realização das entrevistas - foram feitas 10 entrevistas com os segmentos mencionados.

A partir dessa experiência, foi elaborado o atual projeto de *Extensão Observatório das Ações Afirmativas da UFSC*, no âmbito de Programas de Extensão com financiamento do PROEXT/MEC. Este projeto de extensão não é o único projeto da UFSC encarregado por recolher informações sobre os alunos que optaram por se inscrever através das Políticas de Ações Afirmativas (P.A.A). O artigo *Impacto das Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011)* escrito por Tragtenberg e et all (2013) traz a luz uma análise comparativa entre os índices de evasão entre alunos optantes e não-optantes de Ações Afirmativas. Diferentemente da pesquisa acima citada, o *Observatório das Ações Afirmativas* busca pesquisar as “experiências escolares em relação as trajetórias de vida” (TASSINARI, 2014 p. 2) dos alunos optantes de Ações Afirmativas da UFSC. Portanto ambas as pesquisas tratam de temas distintos, tendo, todavia, o mesmo intuito: observar e acompanhar os alunos ingressos por meio das P.A.A.

O Projeto de extensão *Observatório das Ações Afirmativas da UFSC* tem por objetivo registrar experiências de vida e trajetórias escolares de alunos ingressos nos vários segmentos do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, visando obter informações qualitativas que permitam conhecer melhor o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior. Essas informações constituirão um acervo de entrevistas organizadas na forma de um banco de dados qualitativos, respeitando o anonimato dos entrevistados.

1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA: QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS NARRATIVAS

Com o intuito de me aproximar das trajetórias dos estudantes que optaram pelas Ações Afirmativas, foram criadas algumas estratégias metodológicas. Esta pesquisa foi realizada em duas etapas, como será melhor apresentado no próximo capítulo. A primeira etapa teve um caráter exploratório, visando definir o local de pesquisa, através da utilização de questionários objetivos em diferentes Centros de Ensino da UFSC. A segunda etapa se concentrou no Curso de Medicina e foi realizada através de entrevistas narrativas gravadas por áudio. A primeira etapa da pesquisa de campo – uso do questionário – resultou da leitura do artigo *Interpretando os “caminhos” de uma pesquisa sobre ações afirmativas na UFSC*, presente no livro *Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos*, da autora Shirlei Russin von Dent (2016). Esta primeira etapa não é um procedimento adotado nas pesquisas desenvolvidas no projeto do Observatório, sendo, portanto, uma iniciativa pessoal.

A segunda etapa do campo seguiu corretamente o protocolo metodológico do Projeto Extensão Observatório das Ações Afirmativas da UFSC. Este protocolo metodológico inclui; 1) realização de entrevistas narrativas por áudio sob padrão exigido; e 2) Apresentação e uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após analisar as entrevistas decidimos contatar os entrevistados e explicar a eles como foram utilizadas suas narrativas nesta pesquisa. Dessa forma tentamos prestar explicações claras e sinceras de como havíamos utilizado suas narrativas para o cumprimento legal do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Portanto no início de cada entrevista narrativa procuramos o Consentimento Livre de fala dos estudantes para que as entrevistas pudessem ser gravadas. Ao final da

pesquisa deixamos Esclarecido como utilizamos suas narrativas dentro desta pesquisa. O mesmo TCLE foi utilizado também para que os entrevistados autorizassem o armazenamento de suas entrevistas no *Banco de Dados* do projeto extensão *Observatório das Ações Afirmativas da UFSC*.

Durante a análise e escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso optei em utilizar nomes fictícios aos entrevistados como forma de seguir o Protocolo do *Projeto Observatório das Ações Afirmativas da UFSC* e também como forma de proteger a imagem social e pessoal dos entrevistados por meio de seus anonimatos. Dessa forma, pedi para cada entrevistado escolher seus nomes fictícios ou siglas aleatórias que seriam utilizadas para substituir seus nomes durante a escrita deste TCC.

Considerando a contribuição dessa pesquisa para compor o acervo de entrevistas organizadas na forma de um banco de dados qualitativos, respeitando o anonimato dos entrevistados as entrevistas narrativas realizadas, busquei seguir as indicações do *Projeto Observatório das Ações Afirmativas da UFSC*. De acordo com tal projeto proposto por Tassinari (2014) temos como protocolo do Observatório para a realização destas entrevistas narrativas que:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá ser apresentado aos entrevistados logo ao início da entrevista, juntamente com uma exposição sobre os objetivos do projeto e os compromissos éticos da pesquisa em garantir a confidencialidade e o anonimato dos entrevistados. Após apresentar essas informações, o pesquisador deverá se dispor a esclarecer quaisquer dúvidas sobre o projeto e solicitar a assinatura do termo e a autorização para o uso de gravador. Também deverá esclarecer aos entrevistados que poderão escolher trechos da entrevista para serem divulgados juntamente com seus nomes e/ou fotografias para divulgação do PAA/UFSC.

As entrevistas deverão seguir os princípios das “entrevistas narrativas” (JOVCHELOVITH & BAUER 2002) expostos acima, a partir de três tópicos: 1) Fale sobre sua experiência escolar em relação à sua trajetória de vida; 2) Como foi sua decisão para cursar a Universidade e para entrar nesse curso específico (expectativas a respeito da Universidade, da UFSC e do curso em particular); 3) Como está sendo sua experiência na Universidade, procure avaliar em relação às suas expectativas iniciais (histórias/fatos que confirmaram ou não as expectativas).

Ao final da entrevista, observe se as seguintes informações estão presentes na entrevista. Caso não estejam, complete o seguinte roteiro de questões: 1. Segmento de ação afirmativa: (a) indígena; (b) negro; (c) escola pública; (d) PPI + 1,5 SM; (e) PPI – 1,5 SM; (f) nome social 2. Ano de ingresso 3. Curso 4. Idade 5. Gênero 6. Cidade natal 7. Contexto familiar atual (solteiro/casado, com filhos/quantos, reside com quem); 8. Há relatos de preconceitos vividos? Que estratégias foram encontradas para reagir? 9. Vale a pena cursar a Universidade? Gostaria de incentivar outras pessoas? O que poderia dizer como incentivo? (TASSINARI, 2014 p. 2-3)

Todos esses aspectos, previstos pelo observatório foram cumpridos, contudo, há duas ressalvas quanto ao cumprimento deste protocolo: O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado no início de todas as entrevistas, todavia deixei claro que iria contatar os entrevistados novamente para assinarem os Termos somente no final da pesquisa, quando as entrevistas já tivessem sido transcritas e analisadas por mim.

Optei em seguir o protocolo dessa forma para que pudesse perguntar aos entrevistados na hora de assinarem os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) se eles estavam de acordo com a forma como havia realizado os recortes de suas narrativas. Mesmo adotando nomes fictícios, considerei importante que eles concordassem com o uso de suas trajetórias e a forma que essas narrativas foram usadas nesta pesquisa.

A segunda ressalva que devo fazer ao cumprimento deste protocolo, é em relação ao ponto 9. Durante o processo de entrevista não fiz esta pergunta, contudo, no momento de assinatura do TCLE, achei interessante dar novamente a voz aos entrevistados, para que, depois de 6 meses, depois de uma relação já construída comigo como pesquisador, eles pudessem responder a esta pergunta como desabafo pessoal; “Vale a pena cursar a Universidade? Gostaria de incentivar outras pessoas? O que poderia dizer como incentivo?”.

No caminhar da pesquisa a complexidade e os entraves enfrentados repercutiram de forma que os processos metodológicos não se deram de forma linear. Isso significa que, durante o processo de elaboração do projeto, entrada em campo, realização das entrevistas, até a versão final de escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso, ocorreram mudanças de encaminhamentos decorrentes de necessidades de ajustes para a continuidade da própria pesquisa.

Como primeiro passo de pesquisa de campo, decidi buscar meus entrevistados por meio da realização de um questionário objetivo. Em conversas com a orientadora e considerando as dificuldades apontadas por Sagaz (2015) para fazer entrevistas com acadêmicos ingressantes por Ações Afirmativas do curso de medicina, acabamos considerando este método como uma estratégia eficiente para uma etapa inicial exploratória. Nesse processo, foram realizados 63 questionários com alunos que transitavam dentro de 9 centros de ensino do *campus* UFSC Trindade.

Por meio da realização do questionário, na primeira etapa de campo, encontrei um antigo colega do Centro de Filosofia e Humanas - CFH, o qual, havia ingressado por meio das Políticas de Ações Afirmativas no curso de Medicina. Este colega foi a “porta de entrada”

para a realização de entrevistas com alunos do curso de Medicina. Foi por meio dele que soube onde se localizava o Centro Acadêmico da Medicina.

Na segunda etapa – entrevistas narrativas – foram realizadas 5 entrevistas narrativas com alunos optantes de Ações Afirmativas do curso de Medicina e também com duas alunas do mesmo curso que ingressaram pela classificação geral. Dessas últimas, uma foi excluída das análises por fugir do tema da pesquisa.

1.3 PERCENTUAL DE VAGAS RESERVADAS PARA ALUNOS OPTANTES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Tragtenberg (2012), em seu artigo: *O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007)* “traça o histórico e uma interpretação do processo de construção do Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (PAA/UFSC)” (TRAGTENBERG 2012, p.219) e explica que a UFSC decide adotar, voluntariamente, reserva de vagas para alunos optantes de Ações Afirmativas a partir do ano de 2008, quando uma média de 40% das Universidade Federais do Brasil já haviam adotado tais políticas.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso abordarei as P.A.A da UFSC em três anos distintos, correspondendo estes anos aos anos de ingresso dos entrevistados que tiveram suas narrativas analisadas. Como forma de proteger o anonimato dos entrevistados optamos em não citar seus anos de ingresso, por acreditar que eles pudessem ser facilmente reconhecidos através deste dado, por isso, optamos em omitir seus anos de ingresso.

As Políticas de Ações Afirmativas adotadas pela UFSC assumem características impares dentro do contexto nacional quando comparado às demais Instituições do gênero. Desde o ano de 2008, tais políticas geram polêmicas para os vestibulandos que concorrem as vagas oferecidas. Este ano foi o ano de adesão das Ações Afirmativas na UFSC através do Programa de Ações Afirmativas, em que a partir deste ano 2008 até o ano de 2012 foram adotadas 30% de vagas reservadas para alunos que optassem em se inscrever no exame do Vestibular COPERVE. Desses 30% de vagas reservadas, 20% delas eram direcionadas aos alunos com Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas e 10% de vagas reservadas para alunos negros com Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas de ensino.

Em agosto de 2012 foi implementada a Lei de Cotas (Lei 12.711 de 29/08/2012), que

determinou que as Universidades Federais do país tinham até 2016 para adotarem, gradativamente, – 12,5% ao ano – até alcançar 50% de vagas reservadas para as P.A.A no respectivo ano de 2016. No ano de 2014 a UFSC adotava 35% de vagas reservadas para alunos optantes de Ações Afirmativas. Deste percentual, 25% das vagas eram reservadas através da Lei de Cotas, e os 10% restantes de vagas foram adotadas por políticas internas da UFSC, onde essas vagas eram reservadas para alunos negros – que se autodeclaravam pretos ou pardos – com prioridade àqueles que estudaram em instituições públicas de ensino.

No ano vigente de 2017, existem vagas raciais específicas para estudantes negros – autodeclarados pretos ou pardos –, para estudantes vinculados às populações indígenas e para estudantes quilombolas. Estas vagas não fazem parte das políticas Federais exigidas pela Lei 12.711 de 29/08/2012. Essas vagas se diferenciam das vagas dispostas pelas P.A.A, por serem vagas extras e, não um percentual de vagas reservadas para este perfil de alunos. Portanto, no ano de 2017, a UFSC oferece 50% de vagas reservadas para às P.A.A; 22 vagas extras dentro da UFSC com um máximo de 3 vagas por curso de graduação para estudantes vinculados à populações indígenas; 9 vagas extras para alunos quilombolas; e 2 vagas extras por curso de graduação da UFSC para alunos negros, independente de suas trajetórias escolares.

As Políticas de Ações Afirmativas reservam 50% das vagas totais da UFSC para os estudantes que optaram em se inscrever no vestibular através desta política pública. Portanto, um total percentual de vagas igual à 50% são prioritárias para alunos que cursaram seus Ensinos Médios em instituições públicas. Nesses números, ainda temos o fato de 25% das vagas oferecidas pela UFSC serem reservadas para candidatos com renda familiar menor do que um salário mínimo e meio *per capita* (até 1,5 salários mínimos per capita). E os 25% restantes estão reservados para candidatos com renda familiar acima de um salário mínimo e meio per capita (acima de 1,5 salários mínimos per capita). Fechando dessa forma 50% das vagas prioritárias para alunos oriundos de Ensino Médio em instituição pública.

Existem ainda outras divisões além dessas divisões econômicas de renda familiar dentro desses 50% reserva de vagas estabelecidas pela Lei de Cotas. Uma fração de 16% das vagas totais da universidade deverá ser preenchida por estudantes *autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas*. Essas vagas correspondem às vagas reservadas para os autodeclarados P.P.I (Pretos, Pardos ou Indígenas). Portanto, foram 16% de vagas reservadas para alunos autodeclarados P.P.I oriundos de Ensino Médio público, e o restante das 34% das vagas foram para alunos oriundo de ensino público sem recorte racial.

Esse percentual de 16% de vagas reservadas para alunos optantes de Ações Afirmativas Pretos, Pardos ou Indígenas equivalem à soma percentual apresentada pelo senso do IBGE de 2016 de pretos, pardos e indígenas autodeclarados no estado de Santa Catarina. O intuito de reservar essas vagas é fazer com que todos os estados brasileiros adotem o percentual de autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas como vagas reservadas para as Ações Afirmativas de acordo com o percentual de autodeclarados desses recortes raciais em seus estados. Os estados do norte e nordeste, por exemplo, deverão ter, portanto, um número maior de vagas reservadas para alunos optantes de Ações Afirmativas de recortes raciais, tendo em vista que nessas regiões do Brasil existem mais pessoas com ascendência negra e de povos indígenas.

Percentualmente falando, o exposto acima representa a divisão correta feita dentre todas as vagas existentes na UFSC. Porém o que diferencia e pode causar um pouco mais de confusão são as formas de ingresso. Para isso pretendo explicar, brevemente, as duas formas de ingresso na Universidade. Um total de 70% das vagas da UFSC são oferecidas através do processo seletivo do Vestibulares UFSC organizado pela Coperve. As vagas restantes que correspondem a 30%, são oferecidas através do SISU, que seleciona os alunos através da prova do ENEM.

Em cada uma dessas formas de ingresso no vestibular, são reservadas as vagas para as Ações Afirmativas (50%). Ou seja, considerando as vagas totais da UFSC como 100% e as vagas do Vestibular UFSC como 70%, as cotas através do vestibular UFSC correspondem a 35% das vagas totais (tendo em vista que 35% é a metade de 70%). Dentre as vagas oferecidas através do SISU, as quais correspondem a 30%, um percentual igual a 15% é reservado para alunos optantes de Ações Afirmativas. Ou seja, o percentual de 35% de vagas reservadas através do Vestibular UFSC, somado ao percentual de 15% de vagas reservadas através do SISU, representam, conjuntamente, a soma de 50% de vagas reservadas para alunos aluno ingresso por meio das Políticas de Ações Afirmativas exposto no item anterior. Em ambas formas de ingresso os percentuais e modalidades descritas permanecem inalterados.

Além das vagas obrigatórias determinadas por lei Federal, foram implementadas, especificamente na UFSC, duas vagas suplementares por curso de graduação (totalizando 200 vagas dentro da universidade) para alunos negros (pretos ou pardos), sendo o pré-requisito para essas vagas somente o recorte racial, independentemente da trajetória escolar do

estudante. Segundo alguns membros da Comissão das Ações Afirmativas da UFSC, essas vagas existem pelo fato do racismo ainda estar presente e as desigualdades raciais ainda existirem tanto para negros de baixa renda quanto para sujeitos negros de alta ou média renda. Além disso, existem aqueles estudantes que não conseguiram terminar o Ensino Médio regular e optaram por um supletivo escolar, o que nesse caso desqualifica o estudante na modalidade *Ensino Médio completo em escolas públicas*, fazendo com que ele não tenha direito a nenhuma das vagas oferecidas pelas ações afirmativas e, além de tudo, o estudante não teve um ensino adequado nos supletivos escolares para conseguir ingressar em algum curso da Universidade. Portanto essas vagas suplementares para negros servem para balancear as Políticas de Ações Afirmativas, visando abranger o seu público-alvo.

Além das modalidades por recorte racial e por trajetória escolar, são oferecidas 22 vagas para estudantes provenientes de povos indígenas, com o máximo de 3 alunos indígenas por curso de graduação. De forma similar são dispostas 9 vagas suplementares para estudantes pertencentes a povos quilombolas.

Em uma reunião realizada com o diretor da Secretaria das Ações Afirmativas e Diversidades da UFSC (SAAD), o mesmo informou sobre o preenchimento das vagas suplementares por alunos negros. O que foi relatado foi um déficit da procura dos alunos negros nessa modalidade. Segundo os dados, das 200 vagas suplementares oferecidas para alunos autodeclarados negros, 97 delas foram preenchidas, e o restante de vagas – 103 – não foram realocadas para alunos optantes de outras modalidades. Isso deriva da ausência de alunos negros inscritos no Programa de Ações Afirmativas para vagas suplementares UFSC.

1.4. REFERENCIAIS TEÓRICOS

A partir da leitura de artigos nacionais, a pesquisa desenvolvida por Carvalho (2005), intitulada *Quem é negro e quem é branco* inspirou os primeiros passos deste Trabalho de Conclusão de Curso, servindo também como referência teórica nas análises finais sobre narrativas de trajetórias escolares de alunos optantes de Ações Afirmativas.

Tendo por critério o comportamento em sala de aula, Carvalho (2005) mostra como as professoras que contribuíram com sua pesquisa definiam os alunos como mais claros ou mais escuros. Esta ideia está também presente no trabalho de Passos (2012) e de Oliveira e Abramowicz (2010) sobre a relação entre o baixo desempenho das crianças negras e pardas

que frequentam a escola pública no Brasil e o tratamento racista ao qual são submetidos pelas professoras. Para Carvalho (2005) as professoras entrevistadas classificavam as crianças como mais escuras ou claras de acordo com seu comportamento e disciplina em sala de aula. A partir de suas pesquisas Passos (2012), Oliveira e Abramowicz (2010), afirmam que crianças negras e pardas, de escolas públicas brasileiras, são desmotivadas a estudarem devido ao tratamento racista das professoras, resultando no insucesso das crianças que são alvos de comportamentos preconceituosos.

No âmbito das escolas e creches em que as autoras acima realizaram suas pesquisas, Passos (2012), Oliveira e Abramowicz (2010) e Carvalho (2005) trazem dados que comprovam que sujeitos negros tendem a introjetar uma visão negativa sobre si próprios. A estética negra não é valorizada, suas ações não são reconhecidas e as particularidades próprias de crianças e adolescentes são enfatizadas como elemento negativo.

No artigo de Carvalho (2005) a autora discute uma pesquisa realizada em um Instituto Federal de Educação de São Paulo, onde aplica questionários objetivos com alunos das primeiras até as quartas séries do Ensino Fundamental e entrevistas narrativas com as respectivas professoras dos alunos. Nos questionários objetivos era perguntado às crianças com elas se autodeclaravam perante o quesito cor, utilizando as definições propostas pelo IBGE. Para as professoras era perguntado como elas definiam o tom de pele dos alunos, independente dos termos utilizados pelo IBGE.

Uma das conclusões da autora, em suas análises, foi que os alunos eram sempre classificados como mais escuros ou mais claros conforme sua disciplina em sala de aula. Quando comparadas duas crianças com o mesmo tom de pele, sendo um o “furacãozinho da sala” e o outro um menino disciplinado, Carvalho (2005) percebeu que as professoras sempre embranqueciam, em suas definições de cor, os alunos disciplinados e aqueles que eram indisciplinados, que faziam muita bagunça, eram sempre escurecidos diante os olhos da professora.

Trazendo a abordagem desta pesquisa para este Trabalho de Conclusão de Curso, procurarei compreender e me referir a esses dados de Carvalho (2005) como *embranquecimento escolar*. Com isso, quero me referir ao processo que leva algumas crianças que tem sucesso em seu processo de escolarização a serem classificadas, ou tratadas como brancas, ou como mais claras, do que seriam classificadas se tivessem outros resultados escolares. Pretendo utilizar este termo durante a análise de duas entrevistas, onde destaco,

concomitantemente, às contribuições de Carvalho (2005), a teoria de Oracy Nogueira (1998) sobre preconceito de marca no Brasil. Tal teoria destaca que pessoas negras sofrem preconceitos por terem marcas socialmente reconhecidas como marcas da população negra. Estas marcas foram construídas histórica e socialmente durante a curta história de nosso país⁵ e estão, intimamente, ligadas a pobreza e criminalização das populações negras.

Buscando aliar a contribuição desses dois referenciais, pretendo analisar o processo de *embranquecimento escolar* vivido pelos entrevistados nessa pesquisa. Na minha compreensão, foi possível perceber que os alunos que não sofreram processos de *embranquecimento escolar* realizaram de 3 a 6 tentativas de vestibular para o curso de Medicina, enquanto os alunos entrevistados que sofreram tal processo de *embranquecimento escolar* realizaram somente uma ou duas tentativas de ingresso no curso da Medicina da UFSC. É importante notar que um desses alunos foi aprovado no vestibular logo após ter concluído o terceiro ano do Ensino Médio.

O processo de *embranquecimento escolar* não está necessariamente ligado ao tom de pele do aluno. Alunos negros podem ser “*embranquecidos*” escolarmente pela sua disciplinarização em sala e alunos brancos podem não sofrer este processo. Este processo é definido por nós, com base teórica nos autores referenciados, como um processo onde o aluno ganha atenção especial daqueles que lecionam e também um estímulo por parte desses à prosseguirem os estudos em nível superior.

Na mesma direção, Weinmann (2006 p.17), ao tratar do tema do assujeitamento, afirma que “ao mesmo tempo em que enuncia a verdade de um sujeito, o liga, coercitivamente, a uma determinada identidade”. As vivências de racismo e preconceito nas escolas vão sendo internalizadas pelas crianças e adolescentes, gerando revoltas e indignações com o sistema escolar e, frutos disso, seriam a evasão escolar e os recorrentes comportamentos indisciplinados. A figura do sujeito assujeitado é, portanto, resultado de relações que lhes são exteriores. As construções sociais, as relações que estabelece e, principalmente, o que os demais sujeitos esperam, são fundamentais à construção de sua identidade.

Os estados de dominação para Foucault (2004a) são aqueles em que os indivíduos estariam totalmente oprimidos e sem poder de ação. Tamanha sujeição parece não

⁵ Prefiro referir como, curta história de nosso país, por tais relações entre populações negras, indígenas e europeias, que se iniciaram a partir da chegada dos portugueses na atual costa Bahia. Toda história dos povos indígenas brasileiros foi apagada da história popular e da disciplina história legalizada pelo MEC.

corresponder às situações vivenciadas pelos sujeitos negros na contemporaneidade. Mesmo assim, gostaria de problematizar, em que medida, a cor e o que ela efetiva em termos de sucesso ou insucesso escolar, podem ser apreendidas como formas de assujeitamento. Mesmo que a “dominação” pela cor da pele pretenda restringir a existência do sujeito negro, quando afirma “você é assim e nada pode mudar a sua aparência”, portanto, nada poderá mudar a sua existência, busco refletir sobre a os termos deste assujeitamento, em que plano se configuraria, bem como sobre as formas de enfrentamento a essa situação em um processo de *dominação* ou *violência estrutural*.

Todos estamos, de alguma maneira, rotulados socialmente. A cor é algo dado, inscrito no corpo do sujeito, decorrendo dela um edifício de representações sobre o sujeito negro. A cor é um dos elementos mais imediatos de classificação social. E, em nossa sociedade ocidental racista, os sujeitos brancos não são designados primordialmente pela caracterização da cor, apenas os não-brancos são classificados por ela. Portanto, se essa subordinação existe, ela passa pelo corpo, no caso específico, pela cor da pele. De acordo com Hasenbalg (1979, p.114),

[...] uma das desigualdades promovidas por este estado de dominação racial pode ser notada na aquisição de emprego. Observa-se nitidamente que em termos de processo de estratificação e mobilidade social, se as pessoas entram na arena competitiva com os mesmos recursos, exceto na filiação racial, o resultado é uma posição inferior dos não-brancos.

Outro ponto que pretendo também atentar nas análises das entrevistas se refere a questão que surgiu no processo de aproximação com o Projeto de Extensão do Observatório das Ações Afirmativas em que ao ter acesso as entrevistas feitas por outros pesquisadores, chamou minha atenção que os estudantes negros afirmaram sentir um desconforto por ter ingressado por meio das Ações Afirmativas. O desconforto se deu, pois, alguns estudantes brancos, provenientes do ensino particular, manifestavam contrariedades, hostilidades e um desmerecimento à forma ingresso dos alunos optantes das Políticas de Ações Afirmativas.

Essa constatação despertou o interesse em atentar também, no processo da pesquisa, se um desconforto igual ou similar, foi sentido por ingressantes brancos que optaram pelas Políticas de Ações Afirmativas, ou se foi sentido somente por estudantes negros que ingressaram por meio dessas Políticas Públicas. Ou seja, interessa saber se as experiências de preconceitos vividas se dão em virtude da origem racial negra dos estudantes ou se o preconceito é direcionado a todos àqueles que ingressam por meio de Ações Afirmativas.

2. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Durante a elaboração do projeto recebi orientações para *deixar que o campo mostrasse suas problemáticas*. De início, esta orientação não agradou, porém, no decorrer da pesquisa, foi possível perceber a importância da comunicação de pesquisador com o campo, tendo sensibilidade para entender onde estavam as problemáticas dentro da conjuntura das Ações Afirmativas relatada pelos entrevistados. Desta forma, foi importante, durante a construção da pesquisa, ter deixado as problemáticas do campo virem à tona, permitindo com que elas se mostrassem para a pesquisa.

Como primeiro passo de pesquisa, decidi entrar em campo com a aplicação de um questionário objetivo. Em conversas com a orientadora e considerando as dificuldades apontadas por Sagaz (2015) em aplicar entrevistas narrativas com acadêmicos do curso de Medicina da UFSC que ingressaram por ações afirmativas, acabamos considerando o método de aplicação de questionários como uma estratégia eficiente e prática para a etapa inicial e exploratória desta pesquisa. Foram realizados 63 questionários com alunos que transitavam dentro de 9 centros de ensino do campus UFSC Trindade.

Obtive resultados mais rápido do que o esperado por meio da realização dos questionários. Este modo de inserção ao campo foi reflexo da leitura do artigo *Interpretando os “caminhos” de uma pesquisa sobre Ações Afirmativas na UFSC*, presente no livro *Ações Afirmativas na Universidade: abrindo novos caminhos*, da autora Shirlei Russin von Dent (2016). Esta leitura incentivou a realizar esse questionário objetivo, mostrando que tanto as análises quantitativas quanto qualitativas poderiam trazer dados interessantes para uma pesquisa.

Minhas perspectivas iniciaram com a tentativa de reunir uma diversidade grande de alunos, bem distribuída entre gêneros, idades, recortes econômicos, recortes raciais, ativismos sociais e percursos escolares entre os diferentes centros da UFSC. Finalizamos esta etapa de campo com 63 questionários objetivos. Nos dois primeiros dias, foi possível realizar 50 questionários com alunos de diversificados centros da UFSC campus Trindade. Nesses dois dias realizei os questionários com alunos dos seguintes centros da UFSC: Centro Tecnológico (CTC); Centro Sócio Econômico (CSE); Centro das Ciências Econômicas (CCE); Centro de Educação (CED); Centro de Física e Matemática (CFM); Centro das Ciências da Saúde (CCS); Centro dos Desportos (CDS); Centro das Ciências Biológicas (CCB) e no Centro de

Filosofia e Ciências Humanas (CFH). Neste processo, me acostumei a iniciar as abordagens por volta das 10hrs da manhã, fazendo uma breve pausa para o almoço do Restaurante Universitário (RU). Após o almoço me direcionava a algum centro de estudos acima citado para abordar alunos em seus horários de pausa. Permanecia neste centro até o horário médio das 15:30 horas – horário próximo a pausa das 16:00 horas – quando me direcionava a outro centro de ensino da UFSC da Trindade para aplicar questionários com um perfil distinto de alunos, distinto por pertencerem a outro centro de ensino.

No terceiro dia de abordagens decidi ir até o CCS (Centro das Ciências da Saúde) onde tive a sorte de encontrar um conhecido. Após contar a este conhecido sobre a dificuldade de realizar entrevistas com alunos optantes das Políticas de Ações Afirmativas da Medicina, ele relatou que havia acabado de ingressar no curso de Medicina por meio das Ações Afirmativas. Este conhecido sugeriu irmos até o Centro Acadêmico da Medicina para então, realizarmos as abordagens adequadas com estes alunos das Políticas de Ações Afirmativas do curso de Medicina da UFSC. Devo ressaltar que este colega não fez parte dos meus entrevistados, justamente, por ser tão próximo, acabamos supondo que esta proximidade poderia influenciar em algum quesito dentro das entrevistas. Dessa forma optei em não realizar nem o questionário e nem entrevista gravadas por áudio.

O Centro Acadêmico da Medicina é um ambiente totalmente diferente do experienciado em comparação a outros Centros Acadêmicos *UFSCquianos*⁶. Posso iniciar essa descrição através do espaço físico, o qual é bem maior do que um Centro Acadêmico convencional dos demais cursos de graduação da Universidade, sendo muito maior inclusive do que Núcleos de Estudos de professores da UFSC. Além do espaço físico ser de 5 a 10 vezes maior que o convencional, para um centro acadêmico da UFSC, dentro do seu espaço físico encontramos 3 camas de casal, sofás e poltronas para uma média de 20 pessoas, cafeteira, geladeira, frigobar, freezer, máquina de esquentar água, banheiro e outros utensílios.

O clima dentro do Centro Acadêmico (CA) da Medicina é mais ou menos parecido com o clima de dentro da Biblioteca Universitária (BU). Os alunos costumam falar baixo e respeitar o silêncio e o espaço, tendo em vista que este espaço é compartilhado por um grande número de alunos, que algumas vezes aproveitam para dormir ou cochilar, entre os períodos de aula e estágios noturnos no Hospital Universitário (HU).

⁶ Este é um termo usado por estudantes da UFSC para identificar alunos e até mesmo espaços físicos da própria instituição, da mesma forma que é utilizado para falar sobre “festas UFSCquianas”.

Entre os momentos de espera da realização de um questionário e outro, entrou no CA um homem de cabelos curtos e grisalhos e de bigode do mesmo tom, vestindo uma calça jeans e uma camisa azul bem escura escrita UFSC e carregando em seu pescoço, um crachá dos servidores da Universidade. Este homem entrou na sala com voz de poder e de autoridade, falando alto e em bom tom, para que todos pudessem ouvir. Este homem estava se direcionando a mim e veio questionar o que eu estaria fazendo ali, sendo que eu não era um dos alunos do curso de Medicina. Ele se auto intitulava como coordenador chefe do departamento de segurança do prédio da Medicina e, por isso, deveria estar ali restringindo a entrada de pessoas que não tivessem ligação com a UFSC e com o departamento de Medicina⁷. Após ter explicado toda a situação e que eu estava ali para realizar uma pesquisa coordenada pelo NEPI, tendo como coordenadora e orientadora da pesquisa a Professora Dra. Antonella Tassinari, do departamento de Antropologia, o tal senhor me exigiu que, na próxima vez que ele me visse no mesmo ambiente, eu deveria apresentar um termo, uma autorização, de que eu estivesse realmente realizando uma pesquisa de campo com os alunos da Medicina e, caso contrário, eu não poderia permanecer dentro do CA da Medicina. Após esse dia nunca mais voltei a encontrar esse senhor. Tal aspecto foi sorte, pois em nenhum dos dias em campo eu levava junto a mim os termos que ele havia exigido.

É interessante analisar esse ocorrido como uma barreira existente na aproximação com os alunos da Medicina. Antes da entrada deste homem no CA, um aluno da Medicina entrou e saiu do CA olhando fixamente para mim. Durante a estadia deste aluno eu não fiz nada, só estava ali esperando que algum aluno simpático da Medicina entrasse para poder realizar um dos questionários com alguém com o “perfil adequado”⁸. Contudo, quando este aluno saiu do CA, posso supor que ele deva ter se dirigido a alguém da segurança do prédio para dizer que “tem alguém desconhecido dentro do CA”. Obviamente isso não passa de uma suposição, mas como eu já havia perguntado sobre a minha entrada para a recepção do CA – pois é, o CA da Medicina tem inclusive uma recepção própria do lado de fora – suponho que deve ter havido alguma comunicação entre o aluno, a recepção do CA e o chefe da segurança do prédio para

⁷ Nota-se que o chefe da segurança estava ali para restringir qualquer pessoa que não fosse do *Departamento de Medicina* em específico, ou seja, inclusive alunos de outros cursos do CCS como Odontologia, Enfermagem ou Nutrição também seriam barrados pelo chefe do Departamento de segurança caso estes alunos estivessem circulando neste ambiente sem qualquer autorização ou vínculo com o curso de Medicina da UFSC.

⁸ A escolha dos entrevistados do CA de Medicina se deu por meio da exclusão de perfil: aqueles alunos que demonstravam soberba e desdém em sua postura e corporalidade ou que vestiam roupas caras e de grife foram excluídos da possibilidade de serem abordados por mim. O rapaz citado no contexto da pesquisa possuía ambas características.

que eles soubessem que eu era um pesquisador e que estaria ali dentro do Centro Acadêmico.

Pela forma rude em que o chefe da segurança do departamento entrou na sala, dificilmente acredito que tenha sido apenas uma comunicação entre a recepção e o chefe de segurança, acredito mais que possa ter havido uma reclamação do aluno que parecia estar “desconfortável” com a minha presença naquele ambiente. Todavia, isso não passa de uma suposição. Mas o fato intrigante é que o chefe da segurança do prédio já sabia que havia um pesquisador de outro centro da UFSC realizando uma pesquisa de campo com os alunos da Medicina dentro do Centro Acadêmico do respectivo curso.

De certa forma, essa atitude rude não abalou, porém, deixou um clima “estranho” no ar, onde até mesmo os alunos ficaram meio receosos em falar comigo. Contudo, após o ocorrido, consegui realizar meus questionários normalmente sem empecilhos. Foi possível realizar um número relevante de entrevistas dentro do Centro Acadêmico. Neste processo do campo permaneci por 3 dias realizando entrevistas de questionários objetivos dentro do CA. Como deveria esperar até que os alunos entrassem no local, não foi possível realizar um número tão grande de entrevistas quando comparado às entrevistas realizadas no campus da UFSC. Esse aspecto deve-se ao tempo de espera entre uma entrevista e outra, que variavam de 10 min a 1 hora. Caso eu começasse a entrevistar todos os alunos que entrassem pela porta do CA, eu poderia começar a ser um incômodo para os estudantes. Portanto, decidi selecionar os alunos através do perfil destes, selecionando os alunos com “perfis mais apropriados” para às abordagens.

O que despertou interesse nesta fase do campo foi a receptividade positiva dos alunos das Políticas de Ações Afirmativas da Medicina. Em geral, nenhum aluno negou realizar as entrevistas, contudo houve um “processo de seleção” dentre os alunos. Este “processo de seleção” foi realizado por meio dos olhares que se direcionavam a mim. Ou seja, aqueles alunos que olhavam com aversão e com “cara de poucos amigos”, eu decidi não os abordar, mas, aqueles alunos que se portavam de forma mais passiva e amigável, educadamente eu perguntei se estaria disposto a contribuir com uma pesquisa de campo realizando um questionário rápido de cerca de 5 minutos sobre a opinião deles em relação às políticas de Ações Afirmativas. Embora a questão socioeconômica fosse previamente avaliada nesse processo de seleção, o que mais definia os alunos que seriam abordados era realmente a sua receptividade. Alunos que não se importassem com a minha presença ali dentro ou que não a questionassem seriam possíveis entrevistados. Já os alunos que tentavam evitar a troca de

olhares ou se sentiam incomodados com a minha presença não seriam abordados.

Neste momento do campo de pesquisa, continuei realizando questionários. Naquele dado momento, acreditava que através deles teríamos acesso aos alunos das Políticas de Ações Afirmativas da Medicina e, dessa forma, poderia contatá-los para concretizar as entrevistas via áudio. O que não imaginava é que a grande maioria dos estudantes provenientes de Políticas de Ações Afirmativas da Medicina não costumam frequentar o Centro Acadêmico do seu curso por achar o espaço muito elitizado ou hierárquico. Aqueles estudantes provenientes da Políticas de Ações Afirmativas que geralmente frequentam o CA são, muitas das vezes, estudantes provenientes de ensinos públicos de qualidade (Institutos Federais, Colégios Aplicações ou Colégios Militares) com famílias mais abastadas. Tal aspecto não é uma regra excludente, mas grande parte dos entrevistados evitam o espaço do Centro Acadêmico Livre da Medicina (CALIMED).

O processo de realização de questionários dentro do Centro Acadêmico da Medicina, é importante lembrar que houve indicações – *dicas* - para conversar sobre questões ligadas a movimentos sociais com duas alunas em específico do próprio curso de Medicina. Foi dito que estas duas alunas poderiam auxiliar melhor com questões ligadas a movimentos sociais vinculadas ao curso de Medicina. Foi neste momento que conheci o Coletivo Humaniza e os seus propósitos dentro do curso de Medicina.

Como forma de introduzir o projeto aos alunos das Políticas de Ações Afirmativas da Medicina e para que eles pudessem se sentir mais à vontade com esta pesquisa, convidei uma das organizadoras do Coletivo Humaniza para realizarmos uma primeira entrevista narrativa. Mesmo ela não sendo optante de Ações Afirmativas achei importante realizar esta entrevista como forma de introduzir o contexto do curso de Medicina na pesquisa e, também, como forma de introduzir o objetivo da pesquisa para os alunos das Políticas de Ações Afirmativas.

A primeira entrevista foi realizada com uma aluna não proveniente de Políticas de Ações Afirmativas, mas este já era um bom início, pois esta aluna, foi a porta de entrada para as entrevistas realizadas na pesquisa. Esta foi então uma parte de trajetória que se caminhava cada vez mais para perto dos alunos das Políticas de Ações Afirmativas da Medicina.

Ao total, realizei duas entrevistas com alunas não provenientes de Políticas de Ações Afirmativas, que não trouxeram grandes revelações no âmbito da pesquisa sobre Ações Afirmativas, mas foram importantes no processo de aproximação com alunos das Políticas de Ações Afirmativas da Medicina da UFSC e para compreender a conjuntura estudantil,

ideológica, política e social de professores, alunos e coordenação do curso de Medicina.

Após ter realizado a entrevista com uma das organizadoras do Coletivo, fui convidado por ela a participar de uma palestra no auditório do CCS sobre as problemáticas relacionadas à implementação da PEC 55⁹. Nesta palestra, fiz questão de ir ao palco e direcionar uma pergunta para um dos palestrantes, pedindo por mais explicações sobre possibilidades alternativas que não estivessem vinculadas a PEC 55¹⁰. Neste momento, achei importante me apresentar como formando do Curso de Ciências Sociais e também como pesquisador das Políticas de Ações Afirmativas da UFSC. Achei este momento oportuno para me expor como pesquisador, para que de uma forma ou de outra, eu pudesse “causar boas impressões” aos alunos das Políticas de Ações Afirmativas que estavam na palestra e que poderiam vir a ser meus futuros entrevistados. Esta hipótese de fato ocorreu, pois foi nesta ocasião que dois, dos futuros entrevistados, me viram pessoalmente pela primeira vez.

Neste meio tempo realizei além das entrevistas narrativas, duas pequenas entrevistas com intuito esclarecedor, as quais não haviam sido planejadas. Uma dessas entrevistas foi realizada com o diretor da SAAD (Secretaria das Ações Afirmativas e Diversidades) da UFSC com o intuito de esclarecer alguns pontos sobre os percentuais de vagas reservadas ao exame do vestibular e ao exame do ENEM pela UFSC. A segunda entrevista foi realizada com a equipe de coordenação do Cursinho pré-vestibular Gauss, que como característica ímpar, é um cursinho popular oferecido gratuitamente para alunos oriundos de ensino público e de baixa renda.

No dia seguinte à palestra, fui convidado a participar de uma reunião com os integrantes do Coletivo Humana. Nesta primeira reunião, tivemos um tópico em pauta para realizar a discussão referente a pesquisa sobre Ações Afirmativas com alunos das Políticas de Ações Afirmativas do curso de Medicina. Esta reunião foi então o primeiro contato direto com os alunos das Políticas de Ações Afirmativas do curso e foi onde tentei o primeiro contato com eles.

⁹Na palestra ministrada por professores do curso de economia da UFSC a PEC 55 foi definida como um Projeto de Lei Constitucional, onde neste projeto, algumas alterações seriam realizadas na Constituição do Brasil. Estas alterações iriam envolver corte e congelamento de verbas para a saúde pública, educação e congelamento dos salários de grande parte de todos os funcionários públicos do país. Todavia os salários de desembargadores, juizes, senadores e deputados foi reajustado antes da PEC 55 entrar em vigor. Tal reajuste salarial não foi direcionado para outros servidores públicos.

¹⁰A solução colocada pelo palestrante como medida contrária a PEC 55 foi a reforma da previdência social. É interessante notarmos que meses depois à implementação da PEC 55 inclui a reforma da previdência social. Isso leva a concluir que a palestra oferecida desde o início aos alunos do CCS, estava baseada em aspectos tendenciosos a favor do governo Temer.

No final da reunião deixei convite de contato via Facebook, WhatsApp, celular e e-mail para que aqueles que tivessem interesse em participar pudessem me contatar. Infelizmente não houve nenhum retorno através dessas mídias sociais e contatos pessoais. Quem conseguiu conversar com os alunos das Políticas de Ações Afirmativas e auxiliar com as entrevistas foi uma das organizadoras do Coletivo Humaniza, a qual já havia realizado uma das entrevistas comigo, mesmo não sendo aluna optante de ação afirmativa. Por meio deste apoio consegui realizar duas primeiras entrevistas, com os alunos John e Mariana. Recebi o contato de dois alunos indígenas, porém optei em não abordar estes recortes dentro dessa pesquisa por dois motivos; 1) O colega de núcleo de pesquisa Lucas já estava realizando sua pesquisa focada em alunos indígenas da UFSC, portanto estes contatos seriam interessantes para ele. 2) Tratar das problemáticas de alunos das Políticas de Ações Afirmativas e de alunos das Políticas de Ações Afirmativas indígenas da Medicina iria abranger demasiadamente o debate deste Trabalho de Conclusão de Curso. Com certeza, seria possível realizar ambas abordagens, contudo necessitaria de mais tempo para a pesquisa.

Após ter realizado essas duas entrevistas com os alunos John e Mariana entrei em contato com alguns membros do Coletivo Humaniza através do Facebook. Foi através desta mídia social que foi possível realizar a terceira entrevista com o aluno Luís. Este procedimento de contatar os alunos através da mídia social Facebook foi um reflexo e uma experiência positiva encontrada no Trabalho de Conclusão de Curso da colega Gabriela Sagaz (2015).

Após a realização destas três entrevistas o processo de pesquisa ficou estagnado em virtude aos feriados de final de ano e férias universitárias. Por volta do mês de Fevereiro decidi retomar e terminar a etapa de entrevistas via áudio. Tentei novamente entrar em contato com alunos do Coletivo Humaniza por meio de grupos da Medicina e do próprio coletivo no Facebook. Esta terceira aproximação foi um pouco mais dificultosa em virtude de não ter tido a presença ou apoio de outros alunos da Medicina nesta etapa de aproximação com os entrevistados. Todavia pelo Facebook foi possível realizar contato e as entrevistas com o aluno e aluna Roberto e Delfina.

Após ter realizado a entrevista, o aluno Roberto comentou com Delfina sobre a minha pesquisa e, nesse momento, ela percebeu que também havia sido contatada via Facebook, mas não havia visto as mensagens recebidas. Portanto, ao finalizar a entrevista com Delfina, encerra-se o processo de campo de entrevista, o que nos levou, automaticamente, ao processo

de transcrição das entrevistas gravadas.

Foi possível perceber entre os entrevistados nos momentos de realização das entrevistas um sentimento de desabafo, onde que aquele momento, além de contribuir com a pesquisa, poderia ser usado como forma de expressar e desabafar todas suas mágoas e opressões sentidas consigo e com seus colegas de curso no centro de Medicina. Dessa forma, muitos dos relatos trazidos aqui, mais do que dados importantes para esta pesquisa, são sentimentos e emoções vividas por estes alunos e desabafados nos momentos de entrevista. Portanto o intuito de realizar análises qualitativas visa não somente compreender as trajetórias escolares relacionando-as com suas trajetórias de vidas, mas também visam compreender e mostrar o que estes alunos viveram, vivem, sentiram e ainda sentem quando estão em meio a seus colegas de curso e professores. Não é objetivo da pesquisa comprovar os fatos narrados nem realizar denúncias.

Um dos aspectos que chamou a atenção no momento de análises de dados, foi que os entrevistados se conheciam entre si. Fica como hipóteses de que um entrevistado possa ter “motivado” o outro a participar das entrevistas, esse aspecto foi relatado por três entrevistados. As entrevistas podem ter ocorrido de forma positiva e de fácil acesso, pelo fato dos entrevistados terem se sentido confortáveis no momento da narração. A exemplo disso temos o Roberto que se comunicou com Delfina sobre a entrevista. Ambos foram contatados no mesmo dia através do Facebook, contudo, somente o Roberto respondeu a mensagem. Após sua entrevista ele falou que falaria com “outras pessoas” para fazerem a entrevista. Alguns dias depois a Delfina respondeu as mensagens via Facebook com o discurso de que havia conversado com o Roberto sobre a entrevista e havia gostado da proposta. O mesmo ocorreu com a entrevistada Flávia (que ingressou pela classificação geral) e o entrevistado John (que ingressou nas cotas para negros), em que a entrevistada Flávia motivou o John a participar da pesquisa. Na entrevista realizada com o Luís, em um dado momento o entrevistado diz: “eu não sei se a Mariana já te contou isso”, mostrando nesse momento, uma ciência por parte do entrevistado de que havia sido realizada, anteriormente, uma entrevista com a Mariana. Portanto, posso concluir que o círculo social entre os entrevistados pôde ser mencionado como um ponto a favor nesta pesquisa. Acredito que quando as técnicas de pesquisa são consideradas agradáveis para os entrevistados, onde estes se sentem vontade para falar e conversar, não de uma forma mecânica ou monótona, mas sim como uma troca de informações, influencie não somente na própria entrevista, mas também para que outras

entrevistas possam ser realizadas. Foi perceptível, portanto, uma comunicação entre os entrevistados fora do momento de entrevistas, onde estes possivelmente incentivaram os seus colegas a participarem da pesquisa.

3. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: UMA APROXIMAÇÃO AO PERFIL DOS ESTUDANTES DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC

Neste capítulo me concentrarei em analisar os dados recolhidos na primeira etapa do campo de pesquisa. Nesta breve análise refletirei sobre algumas problemáticas notadas neste período. Tendo em vista que tanto as dificuldades socioeconômicas como as dificuldades geradas pela segregação racial são polêmicas, importantes e centrais dentro das Políticas de Ações Afirmativas, consideramos, no mínimo, pertinente relatar sobre ambas as problemáticas retratadas pelos sujeitos que responderam ao questionário.

Devo lembrar de antemão dois aspectos metodológicos importantes para esta primeira etapa do campo; A primeira etapa do campo desta pesquisa não está vinculada ao Projeto Observatório das Ações Afirmativas da UFSC, esta primeira etapa foi baseada na leitura do artigo *Interpretando os “caminhos” de uma pesquisa sobre Ações Afirmativas na UFSC*, da autora Shirlei Russin von Dent (2016). Em segundo lugar, devo destacar que não havia planejado realizar análises sobre esta etapa de campo. Esta primeira etapa serviria apenas como uma forma adequada de aproximação ao campo de pesquisa e aos entrevistados que se constituíam como público-alvo. Contudo, após ter finalizado a etapa dos questionários objetivos e depois de discuti-los com a equipe do NEPI e com a orientadora, percebemos que poderiam ser utilizados, com a ressalva de que não foram feitos amostragens estatísticas para serem representativos dos centros ou da própria UFSC.

As problemáticas relatadas por meio das entrevistas narrativas com alunos optantes das Ações Afirmativas do curso de Medicina trouxeram problemáticas vinculadas as dificuldades vividas dentro da Universidade, mas também dificuldades no processo de ingresso.

Sabemos que o período de estudos para ingresso em uma Universidade pública no Brasil não é fácil para ninguém. O processo ritualístico brasileiro de realizar provas de vestibulares é conhecido nacionalmente como um período massivo, frustrante e doloroso. Porém as dificuldades relatadas pelos entrevistados nas entrevistas ultrapassaram essas “dificuldades socialmente aceitas”, adicionando a esse doloroso processo, as dificuldades socioeconômicas e dificuldades de terem estudado em instituições de ensino público durante suas trajetórias escolares.

As maiores dificuldades relatadas nas entrevistas foram as problemáticas relacionadas

a como conseguir estudar para o exame do vestibular sem condições financeiras e sem poderem trabalhar para pagar os cursinhos pré-vestibulares. O apoio financeiro e os sacrifícios realizados pelos familiares foi de extrema importância para que estes alunos conseguissem estudar para os exames do vestibular. Porém, esse ponto despertou grande inquietação: quais são os perfis de estudantes que têm condições de ingressarem na UFSC se a família desses alunos tem condições de pagar 2 ou 3 anos de cursinhos particulares no valor de R\$ 1.200,00 mensais? Foi possível perceber uma diferença nítida entre os alunos que ingressaram no ano de 2016 e, entre alunos que ingressaram nos anos de 2012 e 2014. A diferença se mostrou mais marcante na questão socioeconômico e na formação escolar, em que os alunos que ingressaram em 2012 e 2014 relataram estudar em instituições de ensino público de excelência (Institutos Federais e Colégios Aplicação) e tiveram condições de cursar cursinhos pré-vestibulares pagos ou com bolsas, parciais ou completas.

Por este motivo, analisarei, em primeira instância, a renda familiar e dificuldades socioeconômicas expostas pelos estudantes que responderam ao questionário, tendo em vista que esta problemática despertou bastante interesse no decorrer da pesquisa. O intuito desta abordagem é problematizar o perfil de alunos que têm atualmente acesso à universidade por meio das Ações Afirmativas.

Nesta análise, pretendo realizar análises cruzadas de dados, para que com esse cruzamento de dados, seja possível descobrir tanto aspectos importantes no perfil dos alunos, assim como novas técnicas metodológicas na realização das entrevistas. O questionário foi elaborado pensando nos processos metodológicos de campo.

Cabe esclarecer que na elaboração do questionário, ao invés de optar pelo termo *preto* nas opções sugeridas na elaboração do questionário, optei por utilizar a opção de autodeclaração *negro*. Realizei esta alteração, que não segue a autodeclaração proposta pelo IBGE, por achar pejorativo o termo *preto* e, por muitas vezes, este mesmo termo ser utilizado como forma de agressão com conotação pejorativa. No âmbito das políticas raciais o termo *negro* é utilizado como posição política e ideológica, geralmente aceitando todas aquelas que se autodeclarariam *pretos* ou *pardos* de acordo com as opções do IBGE. Desta forma pode se tornar ambíguo dar as opções de declaração *negro* e *pardo* como possibilidades, pois o termo *negro* é geralmente usado para os autodeclarados *pretos* ou *pardos*. Contudo acreditei ter sido mais ético o uso do termo *negro*, tendo em vista, novamente o fato de termo *preto* ser utilizado muitas vezes de forma negativa, pejorativa e agressiva. O mesmo ocorreu com o

termo *amarelo*, em que os chineses eram chamados pejorativamente de *peles amarelas*, e por isso optei pelo uso do termo oriental, tendo em vista também que o termo *amarelo* carrega uma carga história de hostilidade da mesma forma que o termo *preto*.

Foram realizadas críticas a esta opção de autodeclaração adotada no questionário desta pesquisa durante a banca de qualificação do projeto. Porém, infelizmente os 63 questionários já haviam sido aplicados no momento em que esta crítica foi realizada. Dessa forma não pudemos remediar sobre as opções de autodeclaração dispostas. A crítica mais recorrente a opção de não utilizar as categorias do IBGE foi que os dados desta pesquisa não podem ser usados em comparação com outras pesquisas com recorte étnico-racial que utilizem um processo de autodeclaração dos entrevistados. Portanto esta crítica fica com aprendizado para futuras novas pesquisas, onde me atentarei mais sobre os protocolos utilizados pelo IBGE, e quando necessário realizarei críticas a este modelo institucionalizado. Talvez ao invés de substituir o termo negro pelo termo preto, devíamos ter substituído os termos preto e pardo pelo termo negro, não gerando oportunidade pela ambiguidade de termos nesta pesquisa.

Segue, portanto o questionário utilizado na primeira etapa de abordagens no Campus UFSC Trindade:

Nome:

Sexo:

M – F – T

Idade:

Naturalidade:

Autodeclaração de raça/cor:

Branco – Negro – Pardo – Indígena – Oriental

Percurso Escolar:

– Somente Ensino Público

– Ensino Médio Público

– Somente Ensino Particular

– Ensino Médio Particular

Em qual centro você estuda?

CFH – CTC – CCA – CSE – CCE – CCJ – CED – CFM – CCS – CDS – CCB

Qual a sua fase?

1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – Mestrado – Doutorado

Participa de movimentos ativistas?

Sim – Não

Número de familiares na casa

1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10

Renda mensal total

450 – 800 – 1.500 – 2.000 – 3.000 – 4.500 – 7.000 – 10.000 – 15.000 – 20.000 – +++++

Ingressou na UFSC através das Ações Afirmativas?

Sim – Não

– Escola Pública

– Escola Pública para Pretos, Pardos ou Indígenas

– Povos Quilombolas

– Indígenas

– Negros

Por qual recorte de renda?

– Nenhum

– acima de 1,5x salário mínimo per capta

– a baixo de 1,5x salário mínimo per capta

Você sabe como funciona o sistema de cotas na UFSC?

Sim – Não – Parcialmente

Você concorda com as políticas das Ações Afirmativas da UFSC? Está a favor delas?

Sim – Não – Parcialmente

Quais em específico você concorda?

– Ensino Médio Público

– Recorte Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI)

– Povos

Quilombolas

– Indígenas

– Negros

– Nenhuma

Você estaria disposto a participar de uma entrevista individual e/ou um grupo focal a respeito de sua trajetória escolar e sobre sua opinião pessoal perante as cotas?

Sim – Não

Telefone:

3.1 DADOS SOBRE RAÇA E PERCURSO ESCOLAR A PARTIR DOS QUESTIONÁRIOS DA PRIMEIRA ETAPA

A primeira etapa do campo da pesquisa se encerrou com um total de 63 questionários realizados com alunos de diversos centros do campus UFSC Trindade. Entre eles, tivemos alunos *não-optantes* das Políticas de Ações Afirmativas (PAA), assim como alunos que optaram ingressar por meio de tais Políticas.

De acordo com os dados, dentre os alunos abordados nesta etapa de pesquisa, um total de 48% não eram optante de Ações Afirmativas, e 52% dos mesmos, eram alunos que haviam ingressado através da Política Ação Afirmativa (P.A.A). Devo analisar estes dados de forma positiva, pois pode-se acreditar que seja um dado importante que o maior grupo de alunos encontrados dentro da UFSC nesta pesquisa, sejam alunos optantes das P.A.A.

Deve-se levar em consideração que um dos alunos optantes de Ações Afirmativas era oriundo de ensino particular e ingressou através de vagas suplementares para negros. Entre alunos das Políticas de Ações Afirmativas que realizaram o Ensino Médio em instituições públicas, dois deles optaram em se inscrever através das vagas suplementares para negros oferecidas pela UFSC e não pelas vagas P.PI (pretos, pardos ou indígenas) de estudantes oriundos de Ensino Médio público.

Quadro 1: Ingressos através das Ações Afirmativas

| Ingressos através das Ações Afirmativas | Optantes | % | Não-optantes | % |
|--|-----------------|----------|---------------------|----------|
| | 33 Alunos | 52% | 30 alunos | 48% |

Fonte: do autor com base nos questionários

Em relação a autodeclaração racial exposta pelos entrevistados temos então uma maioria de 63% autodeclarados brancos.

Quadro 2: Autodeclaração

| Autodeclarados | Branco | Negro | Pardo | Indígena | Oriental |
|--------------------------------|---------------|--------------|--------------|-----------------|-----------------|
| Número de entrevistados | 40 | 15 | 8 | - | - |
| % | 63% | 24% | 13% | - | - |

Fonte: do autor com base nos questionários

Dentre aqueles que tiveram toda sua trajetória escolar em instituições públicas ou aqueles que tiveram somente o Ensino Médio em instituições públicas, soma-se, portanto, um total de 35 alunos, em que 5 destes alunos optaram em não prestar vestibular pelas Ações Afirmativas. Somei, portanto, 56% de entrevistados que possuíam trajetórias escolares completa ou somente o Ensino Médio em instituições públicas, dos quais somente 46% dos entrevistados optaram em ingressar na UFSC por meio das Ações Afirmativas para oriundos de Ensino Médio público.

Quadro 3: Percursos escolares

| Percursos escolares | Somente Público | E.M Público | Somente Particular | E.M Particular |
|----------------------------|------------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|
| Número em % | 45% | 11% | 33% | 11% |
| Total de alunos | 28 alunos | 7 alunos | 21 alunos | 7 alunos |

Fonte: do autor com base nos questionários

Por meio dos dados do Quadro 3 é possível perceber que existiu, dentre os respondentes do questionário, uma permanência nas instituições de ensino; aqueles que estudaram em ensino público, em sua grande maioria, tiveram toda sua trajetória nessas instituições e, o mesmo ocorre com os alunos oriundos de ensinos particulares. Soma-se um percentual pequeno de 22% de alunos que transitaram entre as instituições de ensino público e as instituições de ensino privado. Dessa forma, podemos perceber uma solidez das estruturas socioeconômicas dentre os pesquisados, em que poucos deles tiveram a oportunidade ou a necessidade de trocarem de instituições de ensino ao longo de suas trajetórias escolares.

Dentre os optantes das Ações Afirmativas, temos uma maioria de ingressos através do recorte de: *estudantes oriundos do Ensino Médio em escolas públicas sem recorte racial*. Já tinha como hipótese que o maior grupo de alunos ingressos por meio das Ações Afirmativas fossem por meio desta modalidade. O que não era esperado era o resultado de certo ponto “frustrante” de ingressos por meio de *Vagas Suplementares para negros*, que atingiram somente 9% do total de ingressos por Ações Afirmativas entrevistados nesta pesquisa como apresento no Quadro 4:

Quadro 4: Recorte da categoria das PAA dos optantes de Ações Afirmativas

| Optantes de Ações Afirmativas | E.M Público | Vagas P.P.I | Suplementares para negros | Total |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------------------|--------------|
| Número de alunos em % | 64% | 27% | 9% | 100% |
| Total de alunos de PAA | 21 | 9 | 3 | 33 |

Fonte: do autor com base nos questionários

Observando os dados no Quadro podemos ver que esse percentual fica ainda mais baixo quando relacionado ao número total de entrevistados, chegando a menos de 5% do número total de entrevistados nesta pesquisa, tendo exatamente 4,76% de ingressos por meio de vagas suplementares para negros dentro da amostragem recolhida no campus UFSC Trindade.

Em uma reunião com o diretor da SAAD (Secretaria das Ações Afirmativas e Diversidades) da UFSC, o mesmo expôs que poderiam tentar modificar as vagas suplementares, pois no último ano vigente de 2017, das 200 vagas suplementares oferecidas para negros, somente 97 delas foram preenchidas.

Queremos dizer que, além da necessidade de um maior investimento na divulgação destas Políticas, elas se apresentam para o seu público-alvo de uma forma bastante complexa e confusa, sendo difícil até mesmo para os pesquisadores das Ações Afirmativas entenderem como realmente funcionam essas Políticas Públicas.

Para referenciar o que afirmo, socializo um caso, relatado por um coordenador do curso pré-vestibular gratuito ofertado para alunos que poderão se inscrever no vestibular por meio de Ações Afirmativas. O coordenador conta que uma aluna negra, oriunda de Ensino Médio público, relatou que lamentou não ter conseguido ser aprovada no vestibular UFSC para jornalismo no ano de 2017. Este incidente ocorreu devido ao desconhecimento da aluna no momento da inscrição, que não soube como se inscrever através das Ações Afirmativas no vestibular UFSC. Além disso, o coordenador do cursinho, também afirma que alguns alunos do cursinho Pré-vestibular gratuito Gauss relataram sentir medo de serem aprovados no vestibular e, na hora da comprovação de renda, a PRAE se recusar a aceitar os documentos de comprovação de baixa renda.

Ainda buscando situar de onde partem minhas afirmações, o coordenador do pré-vestibular Gauss, relatou que no ano de 2016, ocorreu um caso entre um dos alunos do curso de pré-vestibular, em que um de seus alunos havia sido aprovado no vestibular, mas, no

momento de comprovação renda, a PRAE não considerou a irmã do aluno de 1 ano de idade como pessoa física por ela não possuir CPF. Nesse caso, desconsiderar a existência e as dificuldades familiares com uma criança de colo, acarretou a desclassificação do aluno, pois ao dividir a renda mensal total dos familiares por 4 membros e não por 5, fez com que a renda *per capita* ultrapassasse 20 reais por pessoa e o aluno foi desclassificado da lista de aprovados UFSC 2017.

Mais do que analisar as trajetórias escolares dos entrevistados, estou aqui para encontrar problemáticas a serem aperfeiçoadas dentro destas Políticas Públicas. Se o intuito é gerar oportunidade para alunos de baixa renda entrarem no ensino público superior, então devemos não só lidar com números, mas sim saber avaliar cada caso considerando as dificuldades sociais vividas por estes estudantes.

Se já não bastam as dificuldades sociais vividas pelos alunos de baixa renda para conseguirem ingressar na UFSC, eles ainda têm que se submeter a mais problemas e dificuldades sociais como estas, dentro das próprias Políticas Públicas feitas para beneficiá-los. Problemas e dificuldades sociais como estas não acontecem com alunos da classe média ou classe média alta, dificuldades sociais como estas se apresentam para aqueles que já passam dificuldades sociais. A UFSC ainda continua sendo um espaço de segregações e preconceitos mascarados (assim como quase todas as formas de preconceitos e segregações no Brasil) e esses preconceitos e segregações são reproduzidos, seja por alunos, professores ou funcionários públicos. Esta falta de sensibilidade com aqueles que passam dificuldades sociais e econômicas está presente, cotidianamente, dentro da Universidade. É nosso papel como pesquisadores trabalhar e contribuir para amenizar as desigualdades sociais, também dentro da Universidade.

4. APROXIMAÇÃO AO CURSO DE MEDICINA E AOS SEUS ALUNOS QUE OPTARAM PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS

Este capítulo é dedicado à análise das entrevistas narrativas realizadas com estudantes do curso de Medicina através da Política de Ações Afirmativas. Como já mencionei, o primeiro contato com os alunos da Medicina foi por meio de um ex-colega de centro. Este colega desistiu de cursar psicologia para tentar o vestibular para Medicina por meio das Ações Afirmativas. Através deste ex-colega de centro foi possível visitar o Centro Acadêmico da Medicina, abrindo a possibilidade para a realização do questionário objetivo dentro o do CA. A partir deste primeiro contato com os alunos da Medicina dentro do Centro Acadêmico, houve as primeiras referências sobre o Coletivo Humaniza – que se constitui como um grupo de alunos da Medicina que buscam complementar sua formação pessoal e profissional com uma dimensão definida por eles como mais “humana”. Na página do Facebook o grupo assim se define:

QUEM SOMOS?

O nosso coletivo é composto por estudantes de Medicina que enxergaram a necessidade de complementar as discussões de cunho “humano” latentes à nossa formação pessoal e profissional, que muitas vezes são negligenciadas no nosso curso. Temos um anseio em comum de garantir o trabalho de base, através da promoção de debates sociais e estudos sobre eles; de uma maior integração da Medicina aos demais cursos do cuidado à saúde; da defesa sobre a saúde como direito de todos - e da discussão sobre o afastamento de populações negligenciadas desse serviço -; do apoio às práticas integrativas; da discussão sobre o currículo do curso; de intervenções que aproximem os debates à comunidade (divulgando os temas trabalhados por meio de cartilhas, cartas abertas, intervenções artísticas, mídias na plataforma online, elaboração de propostas em conjunto com outras organizações etc.), e da defesa de uma humanização da saúde. Nossas bandeiras são:

- Garantia da saúde como direito;
- Defesa do SUS;
- Defesa dos direitos humanos;
- Combate à LGBTfobia, machismo, racismo e qualquer outro discurso de ódio;
- Integração da Medicina com as demais áreas do cuidado de saúde;
- Defesa de um currículo generalista, ético, humanista, crítica e reflexivo de fato;
- Ultrapassagem destes debates dos muros da universidade (**Fonte: página da rede social Facebook**).

Após ter realizado o primeiro contato com a organizadora do Coletivo, sugeri a ela a realização de uma entrevista, dessa forma, ela poderia divulgar a pesquisa dentre os membros do coletivo. Porém, mais do que divulgar a pesquisa dentro do coletivo, a organizadora abriu espaço para um debate sobre a temática na reunião do Coletivo Humaniza. Essa entrevista foi

diferente das demais, pois a aluna não é ingressante por Ações Afirmativas. Nesta primeira entrevista, a aluna Flávia demonstra ter uma reflexão apurada sobre o curso e um posicionamento social. Antes de cursar Medicina a aluna estudava Oceanografia no CFH e abandonou o curso na sexta fase para prestar vestibular para o curso de Medicina. Em sua entrevista, a aluna não relatou sobre a sua trajetória estudantil, tendo em vista que estudou a vida inteira em instituições particulares. Todavia, a aluna falou um pouco sobre a trajetória do Coletivo Humaniza e relatou um pouco sobre as dificuldades enfrentadas no curso em relação as relações com os professores e coordenadores do curso de Medicina. Essas dificuldades nas relações com os professores e coordenadores estiveram presentes em todas as entrevistas realizadas.

Podemos encontrar mais detalhes e problematizações a respeito dessas dificuldades de relações presentes curso de Medicina na UFSC na monografia de Thiago Artur Coimbra de Luca (data) intitulada: *Forças que reluzem nas sombras: O poder da deformação profissional do currículo oculto*. Além desta monografia temos a dissertação de mestrado de Rodrigo Otávio Moretti Pires (data), intitulada: *Domesticando corpos, construindo médicos: das relações de gênero à uma sociologia da profissão*.

Alguns dias depois da entrevista com a aluna Flávia, tivemos a reunião do Coletivo Humaniza, onde meu nome foi colocado em pauta como pesquisador das Ações Afirmativas, abrindo espaço para explicar o papel de minha pesquisa perante as Ações Afirmativas e pedir a participação de alunos optantes por essas Ações Afirmativas. Embora a reunião tenha sido muito proveitosa e agradável, ela não trouxe resultados, embora tenha sido uma experiência importante, nenhum aluno ingressante por meio das Ações Afirmativas da Medicina realizou contato através das mídias divulgadas no período da reunião. As primeiras entrevistas foram realizadas graças ao auxílio novamente da coordenadora do Coletivo Humaniza, Flávia, que foi quem entrou em contato com seus colegas de curso.

Conheci também a Paula, integrante dos movimentos sociais do curso de Medicina, a qual também foi mencionada por outros alunos da Medicina dentro do CA. Assim que fiz contato com a aluna Paula, convidei-a para realizar uma entrevista por áudio. As entrevistas realizadas com essas duas alunas que não são ingressantes por meio das Ações Afirmativas, Flávia e Paula, representaram entrevistas *testes*, pois suas entrevistas não foram utilizadas para realizar a análise do perfil dos alunos ingressantes por Ações Afirmativas no curso de Medicina. Essas entrevistas foram uma forma de treino para que pudesse pegar prática de

realização de entrevistas com os demais alunos que viriam a diante.

4.1. PRIMEIRAS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS INGRESSANTES POR MEIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CURSO DE MEDICINA

Nesta etapa de campo tive um total de 7 entrevistas realizadas com alunos do curso de Medicina da UFSC. Dentre estas 7 entrevistas, somente 5 delas foram realizadas com alunos optantes pelas Ações Afirmativas. É importante lembrar que realizar entrevistas restritamente com alunos do curso de Medicina não era o objetivo inicial. Contudo o campo de pesquisa abriu esta possibilidade e a partir do momento em que tive acesso ao Centro Acadêmico da Medicina UFSC, decidi então realizar a etapa qualitativa com estes alunos que estavam dispostos a colaborar com a pesquisa.

Representamos através do Quadro 5 uma forma de visualizar os grupos sociais que os alunos optantes pelas Ações Afirmativas pertencem.

Quadro 5: Dados alunos entrevistados

| | P.A.A | Não P.A.A | Total |
|-----------------------|--------------|------------------|--------------|
| Negros | 4 | - | 4 |
| Branco | 1 | 2 | 3 |
| Homens | 3 | - | 3 |
| Mulheres | 2 | 2 | 4 |
| Heterossexuais | 2 | 2 | 4 |
| Homossexuais | 3 | - | 3 |
| Total | 5 | 2 | 7 |

Fonte: do autor com base nas entrevistas

Algo que chamou a atenção nas entrevistas realizadas e que não havia sido inicialmente pensado como uma variável, diz respeito à opção sexual dos entrevistados, sendo que 3 dos 7 entrevistados declararam-se homossexuais. Somente 1 dos alunos entre os optantes pelas Ações Afirmativas se autodeclarou branco. Os demais alunos optantes pelas Ações Afirmativas (4) se autodeclararam como negros ou pardos.

Quando perguntei aos entrevistados como eles se autodeclaravam e qual era a autodeclaração de seus pais os entrevistados responderam da seguinte forma: Luís respondeu

com risos: “*Branco*”; enquanto Roberto respondeu com risos, mas sem hesitar: “*Pretos*”. A resposta de John foi: “*Geralmente eu digo que sou negro. Me sinto entre preto e pardo. Mas pode ser preto. Essa classificação é péssima de qualquer jeito*”; “*meu pai é preto e minha mãe é parda*”.

Tinha como um dos objetivos com as entrevistas identificar se os alunos optantes pelas Ações Afirmativas viveram ou presenciaram formas de preconceitos por serem optantes de Ações Afirmativas. O intuito seria realizar um estudo comparativo com os alunos negros que expuseram preconceitos vividos na sua trajetória escolar ou universitária e comparar essas duas formas de preconceitos.

O único aluno branco relatou não sofrer preconceito por ser optante pelas Ações Afirmativas, mas por ser gay. Os alunos que se consideram pobres relatam ter sentido pouco preconceito em relação a sua classe econômica. As agressões morais e éticas atingiram mais os entrevistados por serem negros(as) ou por serem gays. Portanto, no quesito racial, os estudantes sofrem preconceitos por serem optantes de Ações Afirmativas, justamente por tais políticas serem direcionadas a população negra do Brasil, nesse sentido, os preconceitos de raça atingem, mais diretamente, aqueles que podem ser identificados como negros, pois o racismo envolve também ser contra Políticas de Ações Afirmativas para negros no Brasil.

Portanto, foi possível perceber nas entrevistas, que houve formas de preconceito expostos pelos entrevistados. É interessante destacar que a maioria das atitudes de preconceitos delatadas pelos entrevistados foram realizadas pelos professores do curso de Medicina e não pelos demais colegas. Houve mais reclamações dos professores do curso de Medicina do que de alunos não optantes pelas Ações Afirmativas quando o assunto se referia às formas de preconceitos, tanto raciais, como o preconceito direcionado aos alunos optantes pelas Ações Afirmativas.

Foram relatados comentários preconceituosos da parte dos professores, onde estes perguntavam e afirmavam para outros alunos: “*a [nome da aluna] é cotista não é? Só pode né, sempre vai mal nas minhas provas...*” contudo havia sido explicado pela entrevistada que essa colega ficou em quinto lugar no vestibular UFSC no seu ano de ingresso. Ou seja, a nota do vestibular não necessariamente reflete o desempenho que o aluno terá durante sua trajetória de Curso Superior. Foram relatadas outras formas de preconceitos direcionados a alunos optantes pelas Ações Afirmativas, porém o que chama a atenção é que a maioria dos preconceitos direcionado a eles foram delatados através das entrevistas com alunos da

classificação geral.

Contudo foi possível perceber, a partir das entrevistas, que alguns dos professores do curso de Medicina se manifestaram de forma sexista, homofóbica e meritocrática abertamente entre os alunos, induzindo estes alunos a aceitarem essas formas de discriminação e preconceitos como se fossem *piadinhas inofensivas*. Porém, em nenhuma das entrevistas foi relatado preconceito racial por parte dos professores, o que levaria a pensarmos que essas formas de preconceitos direcionados a alunos optantes pelas Ações Afirmativas, conjuntamente com o preconceito racial, estaria muito mais velado e discreto do que as outras formas de preconceito homofóbico, sexista, socioeconômico e exógeno, que são expostos escancaradamente em salas de aula e em estágios obrigatórios dentro do Hospital Universitário.

Os preconceitos raciais relatados pelos entrevistados foram poucos, contudo foi possível perceber a presença da institucionalização do racismo dentro de nossa universidade e em outros locais de socialização que são tangidos pelo meio universitário fortemente. Considero pertinente descrever dois relatos de racismo informados pelos alunos entrevistados. O primeiro deles foi pela aluna Delfina, quem relatou que durante um dos estágios obrigatórios da Medicina, foi ajudar a professora vestir o seu jaleco branco, nesse momento a professora pergunta a uma enfermeira na sua frente: “*será que nenhum aluno vai vir hoje?*”, quando Delfina escuta isso ela fala: “*professora, eu estou aqui, sou sua aluna*”, então a professora responde: “*ah! Desculpa, achei que tu fosses uma enfermeira*”, indignada com a resposta, a aluna Delfina responde: “*professora, eu fui sua aluna o semestre passado inteiro, como assim você não lembra de mim?*”. Ao sair da área hospitalar Delfina se encontra com uma colega de curso, a qual foi descrita pela entrevista como sendo muito negra, com um tom de pele mais escuro que a da própria entrevistada. Nesse encontro, Delfina relata o episódio ocorrido com a professora, e essa sua amiga fala da seguinte forma: “*ao menos tu foi confundida com uma enfermeira, eu muitas vezes sou confundida com a faxineira, alguns professores já me mandaram limpar a sala...*”.

Outro relato um pouco mais marcante foi do aluno Roberto. Trata de um fato que ocorreu fora da Universidade, em uma festa promovida pelos alunos do curso de Medicina na balada P12 de Jurerê. Nesta festa, o aluno conta que estava tomando banho de piscina, assim como diversos outros alunos e convidados, todavia, por ser negro e pela festa estar ocorrendo no período noturno, os seguranças acharam que ele estava nu e, quando saiu da piscina, foi

espancado pelos seguranças por estar tomando banho “nu”, mas estava de sunga. Após ser espancado foi expulso da festa pelos mesmos seguranças. Tanto a diretoria organizadora da festa do curso quanto os proprietários do estabelecimento negam até hoje que isso ocorreu.

Os relatos acima expostos trouxeram muitas reflexões durante o processo de análise dos dados. É muito diferente de quando se lê um relato, de quando se ouve um relato e de quando se vive uma experiência dessas. Se formos analisar de fato, dificilmente essas vivências teriam ocorrido com estudantes brancos, dificilmente uma aluna branca teria sido confundida com uma enfermeira ou faxineira e, ainda mais difícil, um aluno branco ser espancado por seguranças da boate que estavam promovendo a festa do seu próprio curso por “achar” que o aluno estava nu, sendo que era nítido que não estava.

Na sequência do texto apresentarei dados de cada uma das entrevistas realizadas buscando localizar particularidades e aproximações entre elas para a composição e aproximação de uma análise do perfil dos alunos optantes pelas Ações Afirmativas no curso de Medicina.

4.2. ENTREVISTADA FLÁVIA (ingressa pela classificação geral)

A entrevista realizada com a aluna Flávia teve um papel importante dentro desta pesquisa pois foi a entrevista que esclareceu muito sobre o contexto em que os alunos do curso de Medicina estão envolvidos. Esta entrevista começou a mostrar um pouco sobre o campo de pesquisa em que estava me inserindo como apresento no excerto da entrevista que segue:

[...] ao longo do curso, você vai vendo várias falas, de vários professores, que são... desumanizadores assim [...] Não gosto da palavra, mas dentro do exercício da Medicina, colocam a Medicina como alguma profissão que se faz por dinheiro e não pelas pessoas. Então, são várias posturas que foram sendo identificadas, e no centro acadêmico essas posturas dos professores nunca foram abordadas, e quando tentávamos abordar nós éramos... éramos... ridicularizados (Dados de Campo - Entrevista Flávia).

Esta aluna esteve envolvida no momento de formação do Coletivo Humaniza o qual define como bandeiras de luta alguns pontos como: Garantia da saúde como direito; Defesa do SUS; Defesa dos direitos humanos; Combate à LGBTfobia, machismo, racismo e qualquer outro discurso de ódio; Integração da Medicina com as demais áreas do cuidado de saúde; Defesa de um currículo generalista, ético, humanista, crítica e reflexivo de fato;

Ultrapassagem destes debates dos muros da universidade. Nesse conjunto de bandeiras de luta o Coletivo também analisa práticas discriminatórias e preconceituosas que acontecem dentro do próprio curso de Medicina. Tais práticas são relatadas como partindo tanto de professores como de alunos, segundo a entrevistada, o Coletivo também se preocupa em colocar em debate essas questões. A entrevistada relata que nesse percurso, durante as eleições para a nova diretoria do Centro Acadêmico da Medicina, com a participação do Coletivo foi criado de forma inédita, uma chapa de oposição dentro do curso de Medicina de caráter social:

Nós entramos com o propósito de criar o debate. Não de vencer. Era criar o debate. Se não houvesse chapa de oposição, não haveria debate e não teria como colocar o que nós estávamos sentindo falta. E aí foi muito polêmico, virou uma guerra, primeiro uma multi guerra, porque foi junto na época que estava sendo votada a questão do rede EBSEH e eu não sei se tu acompanhou, mas a Medicina se posicionou fortemente a favor do rede EBSEH e... a nossa chapa se posicionou contra. E foi um movimento muito forte na Medicina que veio de cima, sabe? Foram os professores que passaram em sala de aula, o coordenador de curso que passou em sala de aula falando assim; “Ah, quem é contra a rede EBSEH está com as mãos sujas de sangue”, “Quem é contra a rede EBSEH vai no chope”. É... “Depois de fazer o protesto, vai tomar um chope”, ridicularizando assim, fazendo discurso sensacionalista, dizendo que tinham pessoas morrendo, mas nunca colocaram a questão da rede EBSEH; O que está em jogo de fato; Por que que ela é boa? Por que que ela é ruim? Enfim, né? Não. Não houve debate. Foi de cima pra baixo e o centro acadêmico foi fundo junto. (Dados de Campo - Entrevista Flávia).

Neste contexto relatado pela entrevistada, houve também agressões morais, onde aluna relata que:

Eu tive o nome da minha família jogada no Facebook, no grupo UFSC, eles jogaram muito baixo, foi um ataque constante, com assédio constante. [...] E aí nós pensamos; “como é que vamos conseguir continuar nos posicionando politicamente no curso e tentar ser ouvidos? [...] nisso surgiu a ideia do Coletivo Humaniza e o coletivo seria independente (Dados de Campo - Entrevista Flávia).

Neste momento então, é possível perceber uma solidificação da chapa de oposição, a qual acabou se tornando o atual Coletivo Humaniza.

Dentre os ocorridos relatados pela entrevista foi possível perceber situações de violência nas relações dentro do curso de Medicina, situações que envolvem racismo e homofobia. Segundo a entrevistada, as autoridades do curso (professores e coordenação) não se posicionam a esse respeito e deixam de lado estes aspectos discriminatórios não assumindo essa responsabilidade:

*Nós estávamos em defesa do SUS, contra homofobia, contra machismo, contra tudo... contra todas as possíveis discriminações que existem dentro do curso de Medicina, que por sinal são muitas e são muito fortes [...] Teve um menino negro que foi espancado numa festa da Medicina, e o menino era aluno da Medicina, apanhou só por que era negro... Depois do ocorrido ele se colocou em frente a turma que organizou a festa, chorou pra turma, pediu pra turma fazer alguma coisa, e a turma se distanciou, não quis fazer nada. O centro acadêmico disse que não ia se meter. Então foi assim... Os professores também não falaram nada. Desculpa a expressão, mas foi assim bem violento, sabe? Teve uma menina também que era caloura, e a Medicina tem uma tradição de que os veteranos fazem falas “de brincadeira”, por exemplo; “A primeira fase entrou. Tá tirando foto com estetoscópio e já tá se sentindo médico” e não sei o que... Piadinhas, né? Só que as piadinhas foram ficando meio pesadas. E aí a turma que estava se formando subiu no palco e começou a berrar pra essa menina que era da primeira fase, dizendo que ela era a “caloura mais puta”, “que era a mais puta que já tinha tido na história da Medicina porque ela estava ficando com uma menina na festa”. Os veteranos fizeram um vídeo dela beijando uma outra menina e colocaram nos grupos do Whats app. Então assim, o que acontece ali dentro é muito pesado. É muito pesado. E quando a gente coloca isso no centro acadêmico ou para os professores e não... não tem repercussão. Tanto que nós tivemos vários alunos da Medicina que estão sendo denunciados por racismo, enfim. Mas só que como é via colegiado os processos morrem. Não acontece nada. [...] Essa é mais ou menos a conjuntura da Medicina (**Dados de Campo - Entrevista Flávia**).*

O contexto apresentado pela entrevistada proporciona uma parte da realidade vivida no curso de Medicina, e além disso nos mostra, o contexto delicado de ingresso dos alunos optantes pelas Ações Afirmativas em seus cursos de graduação na universidade. Se eles não sofrem preconceitos diretos por serem alunos optantes pelas Ações Afirmativas com certeza eles sofrem preconceitos por serem negros, pobres ou homossexuais.

Por outro lado, a entrevistada, indica que o ingresso de um maior número de alunos por meio das Ações Afirmativas tem contribuído para uma mudança de perfil dos alunos ingressantes no curso, em particular, por serem alunos mais indagadores, como podemos ver no excerto que segue:

*[...] foi muito legal porque os calouros entraram em março, e percebemos muito nitidamente que mudou o perfil, tendo em vista que são 50% de cotas para a turma, entrou uma turma muito mais questionadora. Quem questiona o que é hegemônico dentro do curso é afastado, por Quadro. Por causa das turmas mais velhas. E as turmas que entraram no curso 50% cotas nós vimos um perfil diferente (**Dados de Campo - Entrevista Flávia**).*

No decorrer das entrevistas realizadas foi possível perceber um isolamento do Centro e do Curso de Medicina da UFSC em relação a estabelecer relações com outros cursos e Centros. Um primeiro indicativo é o próprio afastamento físico do Centro onde funciona o curso de Medicina, que fica isolado e recluso dos demais centros de ensino como indica a

entrevistada:

Nós estamos fisicamente afastados, estruturalmente afastados da universidade. Ninguém sabe aonde fica o centro da Medicina. Ele é novo, mas ninguém sabe. Nós temos a primeira e a segunda fase aqui (no CCS), e o resto lá (no HU). Ih... é muito engraçado, porque por exemplo, agora tivemos as eleições da direção e aí rolou boato de que o... a chapa que era de oposição da que venceu, dizendo que eles iriam ajudar a ocupar o nosso prédio. Só que o nosso prédio tem várias salas inutilizadas e eu fiquei pensando “Por que que isso é ruim? Porque isso seria um problema?”
(Dados de Campo - Entrevista Flávia).

Da mesma forma, a entrevistada indica uma ausência de um posicionamento político como no caso destacado na questão da rede EBSEH da saúde e sobre a problemática das paralisações nacionais em virtude da implementação da Emenda Constitucional (PEC 55) e também sobre a problemática do governo de Michel Temer referente a reforma da Previdência Social:

Não houve paralisação no curso de Medicina, ou quando houve paralisação as aulas continuaram. Então, o posicionamento político é o reflexo do nosso grupo. [...] O pessoal pensa por si, e é isso que é alimentado ali dentro, tudo muito egocêntrico, cada um voltado para os seus interesses. São poucos assim que tem o pensamento coletivo **(Dados de Campo - Entrevista Flávia).**

Por meio desta entrevista foi possível perceber aspectos importantes que estariam sendo colocados em pauta pelos futuros entrevistados, optantes pelas Ações Afirmativas do curso de Medicina. Mesmo esta entrevista não tendo sido realizada em primeira instância com uma aluna optante pelas Ações Afirmativas, foi através destes relatos que pudemos nos preparar para o nosso objeto de campo, onde a conjuntura social do curso de Medicina se mostrou muito mais complexa.

4.3. ENTREVISTADO ROBERTO (ingresso por meio dos 10% de vagas reservadas para negros com EF e EM escolas Públicas em um ano em que o Programa de Ações Afirmativas da UFSC atingiam 30% de vagas reservadas)

As trajetórias escolares e universitárias dos estudantes carregam muitas informações importante para a pesquisa aqui proposta. Sendo um iniciante nesse universo de pesquisador, senti dificuldades em realizar análises diante da quantidade de informações dispostas pelos entrevistados. Desta forma, selecionei trechos das entrevistas que considere importantes para

auxiliar na análise de dados da pesquisa.

Como forma de contextualizar a trajetória dos entrevistados selecionei trechos das entrevistas que dão visibilidade ao contexto socioeconômico de sua trajetória escolar. Em sua entrevista Roberto relata que:

Eu nasci e cresci em um dos bairros mais difíceis de Curitiba, no Cajuru, que é um bairro bem marginalizado. Meu pai é militar e minha mãe era concursada do hospital militar do exército lá em Curitiba. O ensino fundamental eu fiz no colégio do bairro, escola municipal prefeito Maçambara, era um colégio grande, um colégio municipal grande, devia ter uns 1.200 alunos ou uns 2.000 talvez, nos três turnos. Eu sempre quis fazer Medicina. Eu comecei a falar que queria fazer Medicina na sétima série. Minha mãe era Auxiliar de serviços gerais. Ela tinha só o ensino fundamental, quando eu estava na sexta série ela fez EJA, para ter o Ensino Médio. Nessa época meu pai já era graduado em Ciências Sociais pela PUC-PR e dava aula de geografia (Dados de campo - Entrevista Roberto).

É de análise pertinente perceber os graus de escolaridades dos pais ou familiares próximos dos alunos. No caso do entrevistado Roberto, seu pai era graduado em Ciências Sociais e antes de passar no concurso para se tornar oficial militar do corpo de bombeiros, lecionava aulas de Geografia para o Ensino Médio. Através de estímulos e exemplos de familiares, podemos perceber, não somente nesta entrevista, mas nas outras entrevistas, que se torna algo recorrente entre os entrevistados que os pais tenham conseguido cursar Ensino Superior.

Eu passei no Colégio Estadual do Paraná, que é um colégio público de referência no Paraná. Depois que eu entrei na UFSC eu percebi que era recorrente entre os estudantes que acessaram por Ações Afirmativas, que eles derivam de trajetórias escolares de ensinos médios que se diferenciavam. Pelo menos na psicologia e na Medicina os alunos das Políticas de Ações Afirmativas vinham de Colégios Aplicação, Colégios Militares, Institutos Federais. Isso acaba deixando em questão; quem acessa? Continua favorecendo quem tem pelo menos que seja um pouco a mais que os outros (Dados de campo - Entrevista Roberto).

O fato do entrevistado ressaltar este aspecto das Ações Afirmativas demonstra grau de reflexividade em que ele acaba fazendo uma crítica construtiva ao sistema de cotas. Realmente podemos pensar; quem acessa? Esta foi uma pergunta recorrente em praticamente todos os dias de entrevistas e de análises; qual é o perfil de alunos que consegue acessar à Universidade por meio das Ações Afirmativas?

No ano de ingresso de Roberto, as políticas de Ações Afirmativas não eram vigentes como lei Federal no território nacional por meio da *Lei das Cotas*. Contudo a UFSC já adotava como método seletivo através do vestibular 30% de vagas para alunos optantes pelas

Ações Afirmativas, sendo 20% dessas vagas reservadas para alunos com Ensino Fundamental e Médio completo em instituições públicas de ensino e os 10% de vagas restantes estariam reservadas para alunos de origem negra. Roberto ingressou na última modalidade referida. Sobre a estrutura do colégio técnico no qual ele estudou Roberto diz:

Essa escola era pública, tinha curso técnico, mas era um colégio de Ensino Médio; Colégio estadual do Paraná, um dos maiores da América latina. Pista de atletismo profissional, piscina olímpica, coisa mais linda, melhor época, 7 mil alunos. Ia do primeiro A ao Primeiro D4. Agora eles extinguíram o vestibular, e funciona mais ou menos como o colégio aplicação aqui. Recentemente foi adicionado o ensino fundamental, até quando eu fiz era só Ensino Médio, agora tem fundamental e médio e é por sorteio, não existe mais prova como forma de ingresso (Dados de campo - Entrevista Roberto).

Demonstrando bastante ciência e grau de entendimento sobre o preconceito racial, quando perguntei ao aluno sobre a existência de preconceito em sua trajetória escolar ele relata que, na época de colégio, não sentia o racismo direcionado, embora tenha consciência hoje de que algumas atitudes de seus colegas escolares expressavam já um grau de preconceito:

O preconceito e o racismo nunca foi uma coisa que eu sentisse, nunca foi uma questão que me tocasse naquela época, eu não percebia mesmo na época da escola, eu sabia que existia mas sempre buscava uma forma de não ser um alvo. Mesmo tendo dreads - gostava, saudades - mas eram as piadinhas, vinham me parar na rua, perguntando se eu não tinha nada pra vender, mas eu não enxergava o que aquilo significava na época. As vezes é só uma questão de querer socializar com as pessoas. As vezes acabamos aceitando piadinhas e brincadeiras por socialização, e eu sempre tive uma necessidade muito grande de querer ser aceito. Hoje depois de muito tempo de terapia que consegui superar essa carência (Dados de campo - Entrevista Roberto).

Na entrevista, Roberto também relata como foi, em sua trajetória escolar, viver a experiência de estudar em uma instituição particular em um cursinho de preparatório para o vestibular. O entrevistado diz que conseguiu frequentar esse cursinho privado por ter sido contemplado com uma bolsa de estudos:

Eu consegui uma bolsa no cursinho mais elitizado de Curitiba, o Positivo, lá a pressão que eles faziam, a lavagem cerebral que eles consolidavam dentro da cabeça do vestibulando era muito cruel. Era como se quando tu passasse, todos os problemas da tua vida iriam acabar e os teus maiores concorrentes estavam ali do seu lado, então já acabava com qualquer chance de construir vínculo com alguém da sala; não se preocupem com os outros cursinhos todos os seus maiores concorrentes estão sentados do seu lado agora! E eu adotei aquilo, e fiquei doente! Doente, fiquei depressivo, entrei em depressão, tive que tomar remédios para poder bancar aquele momento

(Dados de campo - Entrevista Roberto).

Roberto continua seu relato dessa experiência, em sua trajetória escolar, chamando a atenção para seus receios e angústias se conseguiria ingressar no curso de Medicina e também do sentimento de discriminação e de incompetência, como podemos ver no excerto que segue:

*Eu era o único negro em uma sala de 300 estudantes. Lá eu sentia!.. a discriminação... e no último dia de mudança de opção de curso eu mudei para psicologia por medo de não passar em Medicina na UFSC. Daí eu prestei para psicologia e passei. Com a pontuação da psicologia eu passaria em Medicina naquele ano **(Dados de Campo - Entrevista Roberto).***

Com sentimento de alívio o estudante fala ter se sentido muito bem ao iniciar o curso de psicologia, pois segundo ele, essa experiência trouxe uma nova expectativa de vida, uma nova visão sobre esses processos que estava passando no âmbito emocional.

*Quando eu entrei na psico tinha 19 anos, agora eu tenho 25, faz muito tempo já, a minha turma já se formou, foi muito louco, foi muito cair de paraquedas. Eu não sabia o que podia me esperar ali, nem imaginava os vínculos que poderiam ser construídos, as coisas que poderiam ser ensinadas. O nome das disciplinas na grade de horários era a coisa mais linda do mundo, e foi uma experiência muito gratificante poder ter cursado 6 meses de psicologia. Foi um semestre de crescimento inigualável. Se eu ficasse em Curitiba eu não teria essa vivência nem na minha vida inteira. Eu acho que se eu tivesse passado direto para Medicina... meus Deus (peso na fala) não consigo nem imaginar que tipo de pessoa eu seria agora (negativamente), porque psicologia é mais humana, as pessoas são mais acessíveis. Por mais que tenha uma certa competição dentro do curso, ela é muito menor, é muito mais discreta do que na Medicina... na Medicina as pessoas escracham, elas **PRECISAM** competir **(Dados de campo - Entrevista Roberto).***

No excerto acima podemos observar que a experiência dentro do curso de Medicina traz marcas não agradáveis para compor sua trajetória escolar. Na continuidade, apresento o que considerei, no momento da entrevista, o “momento mais tenso”, pois o aluno relata que foi espancado dentro de uma festa do curso de Medicina por estar tomando banho na piscina e os seguranças acharem que ele estava nu.

*Teve uma festa da Medicina na P12 de Jurerê que eu apanhei dos seguranças, fui algemado dentro da festa, fui expulso da festa, arrancaram o meu... me acusaram de estar nadando pelado... Estava eu e meu amigo nadando de cueca, aí quando eu saí da piscina e estava colocando a calça já vieram os segurança batendo e me algemando... **(Dados de campo - Entrevista Roberto).***

Os dados da entrevista de Roberto me remetem ao livro *Violência Racial: uma leitura*

sobre os dados de homicídios no Brasil, dos autores Rodney Jericó da Silva e Suelaine Carneiro (2009), apresenta índices de violência. Nestes índices, eles apontam que os sujeitos negros têm maior chance de serem agredidos ou violentados do que sujeitos brancos (levando inclusive a estados de óbito), como indicam: “Hoje constata-se um fato que o movimento negro denuncia há décadas; negros são os mais vulneráveis a violência, principalmente a letal [...] a desvalorização de sua vida é um fato sobre o qual pouco ou nada se discute” (SILVA e CARNEIRO, 2009 p.12).

Neste caso em específico não houve ação das instituições militares, mas sim de seguranças particulares que trabalham nesta casa de shows. Os autores Silva e Carneiro (2009, p. 37) revelam que a ação das forças policiais se expressam “de forma violenta, com práticas de tortura, chantagem, extorsão e humilhação, particularmente contra negros, que são prioritariamente considerados perigosos e bandidos”. Podemos facilmente relacionar o trecho dos autores ao ocorrido com o entrevistado. O entrevistado não estava sozinho na piscina no momento do ocorrido, junto com ele estava seu amigo e ambos nadando de cueca, contudo somente o sujeito negro foi espancado até atingir estado de inconsciência, algemado e expulso da festa.

Em nome da ordem, a polícia tem violado o direito de cidadãos comuns, que moram em áreas com sérios problemas econômicos e sociais, áreas de concentração de desigualdades e habitadas em sua maioria, por pessoas negras. Os abusos de poder cometidos por integrantes das forças de segurança pública expressam a face brutal do racismo institucional (SILVA e CARNEIRO 2009, p.37).

Como forma de complementar os argumentos em relação a violência contra a população negra e sobre a Institucionalização do Racismo (BUSS-SIMÃO e SANTIN 2012), retiro um trecho exposto no Jornal Marcha de 1995 em comemoração aos 300 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares: “Deste modo, uma estratégia de pressão, alterna agressões policiais, prisões arbitrárias, tortura e extermínio. Nesta estratégia, o principal alvo é sempre o homem negro (MARCHA 1995, p.11).

A posição do aluno, perante o infeliz ocorrido, foi de revolta o que o levou a diversas formas de querer obter justiça, contudo ninguém se mobilizou ou se sensibilizou a fim de ajudar. O aluno relata ter tentado falar com a própria organização da festa para exigir uma explicação e eles simplesmente ignoraram o fato. Ele tentou, posteriormente, falar com os alunos formandos que estavam promovendo a festa e com a coordenação do curso, mas suas tentativas não resultaram em ações que pudessem contribuir para amenizar os

constrangimentos sofridos. Pergunto: e se fosse um aluno branco da Medicina que tivesse sido espancado? A situação teria sido encarada de outro modo?

Postei na página da balada e eles apagaram a minha publicação, eles nunca admitiram o que eles fizeram... fora todo aquele; “aí, é aquele vitimista...”, colocando vários adjetivos, ainda mais por ser negro, gay e gordo e que se coloca perante a sociedade! Não tenho medo de me colocar perante as opressões que as outras pessoas colocam, e que fazem questão de asseverar como normal o tempo todo dentro da Medicina (Dados de campo -Entrevista Roberto).

A postura do aluno, diante das injustiças raciais cometidas, demonstra muita firmeza de personalidade, mesmo passando por situações extremas de preconceito racial, expressa não baixar a guarda e desistir de suas lutas. Silva e Carneiro (2009, p. 12) retratam que “negros e negras brasileiros têm vivido há séculos como seres humanos destituídos de direitos e como portadores de uma humanidade incompleta, o que tornou natural a não participação igualitária dessa população do pleno gozo de direitos humanos”.

Durante a infância e adolescência o aluno relata não ter sentido preconceito no período escolar, embora houvesse manifestações racistas. No ensino universitário a realidade se torna totalmente distinta, pois no contexto universitário vivencia situações que envolvem racismo e preconceitos que não se direcionam somente ao âmbito racial, mas também no âmbito sexista e homofóbico como indica no trecho da entrevista que segue:

Atos racistas e preconceitos são perpetuados na Medicina de uma forma muito cruel. Durante as aulas práticas os professores falam algumas coisas do tipo: “esse paciente tu tem que tomar cuidado de como tu vai falar com ele porque ele é tigre! Mas não gente, eu não estou falando isso pejorativamente, é só porque ele é uma pessoa mais humilde mesmo”. Tigre é como eram chamados os escravos que carregavam os caixas de fezes nas costas, e quando essas fezes caíam nas costas ficava a marcação como um tigre. Os professores usam esse termo para designar um paciente que tem mais dificuldade de aderir a um tratamento por estar em uma situação de vulnerabilidade social. E eles falam dessa forma, usam essas expressões preconceituosas. E esses são professores, doutores de prestígio, tem publicações, e aí os estudantes pegam aquilo e incorporam no vocabulário deles, incorporam na prática profissional que eles vão daqui a pouco (Dados de campo - Entrevista Roberto).

Tais situações, vividas no processo de formação universitária, relatadas pelo entrevistado, foram recorrentes em todas as entrevistas dessa pesquisa, sendo os alunos provenientes pelo ingresso por meio de Ações Afirmativas ou não. O preconceito racial, por exemplo, é concebido como um conjunto de crenças e valores negativos, conduzindo um grupo ou uma pessoa a sustentar concepções contra integrantes de uma raça ou uma etnia,

mesmo antes de conhecê-los. O preconceito significa então, opiniões antecipadas acerca de determinados grupos sem aceitação de um conhecimento aprofundado do caso (MUNANGA e GOMES 2006).

Na maioria das ocasiões, de maneira implícita, as instituições educativas contribuem para a reprodução de práticas preconceituosas e estereotipadas, favorecendo a manutenção de uma sociedade desigual. A propagação da discriminação racial no Brasil, por exemplo, ocorre mediante diversas formas de relações sociais entre as quais podemos citar: piadinhas sobre os sujeitos negros e seus aspectos culturais, agressões e violências físicas e verbais, bem como através da reprodução de estigmas e estereótipos em torno de aparências físicas. Nessa direção, Roberto continua em sua entrevista a indicar como ele e seus pares tem vivido esse processo na Universidade:

O pessoal que entrou mais agora, já está pegando uma outra visão do curso, porque muita gente, nesse espaço curto de tempo, já sofreu muito por causa desses preconceitos e discriminações. O [omiti o nome por questões éticas] por exemplo, que se formou agora a pouco, ele escreveu um texto que se chamava; eu odeio a Medicina, e no primeiro parágrafo ele colocou que amava a prática médica e tudo, mas o desamparo que sofremos no decorrer do curso, durante a nossa formação é muito cruel, é uma das formações e graduações que tem um dos maiores índices de suicídio no país. E por que? Tem alguma coisa muito errada aí. Esse foi o rolo que sumiram com as notas dele e ameaçaram de não poder se formar até que apagasse o texto das mídias sociais. Como assim sabe? Que tipo de democracia? Que tipo de formação essa pessoa vai ter? Ele vai carregar isso para o resto da vida dele. Isso deixou uma cicatriz que todo dia antes de dormir ele vai lembrar... E o texto só dizia que tinha racismo no curso, que os alunos eram desamparados, que a maneira que o curso era ministrado é cruel, era só isso, não tinha nenhuma coisa absurda (Dados de campo - Entrevista Roberto).

Sabendo que, no conjunto das interações sociais, os sujeitos se identificam como parte da realidade e, de acordo com a maneira como são tratadas, interiorizam uma autoimagem influenciadora na construção de suas identidades. Sobre esse assunto Cavalleiro (1998, p. 19) aponta:

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros. [...] Uma imagem desvalorativa/inferiorizante de negros, bem como a valorativa de indivíduos brancos, possa ser interiorizada, no decorrer da formação dos indivíduos, por intermédio dos processos socializadores.

Diante disso, cada um de nós como um ser socializado em nossa cultura pode

internalizar representações preconceituosas a respeito de um grupo sem se dar conta, ou até mesmo se dar conta por acreditar ser o mais correto.

Como já havia sido comentado pela entrevistada Flávia, o aluno Roberto relembra que entre as várias bandeiras de luta que motivaram a criação do Coletivo Humaniza, está o combate à LGBTfobia, machismo, racismo e qualquer outro discurso de ódio:

O Coletivo Humaniza surgiu como uma forma de protesto. Uma forma de protesto contra as mentiras do centro acadêmico, que além de tudo estavam se omitindo contra as agressões aos alunos marginalizados dentro do curso. Não apenas os cotistas estavam sofrendo durante o curso, mas outros alunos estavam sofrendo com essa política de boa vizinhança do centro acadêmico com as atrocidades cometidas pelos professores e coordenadores do curso. Foi bem importante o Coletivo promover o primeiro debate sobre racismo no curso. Mas de todos os professores, apenas uma professora foi, de todos os professores da Medicina foi somente uma professora (Dados de campo - Entrevista Roberto).

Durante o cursinho eles faziam uma lavagem cerebral dizendo; “quando vocês passarem para Medicina, vocês vão estar com a elite intelectual brasileira, os melhores dos melhores”. Eu imaginava mentes muito mais receptivas do que essas que estou convivendo (Dados de campo - Entrevista Roberto).

Roberto, em sua entrevista, menciona não somente os preconceitos e as dificuldades da população negra, mas também uma preocupação com a população indígena que teve seu ingresso na Universidade por meio das políticas de Ações Afirmativas:

Os indígenas que tiveram mais acesso, eles não têm problemas em concluir o curso, mas os que vem de tribo, os que tem uma vivência mais raiz mesmo tem muita dificuldade porque por exemplo, o aluno [omiti o nome por questões éticas] ele viu um carro pela primeira vez com 9 anos de idade, o português para ele é uma segunda língua, então estudar, linguagem técnica em português é muito complicado. E os professores não se importam com isso, ninguém dá nenhum auxílio (Dados de campo - Entrevista Roberto).

O discurso de Roberto carrega também referenciais teóricos interessantes que revela suas opiniões pessoais sobre a discriminação que o atinge por ser negro. Nogueira (2006) considera preconceito racial uma disposição ou uma atitude desfavorável, que é culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, seja devido à sua aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Como esclarece o autor:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se

que é de origem (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Roberto, na entrevista, menciona ter ciência dessa questão que se refere ao racismo mascarado, de marca e de origem como podemos ver no excerto que segue:

O Brasil é excelente no racismo mascarado, no racismo velado, pergunta para os meninos homossexuais negros da Medicina com quantos meninos do próprio curso eles já se relacionaram? Porque todos são brancos, eu já ouvi; “aí Roberto, já é muito difícil para mim ser gay na minha família então ter um namorado negro não tenho como”. Mas isso é porque eu sou uma pessoa combativa, eu cheguei e questionei; “tá, mas porque?!” até que foi dito
(Dados de campo - Entrevista Roberto).

O racismo mascarado ou velado, é uma realidade recorrente e diária em nosso país para aqueles sujeitos que sofrem com tal discriminação. Esta forma implícita de preconceito racial se expressa na forma em que julgamos quem é belo e quem não é, ou na forma que julgamos de quem podemos ou não podemos manter laços matrimoniais ou, até mesmo, com quem podemos ou não podemos manter relacionamentos. Utilizando a ótica de José Murilo de Carvalho (1998) podemos perceber que existe uma sexualização dos sujeitos negros, porém tal sexualização não significa que eles sejam “propícios” a laços matrimoniais. O racismo está impregnado, enraizado profundamente de forma institucionalizada da mesma forma que a religião cristã e os conceitos de família na sociedade brasileira. O *Motivo Edênico no imaginário social brasileiro* exposto por Carvalho (1998) afirma que socialmente o Brasil foi construído sob uma ótica em que as terras brasileiras são férteis da mesma forma que negros, negras, índios e índias são propícios para atos sexuais por seus corpos nus ou seminus. Porém o que é intelectual, o que é culturalmente produzido por esses sujeitos é satanizado, onde temos as crenças indígenas, as religiões e culturas africanas sendo discriminadas e, muitas vezes, criminalizadas, tendo suas práticas proibidas por leis, pois ferem a justiça social brasileira. Estas, portanto, são exemplos das diversas facetas de como o racismo velado ou mascarado atua em nossa sociedade brasileira. De acordo com Buss-Simão e Santin (2015, p.541).

[...] o racismo ganhou uma forma mascarada de se expressar, ou seja, se manifesta de forma implícita. O que o torna muito mais perigoso do que o racismo explícito, pois, dessa forma, temos mais dificuldade em julgar ou afirmar que o indivíduo esteja agindo de uma forma discriminatória, desigual e injusta somente pela cor de pele ou pelo cabelo da pessoa.

No decorrer da entrevista, Roberto faz referências à teoria de Oracy Nogueira (1998)

em seu texto *Preconceito de Marca*, onde o autor expõe as diferenças entre os racismos de marca à brasileira e o racismo de origem norte americano. Segundo Nogueira, existem marcas sociais das quais definem um sujeito negro. Alguns exemplos de marcas raciais brasileiras são visíveis através do corte de cabelo, educação, roupas, fala, postura e condição sócio econômica.

Aqui no Brasil o racismo é de marca, no Estados Unidos e na Europa ele é de origem, e assim métodos de embranquecimento; roupa, cabelo que tu escolhe adotar, maquiagem, meio social, maneiras de falar, tudo isso vai tirando a marca de ser negro (Dados de Campo - entrevista Roberto).

É peculiar nesta teoria racial exposta pelo Roberto e descrita por Nogueira (1998), que através dessas marcas, os sujeitos podem ser compreendidos sendo mais negros ou menos negros. Nunca poderá deixar de ser totalmente negro, mas os sujeitos poderão ser menos negros do que antes, caso eles “desejem/consigam”. Reflexo disso é o desejo do embranquecimento exposto pela ótica de Munanga (2004), em que existe no Brasil, um grande desejo de branqueamento e através dessa ótica Munanga problematiza de como podemos definir quem é negro e quem é branco em nosso país?

O debate deste ideal de branqueamento existente no Brasil durante o momento da entrevista, gerou uma série de indagações a esse respeito, em que eu e o entrevistado chegamos a discutir porque alguns indivíduos procuram evitar serem negros e buscam este ideal de branqueamento rompendo com essas marcas sociais descritas por Nogueira (1998). Sobre sujeitos negros que tentam ignorar ou que conseguem ignorar que o racismo exista o entrevistado Roberto fala que:

[...] é natural não querer sofrer, é uma defesa não querer sentir dor. Conforme vamos crescendo, nosso cérebro vai criando mecanismos para que isso não aconteça, então é realmente muito difícil para quem diz que não sofre preconceito, ver que o racismo é real, as vezes seria uma dor insuportável admitir que o racismo exista e esteja sendo direcionado a ele, seria uma dor que as pessoas não teriam como manejar se elas admitissem que todas aquelas atrocidades racistas fossem direcionadas para ela (Dados de campo - Entrevista Roberto).

Roberto mostra a importância de existir um grupo coeso de alunos negros, onde eles possam se fortalecer para que possam se reconhecer como grupo social, onde os alunos negros pudessem ter um espaço para trocar experiências e questionar os padrões aos quais se submetem perante o preconceito existente na sociedade, preconceitos e agressões que até então eles próprios não haviam compreendido como tais.

Temos um grupo de alunos negros da Medicina – Negreds – que me ajudou muito a reconhecer a minha identidade. Quando ele surgiu foi sensacional, os meninos e as meninas deixando o cabelo crescer, abandonando a chapinha, abandonando a progressiva, e se apropriando do que é delas e se amando muito mais, e melhorando muito mais o desempenho dentro do curso, por se aceitar e se sentir inserido por ser quem realmente é (Dados de campo - Entrevista Roberto).

Na sua trajetória escolar de no Ensino Médio o entrevistado ressalta que não houve informações e esclarecimento referente à existência de políticas de Ações Afirmativas para ingresso na Universidade. Isso ressalta, novamente, a necessidade de mais socialização e divulgação desta política pública, em especial do Governo Federal. Movimento contrário vemos hoje ocorrendo referente a reforma nacional do Ensino Médio, que interessa a alguns setores e, por isso, observamos um investimento maciço de divulgação também ao público que deveria ter acesso às informações referentes as Políticas Públicas de Ações Afirmativas, ou seja, os alunos do Ensino Médio. O que quero marcar aqui é a necessidade de mais divulgação dessas Políticas Públicas das Ações Afirmativas a exemplo das que são realizadas por grupos de pesquisa vinculados a UFSC, por exemplo o projeto de extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indígenas – NEPI, denominado: *Observatório das ações afirmativas da UFSC* e também as pesquisas realizadas por Tragtenberg e et all (2013) e socializadas no artigo intitulado: *Impacto das Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011)*. Sabemos que Roberto, se refere a um contexto que é específico do estado do Paraná e de sua própria trajetória escolar, mas vale a pena atentar para o trecho recortado da entrevista que segue:

Quando eu estava no Ensino Médio eu era contra as cotas, por que? Porque não ensinam o porquê que elas estão ali, o que é esperado com elas. Muita gente no Ensino Médio no colégio em que eu estava não sabia que a Federal era de graça (Dados de Campo - Entrevista Roberto).

Como desfecho dessa entrevista coloco uma frase do entrevistado que me marcou: “*O brasileiro foi educado de uma forma a se esquecer muito rápido*”. Essa frase me leva a reflexão de que esquecemos os massacres indígenas, esquecemos a escravidão e esquecemos a ditadura militar. Isso tudo aconteceu há pouco mais de 500 anos de Brasil. Nossa história começa no ano de 1500? E a história anterior? E as histórias dos povos indígenas? Os conhecimentos, mitos e línguas? Essa frase do Roberto vem como inspiração para jamais esquecer dos processos que tornaram o Brasil o que ele é hoje. Jamais esquecer os massacres

cometidos aos povos indígenas, jamais esquecer a escravidão dos negros e as atrocidades cometidas pelas forças militares do Brasil. Jamais esquecer do nosso ouro roubado e da devastação da mata atlântica em busca do pau-brasil, dos nossos tesouros que foram roubados, de nossas matas destruídas e da destruição de toda história do verdadeiro povo brasileiro que morreu junto com o massacre das populações indígenas. Quando nos referimos as Ações Afirmativas estamos falando também sobre os processos históricos de nosso país e, perante esse processo não podemos esquecer as agressões aqui vividas e as opressões que ainda vivem, as quais, são frutos de todos esses processos “civilizatórios” que indígenas, negros e a população brasileira sofreu no decorrer dos anos. Portanto, a frase citada pelo Roberto remete a todas as atrocidades aqui cometidas e que não devemos esquecer a nossa curta história, devemos sim lutar para gerar oportunidades mais dignas aos grupos sociais marginalizados, discriminados e criminalizados.

4.4 – ENTREVISTADA DELFINA (ingressa por meio dos 10% de vagas reservadas para negros com EF e EM escolas Públicas em um ano em que o Programa de Ações Afirmativas da UFSC atingiam 30% de vagas reservadas)

No ano de ingresso de Delfina, a UFSC adotou como forma de ingresso 10% de vagas reservadas para alunos negros com trajetória escolar completa em ensino público. Delfina inicia rememorando sua trajetória de vida, que desde o nascimento teve presente, mesmo no âmbito familiar as questões étnico/raciais e vai revelando as dificuldades econômicas da família. Mesmo longa, mantenho a narrativa de Delfina, para apresentar um pouco de seu percurso de vida e escolar:

Minha mãe é professora de matemática e física, de colégio público, ela sempre acreditou no ensino público e na saúde pública. Meu pai, ele hoje é engenheiro civil, ele se formou no ano em que eu entrei na UFSC, antes ele era eletrotécnico, ele se formou em 2012, mas ele trabalhou a vida inteira na Sé – a Sé é como se fosse a Celesc daqui [...]. Meu pai é branco, minha mãe é negra, eles tiveram muitas dificuldades para eu e meu irmão nascermos. Minha mãe perdeu um casal de gêmeos e depois ela perdeu uma outra gestação que ela não sabe o sexo. Meu irmão nasceu, e depois eu nasci. No total deram 10 anos no tratamento de perda de filhos para conseguir nascer. O meu irmão é 1 ano e 10 meses mais velho que eu. No dia em que eu nasci o meu avô paterno não tinha perguntado se eu tinha nascido com saúde ou bem, ele perguntou com que cor eu tinha nascido [...]. Eu fiquei muito tempo sem falar com ele. Eu falei com ele até os meus quatro anos. Em algum momento eu via que ele não olhava para o meu irmão com um olhar muito bom assim, com um semblante muito legal... Eu lembro de ter brigado com ele quando eu era pequena, porque ele olhava com “olho ruim” para o meu

irmão, essa foi a expressão que eu disse para o meu avô materno, meu avô Célio. Quando saímos da casa do meu avô paterno eu ouvi alguém falando “ah! aquele velho racista, porque que tu ainda leva as crianças lá?!”. Nesse momento, eu estava brincando de esconder e eu estava escondida na cozinha e quando ouvi um pouco da conversa sai correndo e chorando do esconderijo. Meu avô, Célio, pai da minha mãe, me viu e foi correndo atrás de mim, e ele falou; “porque choras Roma antiga?” ele me chamava assim, aí eu falei que eu estava chorando porque o meu avô paterno olhava com “olho ruim” para o meu irmão, porque ele era racista. Isso foi uma coisa que me marcou muito, depois do ocorrido eu nunca mais fui ver ele. Voltei a falar com ele no dia da minha formatura do meu pai quando eu tinha acabado de passar na UFSC para Medicina. Nesse dia ele resolveu dizer que eu era “um grande orgulho na vida dele”, ele falou isso só porque tinha passado em Medicina. Minha família nunca teve muita grana, mas nunca passei fome. Meu pai sempre reforçou que o importante era estudarmos, ele sempre quis que fizéssemos o que queríamos. Meu pai vem de um histórico de pobreza durante a infância. Meu avô paterno se separou da minha avó, porque ele traiu ela com uma mulher. Com isso meu pai começou a trabalhar com 12 anos para ajudar minha avó, que até então tinha sido obrigada a não trabalhar, porque ela era mulher, e ele não aceitava que mulheres trabalhassem. E daí do nada ele sai de casa, deixa dois filhos e uma mulher. Dali para frente meu pai começou a trabalhar. Ele trabalha desde os 12 anos. Minha avó nunca quis que ele trabalhasse, mas ele era obrigado, porque ou ele ajudava ela, ou o irmão dele mais novo não ia ter o que comer. [...] Meu avô e minha avó materna tiveram 7 filhos. Quando meu tio era mais novo ele ficou doente e quase morreu. Minha vó fez uma promessa, que se ele ficasse vivo ela iria adotar o mesmo número de filhos que ela tinha. Então minha vó tem 14 filhos, porque meu tio está aí vivo até hoje. Contudo eles não tinham grana para sustentar 7 filhos, que dirá 14, então todos eles começaram a trabalhar e a estudar, trabalhar muito cedo. [...] Eu nasci em um período em que meu pai trabalhava em Arroio dos Ratos, que fica longe de Porto Alegre. Ele viajava muito para ir para casa, ele ia e voltava todo dia. Depois de um período ele saiu de Arroio dos Ratos e foi transferido para outra cidade que é muito mais longe, então ele ficava de segunda a sexta trabalhando e ficava só sábado e domingo em casa, porque além de ser longe ele ia gastar muito em condução. [...] O Paula Soares foi um colégio bem difícil, ele fica no centro de Porto Alegre. Lembro que tinham várias aulas vagas por que os professores faltavam. Eu achava, quando eu estudava no Paula Soares que ele era melhor que outros colégios públicos, mas ainda assim tinha defeitos, porque os professores não iam, não davam justificativa, aquele conteúdo nunca era recuperado. Eu tive várias aulas de história que eu não tive, várias aulas de história que eu fui ter só no cursinho. Química eu não tive quase, muita coisa de química eu aprendi no cursinho ou sozinha. [...] Tinha um “bondezinho” que assaltavam os meninos da minha sala toda vez que os meninos iam para festa, eles tentavam roubar ou batiam neles. O Pablo era nosso amigo de infância, e esse “bondezinho” sempre coagia ele. Em uma dessas festas o Pablo começou a andar com uns meninos bem “estranhos”, se afastou de nós e tudo. Em uma dessas nós estávamos em uma festa junina da escola, e eu lembro que o Pablo me disse assim; “eu quero que tu vá embora agora, é sério”, na hora eu não entendi, mas o pessoal que eu estava junto já estava indo embora e eu acabei indo junto. Aquela era a época do MSN ainda, e quando eu cheguei em casa eu vi vários “nicks” escrito “Luto” ou “Vá em paz”. Nesse momento, depois de conversar com algumas pessoas eu fiquei sabendo que o Pablo deu um tiro para cima com uma arma, sim ele estava com uma arma na festa, ele deu esse tiro para intimidar um desses meninos que sempre assaltavam ele. Depois de dar esse tiro ele foi dar um segundo tiro, só que um dos amigos

desse menino que o Pablo queria assustar, deu uma cadeirada nele e com essa cadeirada o Pablo acabou caindo pra frente e sem querer acertou o tiro nesse rapaz que ele queria afugentar. [...] E daí foi beeeem foda, porque imagina, é uma pessoa que tu conhece desde pequeno, que tu sabe que não faria mal para uma mosca, mas ele matou um cara... Esse menino que morreu era de “ganguzinha”, depois disso eles começaram a caçar todas as pessoas que o Pablo conhecia, todos, todas as pessoas. Não chegaram a matar, mas perseguiram, faziam pressões psicológicas. A namorada do Pablo, eles tentaram pegar a menina rua afora, se não fosse um policial que estava na rua, agarrar ela e colocar pra dentro do carro, sei lá o que teria acontecido com ela. [...] Nessa época eu tinha acabado de passar no Colégio Aplicação da URGs, era legal o colégio porque tinham aulas de reforço. O Aplicação é um colégio muito diferente. Quando eu fui para o Aplicação eu comecei a ter mais senso crítico, eu comecei a entender o que meus pais falavam quando eles criticavam o governo, quando eles criticavam a sociedade, eu costumo dizer que o Aplicação salvou a minha mentalidade. [...] Quando eu tinha 16 anos consegui passar para Medicina mas eu já estava matriculada no cursinho. Isso foi assim que eu saí do colégio, já estava formada, e aí fui chamada para a PUC. Mas falei que não iria fazer porque a mensalidade era 6.000 reais por mês para fazer o curso de Medicina. [...] Na época meus pais pagavam metade da faculdade do meu irmão, meu irmão tinha bolsa de 50% e eles pagavam a outra metade. Quando eu entrei no cursinho eles fizeram o Fies do meu irmão, porque não tinha como pagar o meu cursinho e continuar pagando a metade da faculdade dele. [...] Eu queria Medicina e estava em uma turma Med do cursinho. Eu nunca tinha pagado para estudar e aí, do nada, todas as pessoas que estavam do meu lado tinha muita grana. A turma do cursinho Objetivo para Medicina... sabe malhação? Aquela gente mesmo... Eles pareciam ter saídos da malhação, as pessoas iam de carro para o cursinho, sei lá eu achava estranho né. Eu pagava uma parte, como eu tinha passado na PUC, inicialmente era assim mil reais por mês né, mil e pouco, mas daí como eu passei na PUC, uma semana antes de começar o Objetivo, eu ganhei 70% de bolsa, porque daí, eu tipo “iria PASSAR” entendeu? [...] Teve um momento que eu achei que a minha mãe deveria ter me pago a PUC para mim, porque eu já achava que eu não iria passar em nada, que eu já não tinha capacidade, porque eu tinha entrado no cursinho e comecei a ver vários conteúdos que eu não tinha nem escutado falar na minha vida. Aí eu cheguei na conclusão que havia passado na PUC por sorte. Pensa na quantidade de coisa que eu não conhecia quando entrei na aula de Geografia, eu pensei comigo; “passei na PUC por sorte..! Perdi a chance de fazer Medicina. [...] No cursinho as pessoas parecem que dizem assim; “é sério que tu não sabe isso?”; “É sério que você não conhece isso?”; “Ah, você nunca foi para Capão?” – Não, eu nunca fui nessa praia. “Você não vai para o Rio de Janeiro?” - Não, nunca fui para o Rio de Janeiro, sabe sei lá... o mínimo! Mínimo, mínimo! Do micro pro macro, tipo assim. [...] No ano seguinte eu fui fazer cursinho de novo, aí eu fui fazer em um tal de método Medicina e minha mãe parcelou em 14 vezes, imagina, o ano tinha 12, ela já estava apostando... muito caro o cursinho, esse aí não tinha bolsa de nada, mil e pouco. Nesse período que eu comecei a fazer cursinho e a irmã da minha mãe, tia Ana, começou a ajudar a minha mãe a pagar o meu cursinho porque ela sabia do meu sonho e sempre acreditou muito em mim **(Dados de campo - Entrevista Delfina).**

Através desta entrevista, foi possível perceber que a família de Delfina não possuía condição financeira para poderem auxiliar nos estudos durante sua trajetória escolar. Todavia,

os pais possuíam condições em auxiliar os filhos no processo de ingresso de cursos superiores com mensalidades de cursinhos pré-vestibulares de qualidade e, no próprio curso superior do irmão mais velho, com pagamento de 50% das mensalidades do curso de direito. Não podemos julgar quais eram as condições financeiras familiares dos entrevistados, contudo é possível perceber que, nestes primeiros anos de Políticas Públicas de Ações Afirmativas, havia um baixo percentual de vagas reservadas para alunos negros, os alunos que ingressaram nesta modalidade, como Roberto e Delfina, possuíam, ao menos, condições de renda familiar que possibilitaram ambos os estudantes a estudarem em cursinhos pré-vestibulares caros e de qualidade. Concomitantemente, ambos os alunos estudaram em instituições de ensino público no Ensino Médio diferenciado, que apresentam um diferencial, em questão de qualidade, em relação a grande parte das escolas públicas brasileiras. Percebo, desta forma, que um percentual baixo de vagas reservadas para estudantes negros de ensino público, nesses casos estudados, privilegiou quem tem pelo menos um pouco mais do que a maioria das pessoas que vivem em contextos sociais de pobreza. Mas adiante, nas análises de outros perfis, pretendo voltar para essa questão para aprofundamento.

Para uma maior aproximação do perfil de Delfina continuo a apresentar parte de sua trajetória escola no excerto que segue:

*[...] Nesse ano ainda eu tinha feito três inscrições para o vestibular da URGs, um para Medicina, um para Odontologia e outro para Enfermagem. Eu virei elas de cabeça para baixo, embaralhei e rasguei o boleto de uma, essa duas que eu não tinha pego o boleto eu rasguei e botei fora e a que eu peguei o boleto e paguei, eu queimei! Aquela eu queimei e as cinzas eu atirei no Guaíba e pedi para Iemanjá; “Iemanjá, me ajudar”. Na hora que eu estava embaralhando eu pedi para o meu avô me guiar para o caminho que fosse me dar mais felicidade. Chegou o listão da URGs e eu tinha passado para Enfermagem. [...] Eu me matriculei em Enfermagem e o professor Ávila abriu um cursinho específico para cada disciplina. Ficavam 15 ou 20 alunos no máximo em cada aula por disciplina, a turma do Ávila tinha 12 alunos e eu era monitora dele, então eu não pagava nada. Eu assistia as aulas dele, fazia as apostilas, as redações, tinha o horário de dúvida com ele. O professor de matemática também me deu a bolsa dele e a professora Leila de química me cobrava 30 reais por mês, a Leila tinha 10 alunos, todos os outros alunos pagavam 170 para ela para fazer aula com ela por 1 mês. Nesse ano eu estudei português, química, matemática e física, só pagando o material, geografia e literatura, eu pagava 50% do valor **(Dados de campo - Entrevista Delfina)**.*

Podemos observar que a trajetória escolar de Delfina, antes de ingressar no curso de Medicina, inclui cursar outro curso de nível superior, aqui no caso o curso de Enfermagem na UFRGS. De acordo com os dados das entrevistas, Roberto antes de ingressar no curso de

Medicina também cursou um semestre no curso de Psicologia da UFSC, ambos são ingressantes das primeiras iniciativas das Ações Afirmativas. Essa característica desaparece entre os entrevistados no momento em que as Políticas Públicas de Ações Afirmativas foram se consolidando.

Mesmo os alunos tendo que estudar longos anos para conseguirem ingressar no curso de Medicina que desejavam, a partir do momento em que as vagas para alunos oriundos de ensino público foram aumentando, os entrevistados dessa pesquisa abandonaram a ideia de ingressar em cursos “semelhantes” como Enfermagem, Psicologia, Odontologia, Biologia, ou qualquer outro curso semelhante que possa existir no Centro de Ciências da Saúde (CCS), para suprirem seus desejos pessoais e profissionais de cursarem o curso de Medicina.

[...] Já senti preconceito na Medicina da UFSC, foi na disciplina do internato. Eu fiquei uma semana com a professora no ambulatório, então ela me conhecia né? Porque foram 5 dias juntas. A semana da ginecologia era uma semana depois, nós tínhamos uma enfermaria no período da manhã e uma de tarde nas cirurgias ginecológicas. Nós estávamos sentadas com a roupinha cirúrgica, e eu estava de toquinha esperando a aula começar. Daí ela falou que na semana passada a enfermeira tinha fechado errado a roupa dela e ela teve que se escovar de novo. Quando a pessoa contamina a roupa, a pessoa tem que tirar a roupa, escovar de novo e vestir outra roupa. Daí ela estava contando que a enfermeira fez errado. Aí ela disse assim: “Mas nada contra os enfermeiros daqui, eles são bons, né?”. Ela fez esse comentário, eu ri. Todo mundo ri. Daí eu pensei: “Nossa, não entendi nada, mas que mulher, né?”. Logo depois ela pediu para eu fechar a roupa dela. Quando ela botou a roupa. Depois disso ela falou para a residente: “É impressão minha ou não vai vir nenhum acadêmico, mesmo? Essa gente do internato está matando muita aulinha. Não acha?”. Quando eu ouvi isso eu respirei fundo e falei assim: “Doutora, eu estou aqui fechando a sua roupa e sou acadêmica do 9º período”. A resposta dela foi: “Ai, desculpa eu não te reconheci”. Eu respondi; “A senhora me conhece, nós ficamos a semana passada juntas no ambulatório. A senhora me acompanhou em quase todas as consultas”. Quando eu saí de lá fui chamar outro acadêmico e na saída eu falei: “Vou lá chamar o branquinho para ver se ela fica feliz”. Depois disso me encontrei com outra colega minha, e eu falei: “Nossa Fran, acabei de ser confundida com uma enfermeira. Não que seja ruim ser enfermeira, mas eu sou aluna, gostaria que ela tivesse me visto como aluna. Eles ainda não estão acostumados com alunos pretos”. E ela é negra, bem preta mesmo, quando eu disse isso ela respondeu “pelo menos você é uma preta clara e é confundida com enfermeira. Eu sou confundida com a faxineira no centro cirúrgico”. Ela é aluna do décimo segundo período. [...] A menina que é dupla dela, a Jéssica é branquinha, loirinha, de cabelo curtinho. Sabe o estereótipo de estudante de Medicina? Depois de escutar isso ela falou assim: “Quando eu escutava as pessoas relatarem os atos racistas eu nunca levava a sério. Porque essa coisa nunca me atingiu, mas eu tive que entrar em um quarteto de alunos negros pra entender o que acontecia”. [...] Os cirurgiões são os mais complicados da Medicina, porque eles são muito homofóbicos e racistas. Acho que é a área da Medicina que eu mais vejo isso. Eu tenho uma amiga com bastante traços negros e lembro que tivemos um professor de cardiologia regional que sempre fazia as perguntas mais

difícil para ela. Ele sempre fazia mais perguntas para ela do que ele fazia para o resto do grupo. Sim, só porque ela é negra, exato, para desmerecer ela. [...] O professor se direcionou para a aluna e perguntou; “[nome da aluna omitido], tua chance de salvar tua nota no semestre; por que a reposição de B12? Onde que ela atua? O que ela faz?... Hmm...Pra variar tu não sabe, né?”. [...] Tem muita competição na Medicina entre alunos e professores, principalmente essa galera da cirúrgica, eles agravam isso com cotistas, negros e homossexuais – de fazer o aluno pensar que “não sabe nada”. E eu percebo que tem uma certa negligência de alguns médicos, principalmente, com pacientes negros. Os médicos que tratam os pacientes no HU, tratam da mesma forma os alunos na Medicina. Tratam melhor brancos do que negros, sendo aluno ou pacientes (Dados de campo - Entrevista Delfina).

Durante a entrevista, a aluna traz alguns exemplos de situações ocorridas dentro do Hospital Universitário (HU), em seu estágio obrigatório, em que afirma que a equipe de saúde, tanto médicos quanto enfermeiros tratam diferenciadamente, pacientes negros e brancos. Um caso relatado foi de um paciente negro que havia sido deixado em um dos corredores sentado em uma cadeira de rodas enquanto vomitava em estado inconsciente. Sobre o preconceito e falas racistas dos professores que Delfina viveu no decorrer de sua graduação ela afirma:

[...] As vezes eles pegam esse preconceito e eles trabalham de... como é que eu vou te explicar? E eles trabalham de uma forma diferente, como se fosse uma piada, sabe? Porquê na piada tu pode dizer que o aluno “mal interpretou”. Tem professores que fazem piada de gays o tempo todo. “Mas eles não são homofóbicos, eles só estão brincando”. Tem pessoas na Medicina que chamam os pacientes de “tigrão”, esse termo é usado na Medicina para os pacientes que não se cuidam. Mas se você for pesquisar a origem da palavra “tigrão”, ela remete aos negros escravos. [...] Eu já tive colegas que falaram mal de cotistas, no primeiro semestre, falavam muito sobre isso. Porque era a turma dos cotistas e dos não cotistas. Eu senti muito no primeiro semestre. De ter comparação de nota; “A turma A está se saindo melhor do que a turma B. Por que a turma A é melhor? Porque eles não são cotistas, né?”. [...] Agora no ciclo clínico eu acho que é mais velado, porque os professores são médicos. Eu acho que nos dois primeiros semestres era mais visível. Mas no ciclo clínico fica mais dissimulado. Não tinha como ver tanto, principalmente pela nota. Por exemplo, teve um colega meu que foi bem mal na prova, ele pegou recuperação em clínica. Todo mundo que pegava recuperação em clínica rodava. Ele passou, acabou passando. Mas ele foi a única pessoa da sala que pegou recuperação, e rolou aquela coisa; “porque ele pegou né? Porquê ele é negro, né?”. [...] Tem uma menina que só não consegue passar na disciplina de ginecologia, já era para ela ter se formado, mas eles não passam ela, eles não aprovam ela. Dizem que a aluna tem problemas de comunicação, principalmente para falar com os pacientes. Ela não sabe passar muito bem o caso, talvez seja porque a vida inteira ela foi muito tímida. Uma das médicas virou para mim e para outra menina e falou: “deixa eu fazer uma pergunta. A [nome da aluna] é cotista, né?”. Eu não sei com que cara eu olhei para ela, mas ela me olhou e falou rapidamente: “Nada contra, eu só queria saber mesmo”. Depois de baixar o sangue que efervesceu em mim eu respondi a professora: “A [nome da aluna] foi a quinta colocada no vestibular da UFSC do ano dela. Ela não é

cotista e não é legal avaliar uma pessoa pela forma que ela ingressou na faculdade. Temos que avaliar a trajetória dela dentro da faculdade, que é algo bem mais importante do que a forma que ela usou para ingressar”. [...] E se a menina fosse cotista mesmo? Não é função da universidade ensinar? Te levar pronto para o mercado de trabalho? Te devolver um cidadão melhor para mundo? Parece que não, sabe? Parece que não é isso o que importa para universidade no final das contas. Parece que o que está importando mais é como tu entrou, quem são teus pais, do que o teu desempenho acadêmico. [...] O meu amigo tirou 4.9 na prova de cirúrgica, e o professor falou para ele: “Quem sabe o teu lugar não é aqui?”, falou isso só porque ele é negro. Na minha turma teve uma menina que tirou 2,2 e ela é branca e ele não falou nada para ela. Ele acabou tirando 9 na segunda prova passando sem recuperação e aí com esse 9 ele não falou nada. Porque para o [nome do aluno] que tirou 4.9, uma nota 2,7 pontos mais alta que a da outra menina, mais que o dobro da nota dela ele falou isso? Esse mesmo menino agora passou na USP para residência. Como um professor vai dizer para um aluno que o lugar dele não é ali? (Dados de campo - Entrevista Delfina).

Infelizmente, no Brasil, esse discurso não é novidade, o tratamento, a educação sempre foram diferenciados dependendo da condição social de cada sujeito. Refletir acerca do privilégio que as pessoas brancas possuem em relação à população negra torna-se imperativo, pois como Bento (2002) constata, o branqueamento foi forjado pela elite brasileira, tendo como referência de beleza e inteligência o grupo branco da sociedade, autenticando sua hegemonia política, econômica e social. O resultado cruel dessa ideologia recaiu sobre indivíduos negros, tendo a própria identidade negada, além de serem culpados pela discriminação e desigualdades sofridas. Nas palavras de Bento (2002, 41):

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual “o negro” aparece como feio, maléfico, ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra no período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios.

Mas como devemos lidar com essas questões vividas dentro de uma instituição pública de nosso país? Como podemos lidar com o fato de professores, formadores de opinião e transmissores de conhecimento hajam de forma preconceituosa e racista com os seus próprios alunos em uma instituição pública de qualidade de alto prestígio social? De que modo as pesquisas podem contribuir para essa questão? Essas são perguntas que tenho me feito durante esse percurso.

4.5. ENTREVISTADO JOHN (ingresso na modalidade PPI com renda acima de 1,5 salários mínimos em que o percentual desse perfil era de 2% de vagas reservadas em um ano que a

UFSC adotou 35% de vagas reservadas – 25% das vagas reservadas para alunos oriundos de Ensino Médio público, mais 10% de vagas reservadas para alunos autodeclarados negros (pretos ou pardos) com preferência àqueles com maior trajetória no ensino público).

O entrevistado John ingressou na Universidade pela modalidade de Ações Afirmativas por cotas para alunos oriundos de Ensino Médio realizado em instituições públicas, com recorte racial para Pretos, Pardos ou Indígenas (P.P.I). Seguem trechos de sua entrevista que revelam sua trajetória de vida e escolar:

Eu sou mineiro, nasci em Sete Lagoas, em Minas Gerais no dia 24 de agosto de 1996, às 3 horas da manhã. Minha concepção foi planejada, meus pais já tinham dois anos e meio de casados, minha mãe já tinha quase 30 anos. Meu pai 30 e poucos. Ambos com trabalho fixo. Meu pai é bombeiro militar. Na época ele era sargento. Então ele estava bem na carreira. Eles estavam tranquilos e estáveis, já tinham casa própria, então não existia muito essa questão da dificuldade socioeconômica naquela época. [...] Eu entrei no maternal com três anos, minha prima estudava em um outro colégio. Depois do maternal eu quis ir para escola dela porque ela estudava lá. Tanto o maternal como essa escola eram escolas particulares. Depois dessa escola eu quis continuar acompanhando a minha prima. Eu fui então para um colégio público lá perto de casa, no terceiro período. A partir de então eu estudei só em colégio público. Esse colégio ficava perto de casa. Eu acabei indo para este colégio público porque eu quis, meus coleguinhas que eu brincava na rua estudavam lá e eu quis estudar com eles. Eu saí da quarta série e fui para um outro colégio, (foram 4 colégios até agora, esse é o quarto). Era colégio público também, a diretora desse colégio era tia da minha ex-professora da segunda à quarta série. A minha professora conversou com a tia dela para me colocar nesse colégio industrial, porque, teoricamente, eu não poderia ir, porque para esses colégios tu precisa morar perto, mas como era um colégio bom e eu queria muito ir para lá, ela conversou com a tia para que eu pudesse estudar lá. Eu fiz da quinta até a metade da oitava série nessa escola. Em 2010 quando eu estava entrando para a oitava série, nós, eu e minha família, viemos passar férias de verão em Balneário Camboriú, nós acabamos gostamos muito de Balneário. Nesse ano o meu pai se aposentou, ele já estava como tenente, aí decidimos nos mudar para Balneário, saímos de minas e viemos morar Balneário. Em Balneário Camboriú eu estudei no colégio Vereador Santos, também era um colégio público, mas era um bom colégio, eu terminei a oitava série nessa escola. Esse foi um ano complicado para mim, porque o que eu tinha aprendido no início da oitava série em Sete Lagoas, eu cheguei aqui e eles estavam começando a aprender. Dessa forma a metade do conteúdo eu não tive e metade a outra metade do conteúdo eu vi duas vezes. Então eu não aprendi a fazer equação do segundo grau por exemplo. Aprendi a fazer equação do segundo grau sozinho em casa. Nessa época eu queria passar na prova do Instituto Federal que é um colégio agrícola de BC. Tem lá em Camboriú, é tipo IFSC, mas lá é IFC. Eu consegui passar nesse colégio, ele é bem referência, aí eu fiz o curso técnico de informática (Dados de Campo Entrevista John).

De acordo com a trajetória escolar de John, podemos perceber que além de ter tido o

apoio dos pais aos estudos, ele sempre foi muito dedicado e disciplinado. Ter tempo para poder estudar e se disciplinar aos estudos é uma característica da classe média, dessa forma a trajetória do aluno condiz com a classe média quando ele mesmo afirma que nunca passou dificuldades socioeconômicas durante sua trajetória escolar.

Reflexos de sua disciplina com os estudos estão presentes durante sua trajetória escolar. A transferência para uma outra escola pública, por intermédio da sua professora de Ensino Fundamental não foi ocasionada pelo simples fato da professora gostar dele, mas, demonstra também um comprometimento e desempenho exemplar do aluno perante as instituições de ensino. Em nenhum momento da entrevista John cita problemas vividos em relação ao racismo ou à segregação racial no âmbito pessoal. Dessa forma, é interessante analisar o alto índice de aproveitamento escolar do aluno com base em reflexões conduzidas por Carvalho (2005). A autora, em suas pesquisas evidenciou que alunos mais disciplinados e com um desempenho escolar superior, são *embranquecidos* pelas professoras em suas relações escolares, ou seja, são classificados por elas como *brancos*. O contrário da mesma forma, gera um *escurecimento* dos alunos na classificação das professoras.

Além de ter conseguido passar na prova seletiva para o Instituto Federal Catarinense e ter tido o privilégio de estudar em uma instituição de Ensino Médio pública de excelentíssima qualidade, o aluno relata ter sido contemplado, durante o seu terceiro ano de Ensino Médio, com uma bolsa de estudos no cursinho pré-vestibular Energia:

[...] consegui uma bolsa no cursinho Energia para o segundo semestre do meu terceiro ano. Eu queria UFSC, iria prestar para Medicina na Univali também. Se eu fizesse na Univali compensaria porque meus pais moram em Balneário e a Univali é em Itajaí, basicamente, a mesma cidade. Para mim compensaria, porque eu continuaria morando em casa, só que estudando na faculdade. Meus pais não teriam R\$ 6.000,00 reais por mês para pagar de faculdade. Aí, nós tentaríamos um financiamento, alguma coisa assim. Mas meu foco era a UFSC, porque a Univali eu teria que correr atrás de muito mais coisa para poder conseguir cursar. O cursinho semiextensivo Energia do segundo semestre, foi bem pesado, porque eu fazia o terceiro ano, fazia a escola técnica, fazia estágio duas vezes por semana e fazia o semiextensivo todos os dias a noite. No meu tempo livre, que era somente os fins de semana e horário de almoço, eu sempre ficava fazendo o tarefa do cursinho. Acordava às 6:30h e só voltava para casa às 22:30 (Dados de Campo - Entrevista John).

Através do relato podemos perceber o grau de comprometimento de John na sua trajetória escolar. Da mesma forma, podemos perceber o auxílio dos pais com o estímulo na busca pelo ingresso no Ensino Superior, os quais estavam dispostos a conseguir de alguma

forma, pagar um curso superior de Medicina na Univali para seu filho.

Após esse exaustivo ano de estudos, o entrevistado relata ter sido aprovado no vestibular para a turma de Medicina. As Políticas de Ações Afirmativas nesse ano de ingresso somavam 25% das vagas reservadas para alunos oriundos de Ensino Médio público, mais 10% de vagas reservadas para alunos autodeclarados negros (pretos ou pardos) com preferência àqueles com maior trajetória no ensino público. Este último percentual refere-se às políticas internas na UFSC, não condizendo, portanto, com as vagas exigidas por lei popularmente conhecida como Lei de Cotas já referenciada.

O percentual reservado para as vagas P.P.I (Pretos, Pardos e Indígenas) era igual a 8%. Referente à modalidade P.P.I, o entrevistado relata ter sentido medo e desconforto ao assinar o termo de autodeclaração racial. Como em sua época não existia mais a banca de validação racial, o entrevistado afirma ter tido medo de, em algum momento, após ter ingressado, alguém desqualificá-lo como negro e acarretar em perda da vaga por este motivo. Tal medo, não esteve presente em nenhum dos demais candidatos negros entrevistados. Foi por esse desconforto que a banca de validação racial para negros foi extinta da UFSC, contudo torna-se peculiar somente um dos entrevistados relatar tal sentimento.

*[...] eu tinha bastante receio quanto à isso. Das cotas assim. Até porque, tipo até hoje não me é esclarecido. Tem bastante gente que me pergunta em relação as cotas tipo assim: “Tá. Mas como é que eu vou declarar que eu sou realmente negro?” “Como é que eu vou provar isso?” “O que tem que fazer?” “Tem que levar certidão de nascimento escrito: você é negro?”. Tem um monte de gente que pergunta. Na minha época eu não precisei participar de nenhuma banca. Eu tive que assinar um termo, que eu me declarava negro, pardo ou indígena. Essas pessoas não sabem muito bem como é que funciona. Muita gente me pergunta e eu falo como foi, mas eu tinha bastante receio quanto a isso, até porque eu não sabia como funcionava. Não sabia como seria essa autodeclaração, eu tinha medo de... sei lá, depois de passar, super feliz e alguém falasse: “Não. Você não é negro não!” e aí teria que passar por mais um ano de cursinho... eu ficava com medo disso **(Dados de Campo - Entrevista John)**.*

A partir das pesquisas e estudos pela ótica de Carvalho (2005), John teve uma construção social e escolar em que sua visão sobre si mesmo foi *embranquecida*. Contudo devemos questionar o posicionamento da autora neste caso em específico. Durante a entrevista, o aluno não relatou ter sentido, em nenhum momento de sua trajetória de vida, preconceito racial por ser negro. No momento da entrevista esse foi um aspecto implícito, o aspecto racial foi, de certa forma, retratado como algo velado. Durante o processo de entrevista John não se posicionou abertamente como negro, diferenciando-se desse modo, dos

demais entrevistados negros, os quais falavam explicitamente sobre o conceito de raça/cor e preconceitos vividos. Não estou, de modo algum, querendo colocar sua condição racial em questão, contudo, seu posicionamento foi diferente dos demais entrevistados. É importante ressaltar esse aspecto pois foi uma característica exclusiva desta entrevista, os demais entrevistados se posicionavam ativamente em relação a sua pertença de raça/cor quando se autodeclaravam negros. De acordo com Guimarães (2009), a ideia de embranquecimento racionalizou a concepção de inferioridade racial e cultural, instituída pelo racismo científico do século XIX.

“Embranquecimento” passou, portanto, a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização europeia, em que uma nova raça emergia) de absorver e integrar mestiços e pretos. Tal capacidade requer, de modo implícito, a concordância das pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. “Embranquecimento” e “democracia racial” transformaram-se, pois, em categorias de um novo discurso racialista. [...] A cor das pessoas assim como seus costumes são, portanto, índices do valor positivo ou negativo dessas “raças” (GUIMARÃES, 2009, p. 56).

Na ótica proposta por Munanga (2014), ser negro e se posicionar como tal no Brasil não é uma questão simples, mas sim muito dolorosa, é muito mais uma questão de fundamento etno semântico, político e ideológico do que uma questão estrutural biológica:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, em um país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência (MUNANGA 2004 p.52).

Quando relacionamos as teorias de Nogueira (1998) com a ótica de Carvalho (2005), sobre construção sociorracial de crianças de ensino público de São Paulo, podemos compreender melhor o posicionamento de John. Carvalho (2005) afirma a heteroclasificação racial dos alunos como parâmetro de disciplinarização em sala. Acredito que o *racismo de marca* presente no Brasil, que é retratado por Nogueira (1998), faça sentido nesse caso, pois mesmo sendo mais difícil de ser camuflado que o *racismo de origem* que é mais característico nos Estados Unidos da América, carrega ainda assim a possibilidade de os sujeitos perderem as marcas sociais de serem negros. Aliando essa explicação ao próprio *desejo de branqueamento* descrito por Nogueira (1998), é recorrente posturas de reconhecimento dele

como não sendo negro em suas relações sociais. O receio de John, de talvez não ser considerado negro, pode estar associado a essas explicações teóricas, em que, no momento de medo, o próprio aluno estaria colocando em jogo sua característica étnico-racial, política e ideológica pelo introjetamento recebido, durante sua formação escolar, que segundo Carvalho (2005), tendem a embranquecer alunos disciplinados e com um bom desempenho escolar.

O aluno entrevistado não se posicionou abertamente perante o preconceito racial, como já mencionei, contudo, demonstrou forte preocupação referente ao preconceito sexista e misógino contra mulheres e também em relação ao preconceito direcionado a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e simpatizantes – LGBTQI, como podemos ver no recorte da entrevista que segue:

No início nós nos sentíamos peixes fora d' água, e depois que começamos a nos inserir no curso, começamos a nos sentir mais parte daquilo, começamos a nos posicionar mais, começamos a ver mais as coisas, conhecer mais as pessoas. E foi na terceira fase que eu comecei a ver posicionamentos complicados de algumas pessoas. Como os estudantes e professores do curso se posicionam em relação à preconceito, em relação à vários temas marginalizados a maioria dos integrantes do curso não se posicionam. Existe um grupo bem forte que se posiciona abertamente e o outro lado, daqueles que marginalizam se posicionam de uma maneira a promover esses preconceitos, e essas questões não são encaradas como se fossem uma preocupação, eles encaram como se não fosse algo real, como se não fosse uma preocupação real. Eles fazem ataques de várias formas, ataques aparentemente genéricos, mas nós sabemos, nós que estamos envolvidos com o contexto sabemos que é bem direcionado. É de uma forma muito implícita, não só em relação a racismo, em relação, principalmente, a sexualização da mulher, em relação a preconceito à população LGBTQI+. É complicado, porque as outras pessoas acabam cristalizando, achando que no final das contas esses preconceitos não existem (Dados de Campo - Entrevista John).

Referente aos preconceitos relatados durante o decorrer do curso, John faz um desabafo perante essa questão reafirmando, como os demais entrevistados, o contexto marcado pelos preconceitos que permeia as relações sociais no curso de Medicina da UFSC. Apesar de o aluno não falar sobre atos racistas direcionados a ele e de ter um posicionamento diferente dos demais entrevistados de origem negra, ele expõe atitudes públicas de racismo dentro do curso de Medicina como podemos ler no excerto que segue:

[...] se eu acho que fulano está sofrendo preconceito... fulano não está sofrendo preconceito. Se eu acho que fulano não deveria se sentir mal, então eu vou continuar fazendo aquilo, porque é minha forma de me divertir. É como eles pensam no curso. Alguns alunos foram no espaço de debate sobre o racismo no curso, estava tudo certo, mas geralmente a maioria do pessoal que vai é o nosso pessoal, e o pessoal que realmente precisaria ir acaba não

indo. Depois dessa palestra o Coletivo promoveu uma intervenção e colaram vários cartazes sobre racismo com algumas informações reflexivas do tipo; “X professores da UFSC, e somente 5% são negros”. Dados verdadeiros, dados alarmantes, chocantes: “Quantos professores negros você já teve no decorrer do curso?”. O que é uma verdade: “Quantos médicos negros você conhece?”. Coisas assim, frases assim que não tem cunho de ofender ninguém ou acusar ninguém, mas de fazer refletir. Depois de dois dias os cartazes foram simplesmente retirados, por pessoas aleatórias, os alunos arrancavam e quem tirou foram os alunos da cirúrgica e a secretária do curso. Além disso, outras pessoas do curso foram lá e escreveram coisas nos cartazes meio que zoando o movimento. Como se não fosse algo real, outros alunos criticaram verbalmente. Para que aquilo ali, sabe? Como se não fosse uma realidade, como se não tivesse escrito nos próprios cartazes o “por quê” daquilo ali. E estava bem explícito. As pessoas não vão procurar, não vão procurar saber, não vão procurar se informar sobre. É basicamente o contexto atual do curso. É legal contextualizar para podermos entender melhor com que ou quem estamos lidando (Dados de Campo - Entrevista John).

Como forma de complementar o discurso de John trago um relato pessoal do professor da USP Kabengele Munanga (2004, p. 55): “não temos professoras negras de Sociologia ou de Antropologia na Universidade de São Paulo. Entrei nela em 1980, como professor e nunca mais houve um outro professor negro no Departamento”. Considero que esse relato de Munanga indica uma temática interessante de pesquisa a ser realizada: pesquisar quantos professores negros, ou professoras mulheres e negras, existem nas universidades brasileiras.

Nos momentos finais da entrevista conversamos sobre o papel das Ações Afirmativas e tive a oportunidade de ouvir a opinião de John sobre as Políticas Públicas e como ele considera o seu ingresso por meio dessa política:

Se não fosse pelas Ações Afirmativas eu não teria passado assim de cara, logo depois do terceiro eu não passaria. Mas talvez com mais um ano de cursinho eu teria conseguido. Só com ensino público eu não passaria pela ampla concorrência. Ninguém passa, né? De escola pública eu não conheço, alguém que tenha passado logo no primeiro pela ampla concorrência assim, sem cotas. Tipo, a minha amiga por exemplo ela passou pela ampla concorrência e ela estudou em escola pública a vida inteira. Mas demorou cinco anos para passar. (Dados de Campo - Entrevista John).

4.6. ENTREVISTADO LUÍS (ingresso por meio da reserva de 17% de vagas para alunos com renda inferior a 1,5 salários mínimos sem recorte racial, num ano em que a UFSC adotou 50% de reserva de vagas pelas PAA)

Como forma de introduzir o contexto social do entrevistado Luís seguem alguns trechos transcritos da entrevista realizada:

Meus pais estavam casados há uns 10 anos quando eu nasci. Só que eles estavam em uma situação econômica bem ruim, se mudavam bastante de cidade. No ano em que eu nasci, foi o ano que meu pai abriu uma fabricazinha, ele trabalhava com o meu tio, no setor de calçado, mas a sociedade deles não deu certo. [...] quando eu nasci meus pais tinham acabado de construir uma casa. Nós moramos em Blumenau até os meus cinco anos de idade. Eu frequentei creche enquanto meus pais trabalhavam o dia todo. Como era negócio próprio, era do lado de casa, meu pai vivia na sapataria. Eram 14 horas por dia de trabalho e minha mãe também. Só que daí ela chegava em casa e já tinha eu e minha irmã para ela cuidar, jornada dupla. [...] Quando eu fui para o Ensino Médio eu continuei em escola pública, na mesma escola, que era na verdade a única escola da cidade que tinha Ensino Médio. Não tinha nem escola particular lá, para falar a verdade. [...] Eu fui descobrir o que significava a palavra “vestibular” no segundo ano, pesquisando por conta própria, nunca tive nenhum aporte na escola sobre o que era vestibular. Sobre como é o processo de ingresso em uma universidade. Eu fui descobrindo sozinho a partir do segundo ano do Ensino Médio. Quando eu cheguei no terceiro ano do Ensino Médio, eu me inscrevi para fazer um cursinho comunitário; o pró-universidade da UFSC. Eu fiz esse cursinho lá em Brusque, eu viajava todos os dias para Brusque, eram mais ou menos 40 minutos para ir e mais 40 minutos para voltar. [...] Eu estudava de manhã, trabalhava a tarde com o meu pai na fábrica dele e anoite eu pegava o ônibus para ir para o cursinho. Fiz isso durante seis meses, foi o segundo semestre de 2014. Chegou o final do ano e eu fui prestar o vestibular UFSC pela primeira vez. [...] sobre o cursinho eu percebi que tinha professores bons na escola, mas no cursinho os professores eram muito bons. Eles estudavam a matéria de um jeito que eu nunca tinha tido, aquilo parecia um vômito de informações, o cursinho era maçante, eu não me adaptei. Nesse semestre eu não me adaptei. Eu fiz e parei umas duas semanas antes de acabar, porque eu não aguentava mais. Mas eu descobri que existia um outro mundo, que existia uma outra forma de aprender
(Dados de campo – Entrevista Luís).

A experiência de Luís no cursinho pré-vestibular gratuito da UFSC, podemos perceber que este auxílio da Universidade, ajudou o aluno a enxergar o ingresso no Ensino Superior - que até então era visto como ‘turvo’ ou ‘apagado’ nas reais condições do aluno após a conclusão do Ensino Médio - como uma possibilidade para o seu futuro. O cursinho pré-vestibular gratuito, aparentemente, abriu uma nova perspectiva em relação aos estudos para Luís. Mesmo o cursinho gratuito não tendo a mesma qualidade do que de cursinhos pré-vestibulares particulares ele, de acordo com o relato de Luís, era mais preparado para preparar o aluno para a prova de vestibular da UFSC do que o Ensino Médio público que havia recebido.

Esta experiência, relatada por Luís, abre margem para entrar em uma discussão que ainda precisa de mais elementos, a meu ver, no âmbito das possibilidades e das dificuldades que envolvem as Políticas de Ações Afirmativas na UFSC que é a questão dos cursinhos pré-vestibulares gratuitos:

[...] Um dia coloquei na cabeça: quero fazer Medicina. Porque eu realmente pesquisei e eu vi que era aquilo que eu queria. Eu queria lidar com pessoas. E quando eu falei para o meu pai, ele entrou em choque. Na primeira impressão dele até que foi de boa, mas depois ele perguntou: “Quanto é um cursinho?”. Aí eu fui pesquisar em Brusque e Floripa, nas duas cidades o cursinho mais barato era R\$ 1.000,00 uma mensalidade. Meu pai falou: “Impossível Luís. Não dá”. Depois disso foi se arrastando durante um ano. Esse um ano foi o ano que eu estava fazendo o terceiro. Daí durante o terceiro eu fiz esse cursinho que eu te falei. Chegou o final do ano eu prestei a UFSC e não deu boa. Não deu certo... fiquei bem abaixo da nota de corte. A nota de corte deveria estar em 70 mais ou menos e eu fiz 55. Eu precisava aumentar muito, 15 pontos é muita coisa no vestibular da UFSC. [...] Durante meu percurso escolar eu tive um grupo de professores que gostavam bastante de mim. Eles queriam me ajudar a passar no curso de Medicina, só que eles não sabiam como. Aí surgiu a professora Ana que fez faculdade na UFSC e por isso tem muitos amigos aqui Floripa. Uma dessas amigas dela trabalhava no COC e aí fomos atrás dessa amiga para pedir contato do pessoal que trabalhava no COC e de todos os cursinhos da cidade. Com isso, ela conseguiu uma reunião com essas pessoas, os coordenadores dos cursinhos. Ela me levava pra Florianópolis toda semana para tentar conversar com eles. De todos os cursinhos nós conseguimos uma bolsa no COC, a coordenadora se apaixonou assim pela minha história e conseguiu essa bolsa para mim. [...] Contudo nós estávamos fazendo isso tudo escondido do meu pai. Porque o problema não era nem eu vir pra Floripa fazer cursinho. Era pagar o lugar para morar, entendeu? Porque é tudo muito caro aqui. E daí quando eu descobri que ia ter essa bolsa, cheguei e falei: “Pai, Mãe, nós precisamos conversar sério”. Meu pai ficou feliz, mas ele ficou meio duvidoso porque como ele iria pagar a alimentação, moradia e todo o resto? [...] Meu pai falou o seguinte: “Luís, então, esse ano eu vou te dar oportunidade pra tentar. Mas se tu não conseguir passar, eu não vou conseguir te bancar outro ano”. Foi aquela festa “Uhuul”. Aí me mudei pra Florianópolis, em fevereiro de 2015. [...] Essa época foi uma mudança muito brusca na minha vida, eu saí da casa dos meus pais me mudei pra outra cidade, comecei a fazer um cursinho que era praticamente integral. O cursinho era a manhã toda, e junto com esse cursinho eu ganhei também dois cursinhos específicos para mim, que eram duas matérias que eu ia pior, matemática e física. Então eu fazia três cursinhos. E todos eles de graça. [...] Eu tive muita sorte, porque de outro modo eu jamais iria conseguir estar aqui. Eu fui fazendo o cursinho ao longo do ano e ao mesmo tempo fui descobrindo como que era a melhor forma para eu estudar. Porque eu nunca fui acostumado a estudar daquela maneira. [...] passei na UFSC pelas cotas de Ensino Público, com renda inferior, a salário mínimo 1,5 por pessoa (Dados de campo – Entrevista Luís).

O percurso de vida e escolar de Luís, até o ingresso na Universidade, revela que nessa trajetória, foi fundamental, além das Políticas Públicas de Ações Afirmativas a presença de pessoas que de uma forma ou de outra o auxiliaram nesse percurso.

Depois do ingresso no curso tão almejado, iniciam-se outros desafios e problemáticas. O entrevistado Luís narra episódios problemáticos em relação a uma aluna estrangeira – negra – que estava fazendo intercâmbio do seu curso de graduação em Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta aluna, por ser estrangeira, tinha muitas dificuldades

no processo de aprendizagem, não pela complexidade do curso, mas pela complexidade de aprender nomes técnicos em uma língua na qual ela não havia sido habituada. Neste semestre de intercâmbio na UFSC a maior dificuldade que a aluna teve foi na disciplina de anatomia, em que era necessário decorar cerca de 300 nomes técnicos e específicos do corpo humano para as provas. Como forma de pedir auxílio, a aluna tentou expor suas problemáticas ao coordenador do curso de Medicina para que ele como autoridade pudesse de alguma forma auxiliá-la com a dificuldade da linguagem técnica em português. Segundo o relato exposto por Luís, o coordenador, em nenhum momento da conversa, olhou a aluna negra nos olhos:

*[...] Enquanto ela falava, o coordenador ficava super aéreo, olhando para os lados... Só não olhava pro rosto dela, não olhava pros olhos dela, parecendo super alheio a situação. Daí ela começou a contar, explicou o programa, ele conhecia o programa, conhecia as regras do programa, ela contou tudo e ele não falou nada. Ele ficou quieto, sem olhar pra ela. E daí ela falou: “Tá. O professor entendeu o meu problema?”. E ele respondeu da seguinte forma: “Tem algo que possa fazer pra te ajudar?... Não”. Tudo isso sem olhar pra ela. Ela falou que se sentiu tão desconfortável naquela situação, que ela ficou com vontade de chorar. E ela contou isso pra mim e me chocou muito. Ela ficou com vontade de chorar e saiu, quando ela estava saindo, ela falou assim: “Tá. Desculpa então incomodar o senhor!”. E ele ficou quieto. Como se realmente estivesse incomodando, tchau, sabe? [...] O coordenador, junto com a coordenadoria do curso, deveriam ser teoricamente “Os caras” que iriam fazer o possível para manter ela aqui. Para manter ela estudando, para manter ela ativa. Eles deveriam prezar por isso, mas parece que certas pessoas simplesmente a coordenadoria não faz questão que continuem no curso. Já ouvi o coordenador falando para outros alunos: “Talvez não seja pra você esse curso”. Mas é muito seletivo dizer isso, entendeu? É você ignorar um problema e querer dar uma solução, que as vezes não é a solução; Desistir. A maneira como a universidade trata, a maneira como os professores tratam, isso não é para você, mas aí o problema não é seu, o problema é do sistema. E como ir contra isso? **(Dados de campo – Entrevista Luís).***

Dentre as problemáticas relatadas pelos alunos entrevistados fica nítido a existência de preconceitos relacionados a homossexualidade e as comunidades LGBTQI+. Este foi um tópico levantado por todos os entrevistados do curso de Medicina. Sobre este tema, o que mais preocupa o estudante Luís é a forma como os professores patologizam a homossexualidade em suas aulas:

*[...] O professor pode trazer a questão da sexualidade. Mas ele pode trazer com viés positivo ou negativo. Normalmente os professores falam sobre a sexualidade na homossexualidade como uma doença. No currículo formal está bonito; ele vai falar sobre sexualidade. Mas o currículo oculto molda como ele vai falar e apresentar **(Dados de campo – Entrevista Luís).***

Um ponto que se tornou recorrente entre os entrevistados foi a discussão e problematização sobre o currículo oculto da Medicina. Sobre este tema, o entrevistado Luís cita um caso polêmico já citado por outros entrevistados desta pesquisa, que aparentemente, este tema se tornou recorrente e popular não somente entre os entrevistados, mas também dentro dos próprios corredores e salas de aula do curso

[...] Um aluno negro da Medicina fez um texto, talvez você tenha ouvido falar, intitulado “Eu odeio o curso de Medicina da UFSC”. Foi um texto que viralizou na internet. Por causa desse texto o aluno foi chamado pelo coordenador do curso para conversarem. O coordenador falou que ele teria que excluir o texto da internet. Então, são umas situações ridículas de assédio moral que são recorrentes dentro do curso de Medicina. [...] O currículo oculto são as vivências que temos no decorrer do curso com os professores em sala, nos corredores dos centros, ideologias e comportamentos que não estão previstos no ano de ensino, mas que dizem muito sobre o profissional que vamos nos tornar e que acabam com certeza moldando os alunos no decorrer da graduação. [...] Eu vou começar a ter, nesse semestre, a disciplina de semiologia, que é a disciplina que acompanha professores de pequenos grupos dentro do hospital, e começamos a entrar no quarto dos pacientes, começamos a fazer anamnese com o paciente, exame físico e essas avaliações de saúde. Entre os alunos existem muitos relatos de professores que tem uma conduta extremamente desrespeitosa com os pacientes, tratando a paciente como um verme que não entende nada e não tem direito a nada. É nesse tipo de profissional que devemos nos espelhar? É esse o tipo de profissional que a universidade paga para nos ensinar? (Dados de campo – Entrevista Luís).

Quando questionei Luís, a fim de conhecer o seu ponto de vista a respeito das Ações Afirmativas, para compreender, a partir de quem foi beneficiado por elas, como também ouvir dele como compreende que essas Ações estejam contribuindo com outros alunos e que sugestões ou pontos ele acredita que deveriam ser aperfeiçoados e melhor trabalhados, ele responde:

[...] Hoje eu tenho amigos negros que eu não tinha na minha cidade, e com isso descobri que existem outras lutas, outras vivências. Isso é tudo graças às Ações Afirmativas, as cotas foi a melhor coisa que aconteceu! Tanto para quem quer ter a oportunidade de ingressar e não podia antes, quanto para a própria estrutura da Universidade. A Universidade precisava disso, de outras pessoas, outras classes sociais, dentro dela. Porque nós vemos o problema que outras classes não veem, entendeu? Cada classe vê problemas que os outros não veem. Então, por isso, que é tão importante ter essa representatividade. Eu vejo problemas que uma pessoa heterossexual não vê, mas um cara negro vê problemas que eu não vejo. Então se tem essa troca, nós podemos trabalhar juntos para um lugar melhor, entendeu? E eu acho que nesse papel, nesse ponto, as Ações Afirmativas foram fundamentais, estão sendo a principal fonte de mudança do currículo da Medicina. [...] Quando eu passei, foi alvoroço na cidade inteira, mas Por quê? Porque as pessoas da região ainda não veem isso como algo possível. Porque talvez

*não seja algo possível. Porque não vai ter bolsa no cursinho pra todo mundo, não vai ter... não é todo mundo que vai ter alguém, que vá lá, vá lutar, sabe? Eu era uma pessoa que estava ali meio inerte. Eu precisei que alguém viesse e me buscasse em casa, me levasse lá e me mostrasse as pessoas certas para conversar. Eu fui muito sortudo. Mas a minha realidade ainda não é a realidade da maioria. [...] Não foi meritocracia. Não foi só porque eu me esforcei, não foi porque eu me esforcei mais que os outros. Não é porque eu quis mais que os outros. Então é preciso trabalhar políticas como essas das Ação Afirmativas, pois elas parecem que se restringem ao entrar na Universidade. Mas como fica a permanência por exemplo? Depois que entrar, como é que eu vou me manter? [...] É preciso que as escolas públicas falem mais do vestibular. Falem mais sobre a universidade. Falem desde cedo, para que as pessoas comecem a pensar nisso muito mais cedo. Porque o cara da escola particular ele está pensando nisso desde a 7ª ou 8ª série. É uma outra realidade, tanto que o pessoal da escola particular faz Ensino Médio em dois anos, o terceiro ano é um cursinho. E a escola pública não, nós mal temos os conteúdos básicos, então é uma realidade que precisa ser mexida antes do vestibular, durante o vestibular já tem as Ações Afirmativas que são muito boas, mas aí precisa pensar no depois também, porque aí vem a permanência. Eu acho que são três momentos que tem que ser trabalhados para que consigamos mudar esse perfil, de que uma Universidade Federal é coisa para poucos, que é coisa pra ricos, que é coisa para filho de patrão. É bem essa; sou filho de sapateiro, os meus pais são humildes, hoje nós temos uma condição de vida razoável, ele consegue trabalhar ainda, tá velhinho, tem 60 e poucos anos. Conseguiu se aposentar, consegue tocar a lojinha ainda que nós temos e consegue me manter aqui. Não falta, mas também não sobra, entendeu? Isso foi... ele demorou a conquistar, como eu te falei isso, começou quando eu nasci, eles eram super pobres, naquela época eles foram construindo e hoje temos essa condição. Mas nós viemos de baixo, meu pai principalmente. O meu pai não é patrão. A Universidade não é só para essas pessoas, a Universidade tem que ser plural, tem que ser para todos, eu acredito nisso pelo menos **(Dados de campo – Entrevista Luís)**.*

O trecho da entrevista apresentado revela quanto aprendido, no âmbito da diversidade e desigualdade social, Luís indica que as Ações Afirmativas lhe proporcionaram, para além de seu ingresso e, de seus pares, por meio dessas Políticas. Suas reflexões e afirmações ajudam a compreender a desestrutura de certezas e desigualdades, que a recente criação dessas Políticas proporciona e, por isso, tanto incomoda e desestabiliza.

Luís, aponta para mim, um outro ponto importante ao afirmar e acreditar que as Políticas de Ações Afirmativas são a principal fonte de mudança de currículo no curso de Medicina: “[...] eu acho que nesse papel, nesse ponto, as Ações Afirmativas foram fundamentais, estão sendo a principal fonte de mudança do currículo da Medicina”. Suas afirmações são esperançosas, pois não havia pensado por esse lado, até aquele momento, pois revoltou-me ouvir e conhecer as narrativas e dificuldades enfrentadas pelos entrevistados no curso de Medicina. Mas, suas afirmações, são mais uma forma de fortalecer a justificativa de luta pela continuidade dessas Políticas e de quanto, sendo esperançoso também, daqui a

alguns anos, o acompanhamento de todo esse processo por meio de pesquisas, revelará, as conquistas em todos os sentidos dessas Políticas Públicas, mesmo que os primeiros a viverem e usufruírem desse direito tenham que passar pelas dificuldades e preconceitos relatados nas entrevistas.

4.7. ENTREVISTADA MARIANA (ingresso por meio da reserva de 8% de vagas para alunos com renda inferior a 1,5 salários mínimos com recorte racial PPI, num ano em que a UFSC adotou 50% de reserva de vagas pelas PAA)

A aluna Mariana ingressou no curso de Medicina no ano em que a Universidade havia adotado o percentual máximo de 50% de vagas preferenciais para alunos optante das políticas de Ações Afirmativas. A entrevistada ingressou na modalidade de Ensino Médio em instituições públicas através do recorte de baixa renda de até 1,5 salários mínimos *per capita* com recorte racial para Pretos, Pardos ou Indígenas (P.P.I), em sua entrevista Mariana ressalta que:

[...] Eu morava em Cascavel, no interior do Paraná. É uma cidade boa de se viver, não tem tanta desigualdade social, tem a desigualdade social, mas não é aquela coisa que muita gente sofre, como em favelas em situações precárias ou comunidades em situações precárias, mas tem bairros pobres, bem pobres, e eu morava em um deles, eram poucos que tinham, eram somente algumas regiões. Nessa região onde eu morei tinham dois colégios públicos, um municipal e outro estadual, eu estudei nos dois. [...] Eu vivi muito essa coisa de ter uma educação direcionada para as pessoas que tem uma condição de vida menos favorecida, porque a educação é diferente. Meus colégios eram bons, eu considero bons, eu consegui me formar bem, tanto na estrutura, não tinha situação precária, quanto os professores, eles eram bons, o colégio era organizado, os dois que eu estudei, mas eram colégios públicos, nós estamos falando de uma educação muito básica. Durante todos esses anos no colégio eu percebi que não me aprofundava em nada, que eu tinha alguns professores bons, mas que eles também não conseguiam se aprofundar por mais que eles quisessem. [...] Eu era uma aluna aplicada, não que eu sempre me matei estudando, não é isso, mas eu gostava de estudar, sempre gostei porque eu sentia que aquilo faltava na minha vida, ter um livro para ler, querer fazer aquilo ao invés de trabalhar, ao invés de ajudar a minha mãe por exemplo, então eu sempre fui mais direcionada para esse lado pelo fato da minha mãe ser professora, pra mim isso foi mais fácil esse processo de educação, por mais que seja um ensino de colégio público, que é um ensino que te direciona para o mercado de trabalho. [...] E aí eu fui falar para a minha mãe, que foi a única pessoa da minha família que conseguiu ter um Ensino Superior, que eu queria fazer Medicina. Ela valorizou muito isso por ser professora, e sempre me apoiou muito nos estudos, mesmo não tendo condições financeiras. Mas confesso que eu também tive uma espécie de “sorte” ou “facilidade”, eu não sei explicar, eu me sinto um pouco mais favorecida, porque, como a minha mãe

é professora ela tinha contato com vários professores, com professores de cursinho, e aí eu ganhei bolsa no cursinho desses amigos da minha mãe. Fiz cursinho particular com bolsa de 100%, coisa que muita gente não consegue, coisa que muita gente não chega nem perto e este era o melhor cursinho da cidade. [...] Eu não me adaptei ao cursinho. Eu vinha de um ensino básico, um ensino fácil, tranquilo e daí você entra no cursinho que é tipo, um milhão de coisas, outro ritmo e outras pessoas, pessoas muito mais favorecidas socialmente, é outra relação... e daí isso foi um “baque” para mim. Eu era adolescente, tinha 17 anos quando entrei no cursinho, eu nunca tinha vivenciado aquele mundo de tudo ser muito caro, as pessoas terem dinheiro para pagar, terem feito cursos de inglês, terem viajado para vários lugares, terem várias roupas caras. Essas coisas, para uma pessoa mais nova é um baque, você vê que as pessoas têm uma condição que você não tem e que você gostaria muito de ter, porque realmente parece ser muito legal ter tudo na vida. Os dois primeiros anos de cursinho foram bem marcantes, tanto é que eu tive que parar, eu fiz dois anos de cursinho, e daí eu parei e estudei sozinha, quis estudar sozinha, porque eu estava muito mal no cursinho, passava mal, não conseguia me adaptar ao ritmo, às pessoas, ao ambiente... a tudo. [...] No terceiro eu já fiz cursinho, no total foram 5 anos de estudos, porque foi assim; 2 anos eu fiz esse cursinho que eu não me adaptei, meu primeiro ano que eu estudava no terceiro... e o outro ano eu fiz cursinho e não me adaptei, tanto no terceiro que eu tinha que fazer cursinho e daí eu entrei num... é muito choque assim, de realidade, tem que aprender um monte de coisa que você não faz ideia nem ideia do básico assim sabe e era pouco o básico que eu sabia, apesar do meu colégio ser “Bom”, eu mesmo assim sabia muito pouco do básico e principalmente dos mais difíceis, das coisas mais difíceis. [...] Antes de eu passar, nos anos de tentativa de ingresso as cotas já existiam, mas eram bem menos, bem menos, mas já existiam, isso me incentivou, minha mãe foi fundamental porque ela via que de alguma forma, nem que demorasse, eu iria entrar na faculdade, então ela se disponibilizou, se preparou economicamente e psicologicamente também, porque é um processo muito difícil esse de entrar na faculdade, principalmente para as pessoas que tem menos condições sociais... é bem mais difícil... Eu fiquei 5 anos e foram difíceis, muito difíceis, mas foi mais pela persistência da minha mãe, porque eu já queria trabalhar e, inclusive eu trabalhei em um desses anos, trabalhei um ano inteiro, mas graças as Deus eu sempre ganhei bolsa nos cursinhos e aí foi sempre muito mais fácil, porque se fosse para minha mãe pagar os cursinhos não teríamos condições

(Dados de campo – Entrevista Mariana).

A entrevista de Mariana, assim como nas dos outros entrevistados, revelam que o perfil dos alunos ingressos por meio das Ações Afirmativas trouxe uma visão e uma perspectiva mais social para o curso de Medicina, que até então não tinha esta preocupação. De acordo com a teoria do assujeitamento de Foucault (2004), o olhar que recai sobre os sujeitos, é o olhar que eles incorporam e reproduzem nas relações sociais. A partir dessa ótica, compreender que alunos oriundos de classes baixas, tendo tido sua formação pessoal e social de maneira muito distinta da elite meritocrática, que até então possuía o privilégio único de ingressar na Medicina, como os entrevistados, que ingressaram por Ações Afirmativas para negros ou estudantes de escolas públicas, demonstram utilizar sua apropriação cultural na sua

formação no curso de Medicina.

Como a própria entrevistada Mariana e também o entrevistado Luís ressaltam, a Universidade necessita dessa pluralidade, porque a Universidade sendo pública, é para todos. E, mais do que a Universidade necessitar incentivar o respeito e o tratamento digno a toda essa pluralidade social em seu campus, a sociedade brasileira, como um todo, assim como os hospitais públicos deste país, necessitam de médicos que entendam não somente sobre doenças, mas que compreendam as condições sociais em que as pessoas vivem, pois, estes médicos tiveram suas infâncias e juventudes em bairros carentes de baixa renda e prestígio social baixo.

*[...] No curso de Medicina, você tem que pensar que tem a bactéria tudo, que a ciência já descobriu como a bactéria age, onde a bactéria age, como o remédio para a bactéria age, como tudo age. Mas o curso não nos ensina a analisar que não importa o remédio que eu der, porque se for para uma pessoa que mora do lado de um esgoto a céu aberto, onde a bactéria está sempre presente, o remédio não vai fazer efeito. Eu posso dar a vacina, o remédio, o que for, que ela vai continuar doente. A saúde está muito relacionada a sociedade, muito não, está inteiramente relacionada com a sociedade **(Dados de campo – Entrevista Mariana)**.*

Nessa mesma perspectiva de preocupação com a necessidade de respeito e tratamento digno a toda pluralidade social, foi possível perceber, a partir das entrevistas, que alguns alunos ingressantes por meio das Ações Afirmativas – em especial aqueles com mais dificuldades socioeconômicas – demonstraram *sensibilidade mútua* entre alunos que sofrem preconceitos e discriminações dentro do curso de Medicina. Esta *sensibilidade mútua* foi percebida durante o processo de entrevista, os entrevistados citaram problemáticas que não estavam voltadas a eles mesmos, mas estavam, por exemplo, relacionadas com alunos indígenas ou com o caso da aluna intercambista.

[...] Eu não vejo isso essa coisa de ser pessoal, uma pessoa indivíduo, atacar outra pessoa ou fazer alguma coisa que ataque ela, isso eu não vejo. O que eu vejo é que tanto o preconceito quanto a discriminação estão no jeito como as coisas são feitas e não nas coisas em si. Por exemplo; tem uma aluna jamaicana na minha sala, ela entrou por um projeto, e colocaram ela no curso de Medicina. Tanto os professores como os coordenadores não desenvolveram uma forma de dar a aula ou de ajudar a essa aluna a entender o conteúdo ou para ela pudesse entregar algum trabalho ou alguma coisa que valha nota para as disciplinas. Da mesma forma isso ocorre com os alunos indígenas, os quais não tiveram essa educação que nós tivemos, essa educação ocidental. Eles têm uma educação totalmente diferente, então para eles é muito mais difícil prestar atenção nas aulas, são poucos índios

que se formam ou que chegam a terceira fase. Teve um caso agora, do primeiro semestre, que os três alunos indígenas reprovaram o semestre inteiro. [...] imagina para um indígena ou para uma pessoa que veio da Jamaica, que tenha uma cultura diferente, para uma pessoa que veio de um lugar menos favorecido, com a condição econômica menos favorecida (que é o contexto onde eu me encaixo) porque a faculdade ela é feita muito para a elite. Isso é muito evidente no dia a dia em tudo, se fosse falar eu poderia ficar falando horas sobre. A faculdade foi pensada e feita para um grupo específico de pessoas. E isso que é o bom de ter as cotas, porque você vai moldar a faculdade, você colocou 50% dos alunos esse ano, 50% dos alunos que entraram na UFSC são alunos das Políticas de Ações Afirmativas, então você tem 50%, é um número muito grande, então você vai ter que adaptar a faculdade a esses alunos. E eu não estou ouvindo falar que estes alunos têm menos capacidade de aprendizado, mas eles têm uma forma diferente de absorver os conteúdos. É necessário um tempo de adaptação, porque é muito diferente o ensino e não deveria ser, simplesmente, colocar alguém que estudou em um colégio público, onde é tudo mais leve, tudo mais básico, e quando passa na faculdade simplesmente jogar esse aluno dentro do curso, que você tenha que fazer um milhão de coisas, se virar em vários para conseguir dar conta de todas as demandas das disciplinas e querer que ele tenha a mesma nota, mesma facilidade, mesma qualidade de vida que uma outra pessoa que já esteja mais acostumada com isso durante toda a vida. Na verdade o ensino particular é bem puxado, logicamente, existem muitos colégios particulares, então não podemos generalizar, mas em geral o direcionamento deles é diferente, então é... é mais fácil! Se torna mais fácil para alguém que estudou em escola particular se adaptar mais rapidamente ao ritmo universitário. [...] Como eu estudei em um lugar que era classe média baixa, então eu convivia com muitas pessoas negras e pobres, então você entende a realidade e acaba não sentindo preconceito, porque essas pessoas, elas são iguais a você! Sabe? Então é uma comunidade igual ali. Eu ia para o colégio e eu convivia com pessoas que os pais catavam papelão e que meus colegas de sala tinham que catar papelão quando criança. Tinha muita violência, tráfico, pobreza mesmo, situações bem precárias. [...] Meu pai é pedreiro, ele não terminou o ensino, parou no Ensino Fundamental na sétima série, e desde então, ele só teve que fazer o trabalho bruto, pelo fato de ele nem ter terminado o Ensino Médio, todos os empregos acabam dando preferência mais para as pessoas que tem Ensino Médio completo, então ele ficava mais no trabalho braçal, no trabalho bruto. Por causa disso, ele tem bastante problema de coluna e inclusive teve que parar de trabalhar e, além de tudo, ele não tem aposentadoria não tem nada, ele não contribui em nada com a renda familiar. Ele faz alguns bicos mais leves, mas acredito que não influencie muito, porque são poucos bicos durante o mês e, além disso, pagam pouco de dinheiro para ele. As vezes ele consegue contribuir, não sei, com duzentos reais por mês, por exemplo. [...] Eu trabalhei durante um tempo, conseguia juntar dinheiro, porque eu ganhava bem no trabalho e conseguia ajudar bastante a minha mãe, nós vivemos de uma forma simples. [...] O preconceito não é algo visível de se perceber na cara! Não é assim uma coisa individual direta, é uma coisa do sistema como um todo. Se você é negro e pobre, tudo se torna mais difícil. É mais difícil de estar em qualquer lugar pelo fato de ser pobre e negro entendeu? Os negros estão mais nas favelas por exemplo e você sair da favela é muito difícil! Mesmo com cotas, mesmo com ações que ajudem. Sair nós conseguimos sim, mas saem poucos perto do tanto que tem. Dentro da universidade eu percebo que tem muito preconceito contra quem se posiciona contra o preconceito, eu por exemplo sou militante, então o preconceito maior está nisso! A discriminação maior está nisso, porque eu estou em um curso de elite, onde a maioria das pessoas têm condições, então elas não estão nem aí para as coisas que eu estou

pregando. Eu sinto um dever social de lutar pelas pessoas da onde eu vim, de lutar por elas, de lutar por aquelas pessoas para que elas tenham uma condição de vida melhor. As pessoas de elite acham que você tem uma condição melhor de vida, só porque você come e você tem uma roupa e um teto, eles acham que é isso, mas não cara! Temos que ter qualidade de vida, e isso significa ter educação, ter lazeres, é ter condições de vida digna. São por esses motivos que eu luto, por essa forma de pensar e agir. [...] Você votar em uma questão da mulher negra, é um tabu, é cutucar a onça com vara curta, porque eles vão te perseguir, eles vão te incomodar, isso eu percebo perseguição. Eles usam muito das redes sociais para fazer isso, mas eu não me abalo. [...] Mesmo com cotas eu não vejo muitos alunos negros no curso... olha, eu estava pensando nisso ontem... na minha sala, acho que são três, eram para ser três ou seis alunos negros. [...] A maioria dos alunos do curso de Medicina são brancos e ricos bem favorecidos, mas as cotas... meu Deus... não tem nem o que falar... são muito boas... eu vi isso na minha turma e na turma que veio agora, que são dos meus calouros, agora que o percentual de cotas aumentou já conseguimos ver metade da sala tendo cotas, só que assim, é a minha turma e dos meus calouros, o resto da Medicina é muito mais elite do que pessoas de baixa renda, por isso que parece que é uma guerra de classes, você vivencia Marx no dia-a-dia do curso, é bem estranho isso (Dados de campo – Entrevista Mariana).

Novamente, é possível nos trechos apresentados da entrevista, localizar essa *sensibilidade mútua*, em que Mariana cita problemáticas que não estavam voltadas a ela mesma, mas problemáticas que a sensibiliza, pois, foram e são vividas e experienciadas em seu contexto social e de classe de origem. Também nessa entrevista, observo com otimismo os desdobramentos e os resultados dessas Políticas de Ações Afirmativas para a sociedade brasileira, em especial, para a sociedade brasileira composta pela classe social mais desfavorecida.

De modo geral, um dado referente a trajetória escolar, que se destaca nas entrevistas realizadas e que pretendo retomar ainda mais, pontualmente, nas considerações finais, se refere a diferença relevante que se observa em relação a trajetória escolar, em especial de Mariana e Luís, com a dos outros entrevistados. A medida que as Políticas de Ações Afirmativas vão se consolidando e aumentando os percentuais de vagas reservadas para ingresso por meio da Lei das Cotas há uma mudança no perfil dos alunos que conseguiram ingressar na Universidade. Ao cruzar as trajetórias escolares dos entrevistados, com o ano de ingresso, é possível ver que todos os entrevistados tiveram uma trajetória integral em ensino público, contudo somente os entrevistados que ingressaram no ano de 2016 – o ano de adoção de 50% de vagas para alunos optantes pelas Ações Afirmativas –, não tiveram um ensino público em instituições de ensino diferenciado como os Colégios de Aplicação ou os Institutos Federais, mas sim em instituições escolares públicas estaduais. Ou seja, os últimos

dois entrevistados não estudaram nem em Colégios Aplicação e nem em Institutos Federais. Este aspecto se mostra importante para termos noção de que quanto mais vagas forem reservadas por meio das Ações Afirmativas, maiores são as chances dessa Política Pública alcançar o seu público-alvo “ideal” – este público-alvo seriam os estudantes oriundos de Ensino Médio público de baixa qualidade, que constituem no Brasil como a maioria das escolas públicas estaduais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso procurei conhecer, por meio de entrevistas narrativas, as experiências de estudantes autodeclarados negros, pardos ou brancos e estudantes oriundos de Ensino Médio público que estivessem matriculados no curso de Medicina da UFSC. Foram analisadas as trajetórias escolares – e também universitárias – dos estudantes com relação as suas trajetórias de vida. Todos os entrevistados que tiveram suas trajetórias analisadas optaram por ingressar no curso de Medicina da UFSC através de uma das múltiplas modalidades existentes dentro das Políticas de Ações Afirmativas (P.A.A). A pesquisa objetivou contribuir com o Projeto de Extensão *Observatório das Ações Afirmativas da UFSC*, registrando experiências de vida e trajetórias escolares de alunos ingressantes por meios de Ações Afirmativas no curso de Medicina.

Para alcançar tal objetivo utilizei como procedimento metodológico questionários (1ª etapa) e entrevistas narrativas (2ª etapa). Na primeira etapa, foram realizados 63 questionários com alunos que transitavam dentro de 9 centros de ensino do campus UFSC Trindade que foram analisados para obter um panorama mais amplo dos sujeitos entrevistados e do contexto das Políticas de Ações Afirmativas da UFSC. Na segunda etapa, foram realizadas 5 entrevistas narrativas com alunos optantes de Ações Afirmativas do curso de Medicina e também duas entrevistas com alunas ingressantes pela classificação geral, totalizando 7 entrevistas, sendo que uma delas foi excluída das análises por fugir do tema da pesquisa.

Por meio da pesquisa realizada foi possível reunir informações qualitativas que permitem conhecer melhor o perfil desses estudantes, suas expectativas, demandas e necessidades específicas frente ao Ensino Superior. As análises evidenciam, em particular, os desafios, embates e as dificuldades enfrentadas no processo de ingresso na Universidade e em suas experiências universitárias por serem estudantes ingressos através das Políticas de Ações Afirmativas dentro da UFSC. Ainda nas análises, se pretendeu comparar os relatos de estudantes negros ou pardos com os relatos dos estudantes de Ensino Médio público (que fossem brancos) para compreender se os estudantes optantes pelas Políticas de Ações Afirmativas são marginalizados por uma questão de classe ou por uma questão de raça/etnia.

Apresento na sequência, alguns pontos que se destacaram na pesquisa e que permitem compreender o perfil dos estudantes de Medicina ingressos por Ações Afirmativas na UFSC.

O primeiro ponto, diz respeito à importância do grau de instrução dos pais e mães dos alunos e alunas e, eventualmente, de outros familiares. Os dados apresentados na tese de doutorado do colega Dr. Alexander Cordovés (2017), realizada em uma reunião do Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI), revelam a importância do Grau de Formação dos pais para a trajetória de vida dos filhos na busca pela formação em Nível Superior. Nesta pesquisa, realizada por mim, também foi possível perceber que os pais dos entrevistados – pelo menos pai ou mãe – tinham formação em Ensino Superior. Em alguns dos casos, estes pais com Ensino Superior, também atuavam como professores na rede pública do ensino.

Somente os pais do entrevistado Luís e da entrevistada Delfina não se incluem nesta característica. Nem pai, nem mãe do entrevistado Luís, tinham graduação em curso Superior. Durante o período de estudos para o vestibular, houve o exemplo de sua irmã mais velha, a qual poderia ter despertado, no entrevistado, o interesse pela possibilidade de uma vida universitária. O entrevistado relata que mesmo sua irmã estudando em um curso Superior, ele só foi saber o que significava a palavra vestibular no segundo ano do Ensino Médio. De acordo com a entrevista, Luís relata que a irmã não teve necessidade de realizar uma prova como processo de seleção para ingressar no curso superior que frequentava. Portanto, nem mesmo a irmã mais velha, que estudava em um curso superior, saberia explicar para o seu irmão o que era o processo do vestibular em uma universidade pública ou particular.

No caso de Delfina, a situação dos pais é a oposta, ambos cursaram o Ensino Superior. Contudo, o pai da entrevistada só conseguiu se graduar em engenharia civil no ano em que sua filha realizou ingresso no curso de Medicina da UFSC. Portanto, a trajetória escolar da aluna foi construída tendo somente sua mãe graduada em Ensino Superior. Este foi um aspecto notado somente na entrevista desta aluna em particular. Nos demais casos, somente mãe ou pai eram formados em algum curso superior ou eram professores.

Tanto no caso de Mariana como no de Delfina ambas as entrevistadas demonstraram muito afeto e gratidão às mães e muito carinho pelos pais. As características em comum entre elas é o gênero, a auto declaração de cor, além do fato da mãe das duas ter se formado no Ensino Superior e darem aula como professoras na rede pública. O pai de Mariana possui Ensino Fundamental incompleto e o pai de Delfina completou o Ensino Superior no mesmo ano que ela ingressou no curso de Medicina. Além disso, outro dado contrastante entre as duas entrevistadas é que diferença de renda entre as duas tem grande variação de valores.

O pai de Luís é sapateiro e sua mãe é dona de casa e lojista. A mãe de Delfina é

professora de Matemática e Física, enquanto seu pai é técnico eletricista tendo recebido posteriormente, o título de bacharel em Engenharia Civil. O pai de Mariana é pedreiro e sua mãe professora do ensino público. O pai de Roberto é graduado em Ciências Sociais e trabalha atualmente no corpo de bombeiros militar. Durante boa parte da infância do entrevistado seu pai lecionava Geografia para o Ensino Médio e sua mãe trabalhava como auxiliar de serviços gerais no hospital do exército. A mãe de Roberto não havia se formado no Ensino Médio nem Fundamental e, há alguns anos atrás, o entrevistado relata que ela terminou a Educação Básica no sistema EJA. O pai do entrevistado John também atuava como bombeiro militar, porém está aposentado. Durante a entrevista, não foi citada a formação em Ensino Superior da mãe ou sua área de trabalho.

Um segundo ponto que se destacou nas entrevistas foi a importância e o investimento em cursinhos pré-vestibulares. Sem exceção, todos os entrevistados, estudaram pelo menos 6 meses em cursinhos pré-vestibulares particulares. Contudo, a maioria destes conseguiram bolsas integrais – alunos ingressos nos anos de 2014 e 2016. Aqueles que não conseguiram bolsas, ou ganharam bolsas parciais, ou pagaram as mensalidades sem qualquer desconto – em especial os alunos ingressos no ano de 2012 – nos primeiros anos das ações afirmativas.

A entrevistada Mariana foi a única que estudou durante 3 anos em cursinhos particulares gratuitamente. O primeiro ano de cursinho foi simultâneo ao seu terceiro ano do Ensino Médio. Além desses três anos de estudos, a entrevistada estudou mais dois anos sozinha, sem qualquer auxílio de cursinhos. Mariana foi a única das/os entrevistada/os que trabalhou durante os estudos para o vestibular. A entrevistada trabalhou durante um ano inteiro, saindo deste emprego somente em março do ano seguinte para se dedicar exclusivamente aos estudos. Mariana destaca que só deixou de trabalhar para estudar por insistência de sua mãe.

Também merece destaque a diferença da condição econômica dos entrevistados, em relação ao ano de ingresso e, conseqüentemente, ao percentual de vagas reservadas para as P.A.A de cada ano. Como resultado importante desta pesquisa, temos a conclusão de que quanto maior o percentual de vagas reservadas para alunos optantes de Ações Afirmativas, mais dificuldades econômicas eles apresentavam. Caracterizando-se, portanto, como uma grandeza diretamente proporcional quando comparado ao percentual de vagas oferecidas pelas P.A.A e as dificuldades vividas destes alunos em suas trajetórias escolares.

Dois dos entrevistados, cujos nomes são omitidos aqui para evitar sua identificação,

ingressaram no ano de 2012 no curso de Medicina da UFSC e, portanto, realizaram o vestibular antes da Lei de Cotas. Na época, a UFSC adotava um sistema próprio de vagas reservadas para alunos optantes de Ações Afirmativas. Um percentual de 30% de suas vagas era reservado para alunos que optaram por esta política da UFSC, sendo 20% das vagas direcionadas aos alunos com Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas e 10% para alunos negros. Os dois entrevistados tiveram a oportunidade de estudar em cursinhos particulares como pagantes. Um deles, no primeiro ano, conseguiu bolsa de 70% e outro conseguiu bolsa integral. Nos demais anos, os dois acabaram tendo que pagar para estudarem em cursinhos de melhor qualidade, contudo, dentre os quatro anos de tentativas de um deles, já cursando outro curso de Nível Superior, concomitantemente, contou com o apoio de professores particulares, os quais cobravam em média 20% do valor de cada mensalidade para a aula.

Outros dois entrevistados, estudaram em cursinhos tendo bolsas de valor integral. Luís foi o único que teve a oportunidade de cursar 6 meses em um cursinho pré-vestibular gratuito – Cursinho UFSC, pró-universidade. No ano em que ele conseguiu ingressar no curso de Medicina ele havia conseguido três bolsas de estudos no mesmo cursinho; uma bolsa para as aulas do cursinho COC e outras duas bolsas para disciplinas focadas nas matérias que ele tivesse menor desempenho nas provas da UFSC. O estudante John ingressou em um ano em que as vagas para alunos optantes de Ações Afirmativas atingiam 35% de reservas por meio da recém estabelecida Lei de Cotas através das P.A.A.

Sobre as instituições de ensino que frequentaram, foi possível dividir os entrevistados optantes de Ações Afirmativas em três grupos. Outro critério para esta divisão entre grupos foi a forma que estes alunos conseguiram estudar em cursinhos preparatórios para o exame do vestibular – com bolsa, sem bolsa ou bolsas parciais. Ou seja, para dividir os entrevistados optantes de Ações Afirmativas foi considerado se eles estudaram em colégios públicos de ensino diferenciado¹¹ – geralmente colégios Federais – ou se cursaram seu Ensino Médio público em colégios Estaduais. Sob a ótica de renda podemos subdividir os alunos em 3 grupos; Grupo 1 - Ingressos no ano de 2012; Grupo 2 – Ingressos no ano de 2014; Grupo 3 – Ingressos no ano de 2016. A seguir apresentarei alguns pontos em comum e características de cada grupo.

¹¹ Por colégios públicos de ensino diferenciado compreendemos Institutos Federais de Santa Catarina (IFSCs), antigos Colégios Agrícolas (atuais IFCs) e Colégios de Aplicação (como por exemplo o Colégio de aplicação da UFSC e o da URGs).

Os alunos que ingressaram no ano de 2012 – 30% de vagas para as Ações Afirmativas – apresentaram dificuldades econômicas durante sua trajetória escolar. Contudo os alunos que ingressaram no ano de 2016 apresentaram mais dificuldades econômicas do que o primeiro grupo citado. Nesta análise, não estou questionando o perfil dos estudantes ingressos por meio das Políticas de Ações Afirmativas no ano de 2012. Contudo, estou querendo mostrar que com um maior número de vagas reservadas para alunos optantes de Ações Afirmativas – 50% de vagas reservadas no ano de 2016 – o público estudantil contemplado por estas Políticas apresentou maiores dificuldades econômicas do que o grupo que ingressou no ano de 2012. Portanto, ambos os grupos apresentaram dificuldades econômicas e um desses grupos apresentou mais dificuldades econômica do que o outro.

Os alunos que ingressaram no ano de 2012 tiveram a oportunidade de estudar em colégios públicos de ensino diferenciado. Já os alunos com ingresso no ano de 2016 tiveram sua formação de Ensino Médio em colégios públicos estaduais.

Os entrevistados ingressos no ano de 2012 tiveram condições econômicas para pagarem cursinhos pré-vestibulares particulares, mesmo recebendo o apoio com bolsas parciais. Este grupo de entrevistados nunca obteve bolsas de ensino integral com desconto 100% no valor de suas mensalidades. Os percentuais de descontos, desses estudantes, durante as tentativas de provas do vestibular variaram. O entrevistado Roberto ganhou inicialmente 50% de desconto nas mensalidades do cursinho em seu primeiro ano de estudos, no segundo e no terceiro ano este desconto caiu para 30%. A entrevistada Delfina conseguiu bolsa de 70% somente no primeiro ano de preparação para o vestibular. Nos dois anos seguintes ela teve que pagar o valor integral das mensalidades e, somente no último ano, quando ela já estava cursando o curso de Enfermagem que alguns professores particulares se mobilizaram e deram descontos em suas disciplinas para que ela pudesse realizar mais uma tentativa de vestibular para Medicina.

Neste último ano, a entrevistada teve que pagar além do valor parcial das mensalidades o valor integral dos materiais de estudos. Se por um lado, a família de Delfina teve condições de arcar com os custos de seus estudos até que ela ingressasse no curso de Medicina, por outro lado, estes mesmos familiares contraírem dívidas por meio de financiamentos para estudantes de baixa renda. Deve-se deixar claro que este processo não foi fácil, mas sim doloroso para Delfina, que mesmo tendo condições de ter um preparo de qualidade nos cursinhos pré-vestibulares, sofreu com preconceito e discriminação durante sua

trajetória nestas instituições. Ao ingressar na UFSC esse preconceito continuou existindo de uma forma muito mais velada e dolorosa por ser negra e de baixa renda.

O grupo de alunos ingressos no ano de 2016 que foram entrevistados receberam apoio total dos cursinhos pré-vestibulares. Ambos os alunos ganharam 100% de bolsas nos anos de estudos. Um deles, por exemplo, realizou 6 tentativas de ingresso por meio de prova do vestibular nesses 6 anos de estudos. O primeiro ano de tentativa foi o ano em que se formou no Ensino Médio, portanto não se considerava preparado para a prova do vestibular. Os três anos seguintes estudou em cursinhos particulares com 100% de bolsa. Esse desconto só foi possível pelo fato de sua mãe ser uma professora da rede pública e ter amizade com alguns donos de cursinhos pré-vestibulares. Nos últimos dois anos de preparação para o vestibular estudou por conta própria em uma Biblioteca Pública de sua cidade. O outro aluno, também conseguiu bolsa de 100% no cursinho COC de Florianópolis, contudo, neste período seus pais tinham que arcar com as despesas do filho morando na capital. Este desconto só foi possível por novamente haver uma pessoa influente que estivesse interessada em auxiliar o aluno. A professora Ana auxiliou com essa problemática. Ele conta que pelo fato de Ana ser amiga de umas das diretoras do cursinho COC ela conseguiu uma bolsa integral com direito a mais duas disciplinas extras nas quais tinha tido pior desempenho no vestibular. Todos esses cursos tiveram desconto de 100% para o aluno, com material didático incluso.

Dentre os casos citados acima não foi mencionado o entrevistado que ingressou no ano de 2014. Coincidentemente, ele tem aspectos que se encaixam no grupo de alunos ingressos no ano de 2012 e também aspectos que se encaixam com os ingressos do ano de 2016. Todavia, ele se aproxima mais do perfil de alunos ingressos no ano de 2012 do que no perfil de alunos ingressos no ano de 2016 quando comparados sob a ótica socioeconômica. O aluno afirmou não ter passado por dificuldades econômicas durante sua trajetória escolar e que acabou estudando, inicialmente, em escolas públicas por opção, por querer estudar junto aos seus amiguinhos de bairro. Como pesquisador cabe questionar até que ponto esta “opção” foi uma escolha dele. Quais seriam os pais que dariam ouvidos a um filho de 7 anos de idade quando a questão fosse a sua educação? O entrevistado pode realmente ter tido este desejo, mas para os pais aceitarem que ele estudasse em escolas públicas durante toda sua trajetória escolar, se tivessem condições de pagar um ensino particular com muito mais infraestrutura, podemos questionar, portanto, até que ponto esta escolha tenha sido opcional. Mesmo depois de se mudarem de estado – mudança de MG para SC – o aluno continuou estudando em colégios

públicos mesmo não tendo “coleguinhas de bairro” nesta nova escola.

O entrevistado, quando se mudou para SC, estudou seu Ensino Médio em um colégio de Ensino Médio público diferenciado – ele estudou em um Colégio Agrícola. Tal característica socioeconômica do entrevistado não foi relatada por nenhum outro aluno nesta pesquisa. Todos os alunos descreveram dificuldades financeiras em suas trajetórias escolares, exceto este. A única característica que aproxima esse aluno dos alunos ingressos no ano de 2016 foi ter recebido bolsa de estudos integral em um cursinho pré-vestibular particular. Era opcional ao aluno adquirir o material didático do cursinho em questão.

Considerando o processo de mudanças que as Ações Afirmativas sofreram com o passar dos anos, os dados das entrevistas realizadas também revelaram existir três grupos de alunos: 1) alunos ingressos em 2012; 2) alunos ingressos em 2014 e 3) alunos ingressos em 2016.

1. Os alunos ingressos que optaram pelas Ações Afirmativas do ano de 2008 ao ano de 2012 participaram do Programa das Ações Afirmativas da UFSC. Este programa foi instituído pela própria Universidade e tinha como reserva para estes alunos 30% de vagas de cada curso de graduação. Destes 30% de vagas reservadas, 20% eram direcionadas para alunos com Ensino Fundamental e Médio plenos em instituições públicas, e os 10% restantes eram reservadas para alunos com fenótipo negro, preferencialmente, que tivessem cursado seu Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas. Nestes anos, a universidade ainda adotava a banca de validação de auto declaração da universidade. Os entrevistados não se queixaram de desconforto perante a avaliação desta banca.

2. Em junho de 2012, foi implementada a Lei de Cotas, que obrigava todas as Universidades Federais do país a adotarem o sistema de Políticas de Ações Afirmativas – P.A.A. Os alunos ingressos no ano de 2012 não fizeram parte desta Política Pública pois o processo de seleção para ingresso em 2012 foi realizado em dezembro de 2011. Desta forma, somente os alunos ingressos partir de 2013 participaram desta política pública, a qual previa 50% de vagas reservadas para alunos optantes de ações afirmativas. Este percentual não foi adotado de um ano para o outro. O Governo Federal deu o prazo até o ano de 2016 para que as Universidades adotassem, gradualmente, este percentual de vagas reservadas para alunos optantes das P.A.A.

3. No ano de 2014 a UFSC adotava 25% de vagas reservadas para alunos optantes de Ações Afirmativas mais 10% de vagas reservadas para alunos negros, tendo como preferência

aqueles que estudaram em ensino público durante toda sua trajetória escolar. Os alunos que ingressaram no ano de 2016 ingressaram com o percentual máximo de 50% de vagas reservadas para alunos optantes das P.A.A. Anteriormente as P.A.A do Governo Federal, existia – como já foi citado – o Programa de Ações Afirmativas da UFSC. Este programa reservava 30% de vagas para alunos optantes de Ações Afirmativas.

Os alunos ingressos no ano de 2012 desta pesquisa, relataram ter tido certas dificuldades financeiras e residirem em bairros de comunidades carentes. Contudo, além de serem oriundos de ensino público diferenciados, seus familiares tiveram condições financeiras de arcar com, pelo menos, uma parte das mensalidades de cursinhos pré-vestibulares particulares. Embora os pais dos alunos tenham realizado financiamento e se endividaram para seus filhos poderem estudar, de uma forma ou de outra eles conseguiram arcar com estas despesas. Este aspecto desaparece entre os alunos ingressos no ano de 2016. Os pais destes alunos, só aceitaram que seus filhos estudassem para o vestibular por terem conseguido bolsas integrais em cursinhos pré-vestibulares. Estes mesmos alunos relataram dificuldades financeiras e socioeconômicas maiores do que os entrevistados do ano de 2012.

Por meio das análises das entrevistas foi possível perceber que a grande maioria destes alunos fizeram pelo menos 1 ano de estudos em cursinhos pré-vestibulares. Foge a exceção a trajetória do aluno John, que realizou somente 6 meses de cursinho pré-vestibular. Contudo, no primeiro semestre do ano ele havia se dedicado a ler todas as literaturas propostas para a prova de língua portuguesa da UFSC. Nesse sentido, podemos afirmar que o incentivo com bolsas de estudos integrais ou parciais parece ter sido fundamental para que esses alunos conseguissem se preparar para as provas do vestibular.

Esse processo difícil de preparação para o ingresso na Universidade, relatado pelos entrevistados, não tem sido mencionado por pesquisadores que trabalham com a temática das Políticas Afirmativas. Nesse sentido, considero um ponto importante que nesta pesquisa de Conclusão de Curso, as entrevistas revelaram as dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de ingresso na Universidade. Esse dado lança um alerta para a necessidade de que, ao pesquisar as temáticas das Políticas de Ações Afirmativas, é preciso se debruçar também para as dificuldades vividas por esses sujeitos antes do ingresso na Universidade. Ou seja, mesmo que os ingressantes, por meio de Ações Afirmativas, têm enfrentado problemas e dificuldades para sua permanência na Universidade, como muitas pesquisas tem buscado compreender, o processo que antecede o ingresso foi mais destacado nas entrevistas.

Por meio das entrevistas, foi possível perceber que os entrevistados contam com total apoio dos pais depois de terem ingressado na Universidade e, somente mães que trabalhavam como professoras incentivaram plenamente as filhas no doloroso processo de liminaridade de ingresso no curso de Medicina da UFSC. Os maiores problemas financeiros retratados pelos entrevistados permeiam ao processo de passagem e, não na permanência na Universidade. O que queremos trazer aqui como dado de análise é que quando se discutem as problemáticas de alunos que optaram por ingressar pelas Ações Afirmativas, se fala majoritariamente sobre as dificuldades de permanência dentro da Universidade. Mas ao contrário desta ótica, os entrevistados se referiram ao processo de estudos ao vestibular como um processo muito mais doloroso e difícil de lidar – economicamente e emocionalmente – do que com a problemática da permanência dentro do curso de medicina da UFSC. Pelo relato dos entrevistados, seus maiores problemas foram a aceitação dos pais em aceitar que eles dedicassem este tempo de estudos para tentarem ingressar em curso de tão difícil acesso como o curso de medicina. Foi difícil a aceitação de alguns pais de que seus filhos ou filhas não pudessem trabalhar e ajudar financeiramente na casa por terem que dedicar de forma exclusiva aos estudos preparatórios para a prova de vestibular. Nenhum entrevistado se queixou de problemas relacionados às suas permanências, contudo houveram desabafos sobre a dificuldade de estudar sem que pudessem trabalhar no mesmo período preparatório para o vestibular.

As alunas Delfina e Mariana tiveram o total apoio de suas mães – as quais são professoras. Apoiou esse que se diferenciou dos demais entrevistados. Enquanto que os outros entrevistados tiveram dificuldades dos pais aceitarem que eles tivessem que se dedicar exclusivamente para a prova do vestibular, as alunas relatam que por total incentivo das mães elas não desistiram de estudar para o exame do vestibular. Mariana relata ter desistido durante um ano inteiro, no qual ela havia começado a trabalhar. A aluna só voltou a estudar por insistência de sua mãe no ano seguinte.

Os alunos entrevistados, nesta pesquisa, e todos aqueles que conseguiram ingressar em algum curso da UFSC são os ditos “campeões”, pois estão dentro da minoria de 4% da população brasileira que tem acesso ao Ensino Público Superior. Contudo, muitos outros alunos de baixa renda oriundos de ensino público ficam para trás neste processo. Muitos alunos desistem ou não conseguem manter um ritmo de estudos permanente por baixas condições financeiras. Estas trajetórias foram encontradas no cursinho gratuito Pré-vestibular Gauss, coordenado por alunos do PET da Matemática da UFSC pelo departamento de Física e

Matemática e revelam indícios de temáticas importantes a serem conduzidas em pesquisas futuras.

Dentro da bibliografia referenciada neste Trabalho de Conclusão de Curso, algumas pesquisas a exemplo das realizadas por Tragtenberg (2012) debatem e trabalham com problemáticas de alunos optantes de Ações Afirmativas dentro da universidade, comparando índices de evasão desses alunos com índice de evasão de alunos não optantes de ações afirmativas. Outros dados que são comparados nestes mesmos artigos são referentes às notas destes alunos, critérios usados para determinar o desempenho dos alunos durante o semestre e o índice de reprovação. Todos estes dados são de análises pertinentes e importantes para conhecermos o perfil dos alunos optantes de Ações Afirmativas. Tais dados mostram muito sobre a trajetória dos alunos ingressos por meio das Ações Afirmativas e colocam em questão se estes alunos estão conseguindo se adaptar à Universidade ou não. Entretanto, o que precisamos mesmo que é que a Universidade se adapte para receber estes alunos.

Como uma possível alternativa de a Universidade se adaptar a esses alunos e como forma de incentivo para que estes alunos consigam ter um melhor desempenho dentro na prova do vestibular foi criado o cursinho pré-vestibular UFSC, um programa vinculado ao projeto pró-universidade. Além deste cursinho pré-vestibular UFSC existem outros cursinhos gratuitos ofertados à comunidade dentro da cidade de Florianópolis.

Os cursinhos pré-vestibulares públicos despertaram a atenção no decorrer da pesquisa por dois motivos básicos: 1) entre os entrevistados somente um deles estudou em um cursinho pré-vestibular gratuito, 2) nas listas de alunos aprovados em algum vestibular, nenhum aluno que estudou nesses cursinhos gratuitos conseguiu ingressar no curso de Medicina da UFSC. Porque este aspecto atraiu a atenção? Durante as análises das entrevistas, além de analisar o perfil de alunos que conseguiram ingressar no curso de Medicina da UFSC, questioneimei-me também sobre aqueles alunos que não conseguiram ingressar e que acabaram desistindo dos estudos, ou por não terem condições financeiras de financiar um cursinho particular, ou por não terem o apoio dos pais e familiares para realizar o seu sonho. As problemáticas das Políticas de Ações Afirmativas remeteram a pensar alternativas que incluam a possibilidade de um maior número de alunos com trajetórias escolares no ensino público terem a oportunidade de prestar o vestibular para cursos de prestígio social, como o curso de Medicina da UFSC.

As iniciativas destes cursinhos pré-vestibulares também chamaram a atenção por

serem de acesso exclusivo a alunos de Ensino Médio em instituições públicas, dando preferências a alunos de baixa renda e a alunos negros. Entre os entrevistados, quem mais me levou a pensar nessas questões foi o entrevistado Roberto, ao citar que a trajetória escolar de alunos ingressos no curso de Medicina geralmente eram de instituições de ensino público diferenciado, em que o entrevistado diz: *“esse fato deixa em questão; quem está acessando através destas Políticas? Mesmo que sejam pobres, sempre existe um privilégio daqueles que tem pelo menos um pouco mais que os outros”*. Outras frases que chamaram a atenção no momento da entrevista foram as frases dos entrevistados Luís e Mariana, em que ambos citam que tiveram uma espécie de “sorte” por terem conseguido bolsas de 100% de desconto em cursinhos particulares. O Luís continua sua frase afirmando: *“esse privilégio de ganhar bolsa, infelizmente, não é para qualquer um, porque não tem bolsa para todo mundo, então passar em Medicina não foi mérito meu, foi sorte por ter tido esse apoio, sem esse apoio eu não teria conseguido passar em Medicina sozinho”*.

Entre os entrevistados, foi unânime a afirmação de que eles não conseguiam se adaptar ao sistema de ensino dos cursinhos pré-vestibulares. A entrevistada Mariana relata que o sistema de ensino particular molda os alunos, desde seu ingresso na Educação Básica, para que se adaptem ao sistema de ensino preparatório para o exame de vestibular. Tornando-se muito mais fácil para quem é oriundo do ensino privado estudar no sistema dos cursinhos pré-vestibulares. Mariana afirma que durante dois anos ela não se adaptou a este método e que depois de três anos de estudos com bolsas integrais em cursinhos particulares ela desistiu de estudar e começou a trabalhar. Após 1 ano, por incentivo de sua mãe, ela voltou aos estudos, contudo optou em estudar em uma Biblioteca Pública por mais 18 meses, tendo um período total de 5 anos direcionados ao preparo para o exame de vestibular.

O Luís definiu o ensino nos cursinhos pré-vestibulares – até mesmo o cursinho gratuito – como *“um vômito de informações sobre o aluno”*, em que estes não têm tempo de assimilar o conteúdo das provas. O entrevistado John relata ter se tornado antissocial no período de estudos, onde até mesmo em seus horários de almoço ele ocupava-se com os afazeres do cursinho. Neste período John tinha aulas do terceiro ano do Ensino Médio pela manhã, pela tarde realizava estágio do seu curso técnico em computação e no período da noite tinha aulas no cursinho pré-vestibular particular. Durante suas horas vagas, almoços e finais de semana, ele conta que se ocupava somente com as atividades do cursinho.

Quando comparados com os outros entrevistados estes alunos – Luís e John – tiveram

o menor tempo de estudo até ingressarem no curso de Medicina da UFSC. Por meio de suas narrativas percebi que eles estavam mais propensos a se adaptar ao sistema de ensino voltado à prova do vestibular UFSC do que os demais entrevistados que tiveram em suas trajetórias, entre 6 e 3 tentativas de ingresso na Universidade. Estes dois entrevistados – John e Luís – ingressaram na primeira ou na segunda tentativa no vestibular UFSC. O que diferencia estes alunos dos demais entrevistados? Como podemos compreender este perfil de alunos? Por dois aspectos estes alunos podem se constituir como um perfil de alunos ingressos pelas Políticas de Ações Afirmativas analisados por esta pesquisa como apresento na sequência.

1. Embora o aluno John seja natural de outro estado, ele finalizou seu Ensino Fundamental em SC e iniciou e finalizou seu Ensino Médio também no mesmo estado. O que aproxima estes dois estudantes é o fato de ambos terem realizado, integralmente, suas formações de Ensino Médio no estado de Santa Catarina, onde possivelmente o ensino seria mais voltado para as provas de vestibular da UFSC e não de outras regiões do país. Os outros três entrevistados eram oriundos, ou do estado do Paraná, ou do estado do Rio Grande do Sul. Todavia estes argumentos não passam de hipóteses, pois foi relatado que nas instituições de ensino público pouco se falava sobre o vestibular – mas mesmo assim a professora Ana auxiliou Luís a conseguir um cursinho particular com bolsa integral.

2. Nas análises realizadas sobre o entrevistado John, encontramos um aspecto intrigante referente a pesquisa realizada por Carvalho (2005). Tendo em vista que por meio dessa análise percebemos que John teve uma construção social embranquecida pelo seu bom desempenho escolar e o Luís se autodeclara como branco. Esses dados revelam uma relação entre o menor número de tentativas para ingressar no curso de Medicina e as questões raciais. A adaptação ao sistema de ensino escolar voltado para o vestibular pode estar mais vinculada às questões raciais de ensino e privilégios escolares do que questões diretamente ligadas as condições econômicas dos alunos.

Os alunos e alunas Mariana, Roberto e Delfina sofreram, além da questão econômica, o doloroso peso de serem negros e se posicionarem politicamente e ideologicamente como tais, além disso, os três têm em comum, um longo percurso de estudos preparatórios para ingresso no curso de Medicina, que variou de 1 a 4 anos de estudos entre esses entrevistados. Os entrevistados negros ingressaram na terceira ou quinta tentativa de vestibular, enquanto que o entrevistado Luís (branco) e o entrevistado John (que sofreu um processo de *branqueamento escolar*) foram aprovados na primeira tentativa – no ano em que terminou o

terceiro ano do Ensino Médio – ou na segunda tentativa, com apenas um ano de estudos em cursinhos particulares.

Por meio dos dados recolhidos nas entrevistas narrativas, foi possível perceber uma dificuldade mais acentuada entre os alunos que se autodeclararam negros ou pardos – somente aqueles que se sentiram marginalizados durante suas trajetórias escolares – em relação àqueles que tiveram um ensino escolar embranquecido. Os entrevistados que sofreram o processo de ensino escolar de embranquecimento se adaptaram mais rapidamente a formatação escolar voltada ao sistema do vestibular. Devemos levar em consideração que, mesmo o sujeito sendo branco – ou se autodeclarando como tal – ele não necessariamente sofrerá o processo de *branqueamento escolar*.

Pelo fato do racismo ser institucionalizado e mascarado em nosso país, fica difícil prever a forma como o racismo irá atingir a população negra. Contudo podemos criar medidas para amenizar essas problemáticas, onde as Políticas de Ações Afirmativas podem servir como tais, tentando promover um acesso de mais equidade entre estudantes brancos de classe média e classe média alta e estudantes negros de classe média e classe média baixa. Além disso as Políticas de Ações Afirmativas têm atingido um percentual considerável da população branca de baixa renda, a qual algumas vezes é invisibilizada na sociedade brasileira por existir um *mito social* de que toda a população pobre é negra. Tal mito não deixa de se constituir como verdade, tendo em vista que a maioria da população carente tem origem negra. Contudo dentro deste grande grupo ainda existem também aqueles que são brancos e pobres.

Entre os alunos Roberto e Mariana foi destacado a participação em um coletivo dos alunos negros do curso de medicina. Este coletivo serviu para os entrevistados como uma forma de compreenderem as suas personalidades e características como negros. Este coletivo serviu para estes alunos se aceitarem como negros e aceitarem seus corpos e traços fenotípicos sendo negros e negras. É interessante pensarmos que tanto este coletivo dos alunos negros do curso de medicina quanto o Coletivo Humaniza foram promovidos pelos próprios alunos, e que estes coletivos de cunhos mais sociais começaram a surgir dentro dos espaços que até então eram caracterizados como espaços de maiores opressões a partir do momento que começaram a haver mais alunos negros e/ou alunos de baixa renda matriculados no curso. Com as Políticas de Ações Afirmativas reservando um número percentual maior de vagas dentro das Universidades Federais do país somando-se com uma permanência destas políticas desde o ano de 2008 - estando presentes dentro da UFSC á 9 anos portanto – obtem-

se portanto não somente um número considerável de alunos autodeclarados PPI e/ou de baixa renda, mas além disso existe uma consolidação destes alunos e uma melhor distribuição de alunos com estes perfil dentro de praticamente todas as fases do curso de medicina. Alguns dos alunos entrevistados estavam prestes a se formar, faltando somente uma ou duas fases para isso, enquanto outros alunos estavam nas fases iniciais do curso. Isso demonstra também uma solidificação e uma permanência destes alunos dentro do curso de medicina da UFSC.

Portanto as P.A.A fazem com que além de gerar oportunidades sociais a este perfil de alunos, faz com que dentro da Universidade, estes alunos acabem se reconhecendo como grupo coeso, e trocando estas experiências, conseguem além de promover uma melhor aceitação social pessoal, aceitem que o espaço público universitário também é um espaço público para pessoas com seus perfis de renda e cor, e não somente um privilégio único de uma elite geralmente branca.

O recorte de renda entre os entrevistados e dentro das Políticas de Ações Afirmativas se expressaram de forma fundamental, contudo ficou duvidoso o fato de terem vagas reservadas para alunos oriundos de Ensino Médio público com renda per capita superior 1,5 salários mínimos. Se essas vagas não forem preenchidas elas serão relocadas para alunos de baixa renda? Provavelmente não, mas se as vagas para alunos de baixa renda não forem preenchidas, com certeza, elas serão relocadas para alunos não optantes de Ações Afirmativas. Talvez o percentual de vagas destinado a alunos com renda *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos devesse ser maior do que o percentual de vagas reservadas para alunos com renda *per capita* acima de 1,5 salários mínimos e não serem percentuais igualmente distribuídos.

A modalidade de inscrição com o pré-requisito dos alunos terem estudado seu Ensino Médio em instituições públicas e que tenham como recorte de *renda capita* acima de 1,5 salários mínimos possibilita o ingresso de alunos brancos e ricos que tenham estudado em instituições públicas de ensino diferenciado. Tenho como hipótese que alguns desses alunos possam ter, concomitante, aos seus anos de Ensino Médio em instituições públicas, estudado também em cursinhos pré-vestibulares particulares como forma de se adequarem ao método do exame do vestibular e conseguirem ingressar de uma forma mais rápida que outros concorrentes. Esta hipótese surgiu durante a narrativa do entrevistado John, onde o entrevistado cita a possibilidade de “fraude” ou “trapaça”, todavia não foi relatada nenhuma trajetória com este perfil, logo os entrevistados desta pesquisa não apresentaram este tipo trajetória escolar.

Acredito que estudantes que tenham “trapaceado” na forma de ingressar não iriam se interessar em realizar uma entrevista narrativa sobre sua trajetória escolar em uma pesquisa voltada a encontrar problemáticas nas Políticas de Ações Afirmativas da UFSC. Portanto, tenho como hipótese que, dificilmente, alunos que tenham “trapaceado” no seu método de ingresso através das Ações Afirmativas teriam interesse em colaborar com esta pesquisa. E que aqueles alunos que sentiram dificuldades sociais, raciais e/ou escolares durante suas trajetórias, iriam se interessar em participar das narrativas do Projeto Observatório das Ações Afirmativas da UFSC.

Quando lidamos com pesquisas que contam com o apoio voluntário dos entrevistados, temos uma margem para que os alunos que estejam “burlando”, de alguma forma, o sistema, tenham oportunidade de se “esconderem” e não participarem da entrevista. Fazendo com que aqueles que mais se encaixariam no sistema proposto pelas Políticas de Ações Afirmativas da UFSC, tomem voz de representatividade deste grupo. Nesse caso, os alunos entrevistados nesta pesquisa tomariam voz da representatividade do grupo de alunos optantes das Políticas de Ações Afirmativas da UFSC e, aqueles que burlaram estas políticas de alguma forma, se tornam invisíveis dentro dos dados recolhidos.

Esse tema é aqui mencionado pois ficou perceptível na narrativa dos entrevistados, a preocupação de alguns deles em relação a possíveis brechas dentro das Políticas de Ações Afirmativas. A exemplo disso é o fato de que através desta política, alunos brancos que tiverem seu Ensino Médio em Institutos Federais, pertencentes também a classe média alta, terem oportunidades semelhantes de acessar à todas as Universidades públicas do país como se pertencessem a um grupo marginalizado e vítima de preconceito racial e social. Portanto, ressalto aqui que, nessa ótica, as Políticas de Ações Afirmativas servem como políticas sociais que combatam o racismo e a discriminação social e econômica dentro das Universidades do país, pois como Universidades Públicas, elas devem ser de todos, onde todos devam ter igualdade de oportunidade de ingressar e estudar nelas.

Sendo otimista, quando lidamos com temáticas como a tratada nesse Trabalho de Conclusão de Curso, o otimismo e a utopia, ajudam a seguir o caminho, compreendo que as Ações Afirmativas vêm provocando mudanças sociais no campus da Universidade Federal de Santa Catarina. De acordo com o levantamento de dados realizado na primeira etapa de campo, 52% dos entrevistados eram optantes de Ações Afirmativas. Estas políticas vêm provocando uma mudança considerável no perfil de alunos que têm acesso à UFSC e

esperamos que, por meio delas, mais destes alunos oriundos de ensino público e alunos de baixa renda tenham melhor acesso ao mercado de trabalho, onde a população negra e população oriunda de bairros carentes sejam valorizadas pela qualidade de seus serviços, gerando uma mudança social a partir da educação brasileira.

Se o ensino público brasileiro de níveis Fundamental e Médio são precários, as Políticas de Ações Afirmativas procuram dar igual percentual de acesso para alunos oriundos das instituições acima citada e de alunos de qualquer trajetória escolar – pública ou privada –, tentando dar um tom de equidade no acesso e ao privilégio de formação superior Universitária. Talvez estes profissionais que ingressaram pelas Políticas de Ações Afirmativas possam, depois de formados e já no mercado de trabalho, trazer melhores condições para o ensino público, não só como professores, mas demais profissionais de órgãos públicos e outros cargos estatais, onde portanto estes profissionais oriundos de Ensino Médio público e de comunidades carentes, consigam da melhor maneira que lhes convir, auxiliar àqueles e àquelas localidades de onde tiveram sua infância e adolescência. Talvez isto seja uma utopia de um futuro Cientista Social, mas talvez as Políticas de Ações Afirmativas venham provocar uma mudança considerável e de forma sutil nas estruturas institucionalizadas do Brasil, tais quais a discriminação racial e a discriminação socioeconômica das populações carentes ou consideradas de baixa renda.

6. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos 'remanescentes':** notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: vol. 3, nº 2, pp. 7 – 38, Out, 1997.

ADORNO, Sérgio. **Racismo, criminalidade violenta e justiça penal:** réus brancos e negros em perspectiva comparativa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: nº 18, 1996.

ALMEIDA, Naomar. **Ações Afirmativas na universidade pública:** o caso da UFBA. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005.

ALADRÉN, Gabriel. **Experiências de liberdade em tempos de guerra:** escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 22, nº 44, p. 439-458. Julho/Dezembro, 2009.

BANTON, Michael. **A racialização do Mundo e O darwinismo social** In: A ideia de Raça. Lisboa: Edições 70/São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco:** estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil.** Contribuição a uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960-1971.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Negros e brancos em São Paulo.** São Paulo: Global Editora, 2008.

BUSS-SIMÃO, Márcia; SANTIN, Adônis. Institucionalização do racismo: algumas reflexões a partir de contextos de creche. **Revista Eletrônica de Educação.** v.9. n. 2. 537-565, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos:** Trabalho e Identidade Étnica em Goiás. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

BEIGUELMAN, Paula. Estudos sobre o preconceito de cor no Brasil. **Revista de Antropologia,** vol. 1, nº 2. São Paulo: 1953.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray.; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 25-57, 2002.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas.** Petrópolis: Vozes, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p.193-199, 1977.

CANDIDO, Mariana. O limite tênue entre liberdade e escravidão em benguela durante a era do comércio transatlântico. **Revista Afro-Ásia**, 47, 239-268, 2013.

CARVALHO, José. **O Quilombo de Rio das Rãs: História, Tradições e Lutas**. Salvador: CEAO/ EDUFBA, 1996.

CARVALHO, José Murilo. Motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: vol. 13, nº 38. Outubro, 1998.

CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**. No 28: 77-97 Jan /Fev /Mar /Abr. 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Um livro perene**. São Paulo: Global, 47ª edição, 2003.

CORRÊA, Mariza. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final dos anos 1930. **Anais da Biblioteca Nacional**. Seminário Diários de Campo, vol. 119. Rio de Janeiro: 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados** 17 (47), 2003.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: Um ensaio sobre inércia social. **Revista Novos Estudos** 80. Março, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.1998.

COSTA, Patrícia. A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo. **Cadernos Pagu** (31), 173-198. Julho/Dezembro, 2008.

DENTZ, Schirlei Russi von. Interpretando os “caminhos” de uma pesquisa sobre Ações Afirmativas na UFSC. In: SCHERER-WARREN Ilse; PASSOS, Joana Célia dos (org). **Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos**. Florianópolis: Editora da UFSC. Pp. 21-32. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michael. **A ética do cuidado de si como prática de liberdade** In: FOUCAULT Michel. Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004b. p. 265-287, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global. 47ª edição, 2003 [1933].

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FRY, Peter. Ciência social e política “racial” no Brasil. **Revista USP**. São Paulo: nº 68, p. 180-187. Dezembro/Feveireiro, 2005-2006.

FERNANDES, Florestan; PEREIRA, João; NOGUEIRA, Oracy. A questão racial brasileira vista por três professores. **Revista USP**. São Paulo: nº 68, p 168-179. Dezembro/Feveireiro, 2005-2006.

FRY, Peter. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. **Revista USP**. São Paulo: (28) 122-135. Dezembro/Feveireiro, 1995-1996.

FERREIRA, Ricardo. **Livres, escravos e a construção de um conceito moderno de criminalidade no Brasil Imperial**. Departamento de História – Universidade Estadual do Centro-Oeste. São Paulo: 28 (2): 2009.

GALLO, Sílvio. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter. **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 177-190.

GAUDIO, Eduarda Souza. **Relações sociais na educação infantil: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero**. Dissertação Mestrado. PPGE/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2013.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A Representações do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GUIMARÃES, Antonio. Entrevista com Carlos Hasenbalg. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, vol. 18, nº 2. Novembro, 2006.

GUIMARÃES, Antonio. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, vol. 47, nº 1, 2004.

GUIMARÃES, Antonio. O sentido e a urgência das ações em curso: o acesso de negros às universidades públicas. **Revistas Problèmes d' Amérique Latine e Educação e Pesquisa**. Novembro, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2009.

HORKHEIMER, Marx. Materialismo e Moral. (1933). In: HORKHEIMER, Marx. **Teoria crítica: uma documentação**. Tradução Hilde Cohn. (Coleção Estudos no. 77). São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 59-88.

IANNI, Octavio. O preconceito racial no Brasil. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004.

JUNIOR, Wellington. **Nas franjas da plantation: Trabalho e condições de vida de escravos e libertos em pequenas propriedades de Itaparica (1840-1888)**. Bahia: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, 2008.

JÚNIOR, João. Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: Para além da teoria da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, nº 61. Junho, 2006.

LIMA, Carlos A.M. Fronteira, cana e tráfico: escravidão, doenças e mortes em Capivari, SP, 1821-1869. **História, Ciências e Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro: vol.22, nº 3, p. 899-919. Julho/Setembro, 2015.

LIMA, Henrique. Sob o domínio da precaridade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **TOPOI**. Rio de Janeiro: vol. 6, nº 11, p. 289-326. Julho/Dezembro, 2005.

LIMA, Ivana. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil: uma perspectiva histórica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 25, nº 50, p. 352-369. Julho/Dezembro, 2012.

LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. Escravidão Africana na Produção de Alimentos: São Paulo no Século 19. **Estudos Econômicos**. São Paulo: vol. 40, nº 2, p. 295-317. Abril/Junho, 2010.

MARQUESE, Rafael. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: vol.13, nº 2, p. 165-188. Julho/Dezembro, 2005.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil**. Rio de Janeiro: vol. 27, nº 54, p. 255-273. Julho/Dezembro, 2014.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **TOPOI**. Rio de Janeiro: vol. 9, nº 17, p. 45-66. Julho/Dezembro, 2008.

MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos** 74. Março, 2006.

MARCON, Frank; SUBRINHO, Josué. **Ações Afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior: A experiência da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo (SP): Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Artigos & Ensaios**. 1996.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004.

MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo dos primórdios da Unesco. **História, Ciências, Saúde**, vol.5, nº 2. Manguinhos, 1998.

MAIO, Marcos. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 14, nº 41. Outubro, 1999.

MAGGIE, Ivonne A. Velho. **Guerra de Orixás**. Rio de Janeiro: Zaluar, 1975.

NUCCI, Priscila. **Um mapeamento: o autor e algumas das visões de sua obra**. In: Odisseu e o abismo: Roger Bastide, as religiões de origem africana e as relações raciais no Brasil. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998 [1955].

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga**. Apresentação e Edição; Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p.287-308, 2006.

NUNES, Sylvia. **Racismo no Brasil: Tentativas de disfarce de uma violência explícita**. São Paulo: Psicologia USP, 2006, 17(1), 89-98.

ODA, Ana. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo: vol. 11, nº 4, p. 753-761. Dezembro, 2008.

OLIVEIRA, Fabiana; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**. v. 26, n.2, p. 209-226. 2010.

ORTIZ, Renato. **Morte branca do feiticeiro negro**. São Paulo: brasiliense, 1978.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Luís. Racismo, direitos e cidadania. **Estudos Avançados** 18 (50), 2004.

PESSOA, Thiago. O comércio negreiro na clandestinidade: As fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. **Revista Afro-Ásia**, 47, 43-78, 2013.

PETERSEN, Sílvia; XAVIER, Regina. História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 28, nº 56, p. 575-578, 2008.

PASSIANI, Enio. Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil (1808-1889). **Revista Sociedade e Estado**. - vol. 27, nº 3. Setembro/Dezembro, 2012.

PASSOS, Joana Célia dos. A educação para as relações étnico-raciais como política pública na educação infantil. In: VAZ, Alexandre Fernandes; MOMM, Caroline Machado. **Educação Infantil e Sociedade**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

PIERSON, Donald. **Branços e prêtos na Bahia**: estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PACHECO, Jairo; SILVA, Maria. **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Caipiras Negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, vol. IX, 1932.

RODRIGUES, Nina. **As Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. São Paulo: Editora Nacional Brasileira, 1979 [1942].

SCHERER-WARREN Ilse; PASSOS, Joana Célia dos (org). **Ações afirmativas na universidade**: abrindo novos caminhos. Florianópolis: Editora da UFSC. 2016.

SEVCENKO, Nicolau. **As alegorias da experiência marítima e a construção do europocentrismo**. In: SCHWARCZ, Lilia; QUEIROZ, Renato. Raça e Diversidade. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARCZ, M. Lilia. **As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX**. In: SCHWARCZ, Lilia; QUEIROZ, Renato. Raça e Diversidade. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARCZ, Lilia. **As faculdades de Medicina ou como sanar um país doente**. In: O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STOLKE, Verena. Brasil: uma nação vista através da vidraça da raça. **Anais da Biblioteca Nacional**. Seminário Diários de Campo, vol. 119. Rio de Janeiro: 1999.

SANTOS, Jocélio. **Cotas nas Universidades**: Análises dos Processos de Decisão. Salvador:

CEAO, 2012.

SANTOS, Jocélio. **O Impacto das Cotas nas Universidades Brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013. 280 p.

SILVA, Beatriz; Silvério, Valter. **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOARES, Geraldo. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 26, nº 52, p. 115-140, 2006.

SILVA, Mário. **Fazer história, fazer sentido: Associação cultural do negro (1954-1964)**. Lua Nova. São Paulo: 85: 227-273, 2012.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007). In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 235-258. 2012.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2005-1967.

VERSIANI, Flávio. Escravidão “suave” no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão?. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 2 (106), pp. 163-183. Abril/Junho, 2007.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó: a África no Brasil**. São Paulo: Cia Das Letras, 1996.

WEIMER, Rodrigo. Memória, racialização e negritude. **Estudo História**. Rio de Janeiro: vol. 26, nº 52, p. 409-428. Julho/Dezembro, 2013.